UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Maria Talib Assad

A fotografia da saúde pública: tratamento de documentos visuais numa perspectiva de arquivo

SÃO PAULO

2019

MARIA TALIB ASSAD

A fotografia da saúde pública: tratamento de documentos visuais numa perspectiva de arquivo

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Área: Cultura e Informação

Linha de pesquisa: Organização da Informação e do Conhecimento.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Cibele Araújo
Camargo Marques dos Santos

SÃO PAULO

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São
Paulo Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Assad, Maria Talib

A fotografia da saúde pública: tratamento de documentos visuais numa perspectiva de arquivo / Maria Talib Assad ; orientadora, Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos. -- São Paulo, 2019.

206 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. Fotografia 2. Arquivo 3. Diplomática contemporânea
4. Ciência da Informação 5. Saúde Pública I. Santos,
Cibele Araújo Camargo Marques dos II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Nome: ASSAD, Maria Talib

Título: A fotografia da saúde pública: tratamento de documentos visuais numa perspectiva de arquivo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora doutora Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos, orientadora deste trabalho, pela acolhida afetuosa quando de meu ingresso no programa de pós-graduação em Ciência da Informação, pela atenção, discussões e contribuições pertinentes para o desenvolvimento deste trabalho.

Às professoras doutoras Vânia Mara Alves Lima e Telma Campanha de Carvalho Madio, integrantes da banca de qualificação de mestrado, pela leitura atenta, contribuições e sugestões que ajudaram a traçar os rumos da pesquisa.

À professora doutora Simone Silva Fernandes por ter orientado o trabalho de conclusão de curso da especialização em Gestão Arquivística, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que veio a dar forma a esta pesquisa.

Agradeço à direção do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas do Instituto Butantan, pelo apoio durante o percurso de realização da pesquisa, confiança e compreensão, sobretudo, nos períodos de escrita. Às diretoras Josiane Roza de Oliveira e Suzana Cesar Gouveia Fernandes, muito obrigada.

Aos colegas do Instituto Butantan e especialmente do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas e Núcleo de Documentação, que compartilharam comigo os avanços e angústias ao longo da pesquisa, torcendo e dando apoio sempre que foi necessário. Elisandra Gasparini Silva, Eny Stanger Ferreira, Audrea Santos de Santana, Rodrigo Antonio Ramos Galvão e Roque Fernandes, obrigada.

Ao Saulo Goulart agradeço por ter dividido grande parte desta etapa de trabalho comigo, pelo incentivo e pelo interesse compartilhado pela fotografia. Obrigada também pela revisão dos capítulos e pela ajuda na digitalização e tratamento das imagens.

À minha avó Ruth Elza Talib agradeço por ser um exemplo de firmeza e por tudo que sempre fez por nós.

À minha irmã Paula Talib Assad, por ser a melhor companheira de vida que eu poderia ter. Pelo incentivo, por acreditar em mim e estar sempre por perto quando precisei, obrigada.

À minha mãe Rosângela Aparecida Talib, que sempre estimulou a importância da minha formação, interesse pelo mundo, pela arte, pela cultura e pelos museus. Ao meu pai Cader Ali Assad, pela criação carinhosa e presença afetuosa. A eles, agradeço o amor e por saber que posso contar sempre.

Aos amigos Daniela Lopes do Carmo, Jacqueline Toledo e Anderson Harada, agradeço por compartilharem comigo os momentos que trazem leveza à vida. Aos amigos que tive o privilégio fazer ao longo de minha jornada profissional nas instituições aquívticas, obrigada pelas contribuições e trocas. Agradeço em particular Elisabete Marin Ribas, Glalce Finotello, Fábio Kawano, Marina Vitale, Marco Lourenço, Raphael Xavier, Bruno Pucci, Marcela Sonin, Mariana Menna e Elisa Lopes pelo intenso convívio e troca no mundo dos arquivos.

RESUMO

ASSAD, Maria Talib. A fotografia da saúde pública: tratamento de documentos visuais numa perspectiva de arquivo. 2019. 206 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2019.

O tratamento de acervos fotográficos representa um desafio às instituições custodiadoras, à Arquivologia e à Ciência da Informação. Considerado como um tipo “especial” de registro por suas características físicas e capacidade ilustrativa são comumente tratados pelas instituições como autorreferentes, pois seu conteúdo é a imagem de algo e a cristalização de um momento da realidade. Do ponto de vista de arquivo, tal fato leva a perda da conexão com o órgão produtor e a organicidade com o restante do conjunto documental, impondo dificuldades metodológicas à área. O presente trabalho buscou discutir o caráter documental de acervos fotográficos produzidos por instituições da área da saúde em uma perspectiva de arquivo. Com relação à essas fotografias, destaca-se o fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, parte do acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas. A Diplomática Contemporânea foi aplicada às fotografias e permitiu aproximações sobre a natureza geradora desses documentos por ações administrativas específicas. A organização da informação e o tratamento documental propostos geraram um quadro de arranjo dos itens fotográficos relacionado ao restante da documentação do fundo de arquivo. Os princípios básicos da Arquivologia, como proveniência e organicidade foram garantidos por meio da busca pelo contexto funcional e de produção das fotografias, aspectos fundamentais para compreender o documento fotográfico em sua complexidade.

Palavras-chave: Fotografia; Arquivo; Diplomática Contemporânea; Ciência da Informação; Saúde Pública.

ABSTRACT

ASSAD, Maria Talib. A fotografia da saúde pública: tratamento de documentos visuais numa perspectiva de arquivo. 2019. 206 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2019.

The treatment of photographic collections represents a challenge to custodian institutions, Archival Science and Information Science. Considered as a “special” type of record due to its physical characteristics and illustrative capacity, they are commonly treated by institutions as self-referring, as their content is the image of something and the crystallization of a moment of reality. From the archival point of view, this fact leads to the loss of the connection with the producer and the organicity with the rest of the documentary set, imposing methodological difficulties to the area. The present work aimed to discuss the documentary feature of photographic collections produced by health institutions from an archive perspective. With regard to these photographs, we highlight the Department of Leprosy Prophylaxis of the State of São Paulo fund, part of the collection of the Emílio Ribas Museum of Public Health. Contemporary Diplomatic was applied to photographs and allowed approximations about the generating nature of these documents by specific administrative actions. The proposed information organization and document handling generated a photographic arrangement related to the rest of the archive documentation. The basic principles of Archivology, such as provenance and organicity, were guaranteed through the search for the functional context and the production of those photographs. Aspects that are fundamental to understand the photographic document in its complexity.

Keywords: Photography; Archive; Contemporary Diplomatic; Information Science; Public health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Banda de meninos, Preventório Jacarehy	43
Figura 02 – Sociedade Protetora dos Morféticos S. Lázaro	44
Figura 03 – Organograma das Organizações do Serviços Estaduais de Saúde Pública em São Paulo, 1931	64
Figura 04 – Organograma da Inspetoria de Profilaxia da Lepra, 1931	65
Figura 05 – Organograma da Organização dos Serviços Estaduais de Saúde Pública em São Paulo, 1937	66
Figura 06 – Gráfico com o fichamento de doentes de 1924 – 1937	67
Figura 07 – Organograma dos Serviços Estaduais de Saúde Pública em São Paulo, 1947	70
Figura 08 – Organograma do Serviço do Pênfigo Foliáceo	73
Figura 09 – Organograma do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1961	76
Figura 10 – Organograma da Secretaria Estadual da Saúde, 1969	78
Figura 11 – Biblioteca	82
Figura 12 – Serviços de encadernação	82
Figura 13 – Fichário do Índice Bibliográfico da Lepra	83
Figura 14 – Fachada do prédio do Instituto de Leprologia na Fundação Paulista contra a Lepra	84
Figura 15 – Estúdio fotográfico. Instituto de Leprologia na Fundação Paulista contra a Lepra	85
Figura 16 – Laboratório para ampliação de imagem microscópica. Instituto de Leprologia na Fundação Paulista contra a Lepra	85

Figura 17 – Laboratório fotográfico para revelação e ampliação. Instituto de Leprologia na Fundação Paulista contra a Lepra	86
Figura 18 – Detalhe de lesão (pernas)	87
Figura 19 – Pedido fotográfico n.1	88
Figura 20 – Pedido fotográfico n.2	89
Figura 21 – Anotação técnica para registro fotográfico	90
Figura 22 – Modelo de sistema de arranjo	99
Figura 23 – Quadro de arranjo do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra (Nível: Grupo)	100
Figura 24 – Quadro de arranjo do DPL a partir da Divisão Técnico-Auxiliar	102
Figura 25 – Retrato de doente.....	105
Figura 26 – Retrato de doente (frente, lado e costas)	107
Figura 27 – Retrato de doente, irmãos	108
Figura 28 – Retrato de doente (frente e lado)	109
Figura 29 – Ficha dermatológica e neurológica. 27/01/1958	110
Figura 30 – Retrato de doente, comparação	111
Figura 31 – Retrato de doente (rosto)	111
Figura 32 – Verso de fotografia, 24/06/1940	112
Figura 33 – Detalhe de lesão (braço)	114
Figura 34 – Detalhe de lesão, 16/11/1937	115
Figura 35 – Micrografia	116
Figura 36 – Micrografia (frente)	117
Figura 37 – Micrografia (verso)	117
Figura 38 – Micrografia (frente) n.2	118
Figura 39 – Micrografia (verso) n.2	118

Figura 40 – Ficha de identificação de micrografia	119
Figura 41 – Detalhe de lesão (olhos)	120
Figura 42 – Ilustração Científica: detalhe de lesão.....	121
Figura 43 – Ilustração Científica: retina ocular	121
Figura 44 – Animal cobaia, galo	122
Figura 45 – Animal cobaia, macaco	123
Figura 46 – Animal cobaia, macaco	123
Figura 47 – Álbum Reproduções n.1. Fotografias e reprodução de ilustrações botânicas	124
Figura 48 – Álbum Reproduções n.1. Reprodução fotográfica de publicações	125
Figura 49 – Capa do Álbum Asilo-Colônia Aimorés	129
Figura 50 – Contracapa do Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo.....	131
Figura 51 – Fotografia do Dr. Armando de Salles Oliveira, governador do Estado de São Paulo.....	132
Figura 52 – Fotografia do Dr. Francisco Salles Gomes Junior, diretor do Departamento de Profilaxia da Lepra	133
Figura 53 – Acampamento na estrada de Pirapora.....	134
Figura 54 – Lar, interior de residência	135
Figura 55 – Assistência médica	136
Figura 56 – Alimentação	136
Figura 57 – Página do Álbum Fotografia de Lepra n.1. Imagens de retrato de doente e detalhe de lesão	140
Figura 58 – Vista aérea, Asilo-Colônia Aimorés	142

Figura 59 – Portaria: “Aqui renasce a esperança”, Asilo-Colônia Santo Ângelo	142
Figura 60 – Via em obras, Asilo-Colônia Aimorés	144
Figura 61 – Igreja, Asilo-Colônia Pirapitingui	145
Figura 62 – Dormitório, Preventório Jacareí.....	146
Figura 63 – Armazém, Asilo-Colônia Santo Ângelo	146
Figura 64 – Padaria, Asilo-Colônia Cocaís.....	147
Figura 65 – Pátio, Preventório Jacareí.....	148
Figura 66 – Natação, Asilo-Colônia Santo Ângelo	148
Figura 67 – Galeria, Asilo-Colônia Aimorés.....	149
Figura 68 – Praça, Asilo-Colônia Aimorés.....	150
Figura 69 – Anverso do Álbum Asilo-Colônia Aimorés.....	151
Figura 70 – Verso do Álbum Asilo-Colônia Aimorés.....	151
Figura 71 – Laboratório, Instituto de Leprologia – Fundação Paulista contra a Lepra	152
Figura 72 – Detalhe dos álbuns fotográficos expostos no Instituto de Leprologia – Fundação Paulista contra a Lepra.....	153
Figura 73 – Mapa discriminativo do Pênfigo Foliáceo no Estado de São Paulo..	155
Figura 74 – Planta arquitetônica de equipamento de saúde para atendimento de doentes de hanseníase	156
Figura 75 – Gráfico com demonstração de afecções da cárie nos molares – Clínica dentária Asilo Santa Terezinha,1938	157
Figura 76 – Gráfico com dados comparativos de fugas nos asilos-colônias de 1928 a 1950	158
Figura 77 – Quadro de arranjo do Grupo Serviço do Pênfigo Foliáceo	162

Figura 78 – Fotografia clínica, retrato de doente.....	164
Figura 79 – Fotografia clínica, detalhe de lesão.....	165
Figura 80 – Fotografia clínica, micrografia	165
Figura 81 – Fotografia clínica, radiografia	166
Figura 82 – Retrato de doente, pintura.....	169
Figura 83 – Retrato de doente, fotografia clínica.....	169
Figura 84 – Dedo com tinta para coleta de impressão digital.....	170
Figura 85 – Detalhe de impressão digital	170
Figura 86 – Ficha datiloscópica. Departamento Estadual do Trabalho, Sistema Vucetich e Galton. São Paulo, Brasil. 1941	171
Figura 87 – Ficha datiloscópica publicada em revista	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Álbuns do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo	93
Tabela 02 – Caixas com fotografias avulsas do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo	94
Tabela 03 – Álbuns do Serviço do Pênfigo Foliáceo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo	94
Tabela 04 – Listagem de Caixas com fotografias avulsas do Serviço do Pênfigo Foliáceo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Categorias para representação do conteúdo da imagem	44
Quadro 02 – Categorias para representação do conteúdo da imagem (Figura 02)	45
Quadro 03 – Diplomática e Tipologia Documental	56
Quadro 04 – Estrutura do Departamento de Profilaxia da Lepra, 1942.....	68
Quadro 05 – Subgrupo Seção de Anatomia Patológica	104
Quadro 06 – Subgrupo Seção de Documentação e Biblioteca	127
Quadro 07 – Estrutura administrativa do DPL, 1935	137
Quadro 08 – Subgrupo Seção de Arquivo Médico	160

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Objetivos	18
1.2 Metodologia, estrutura e organização do trabalho	19
2. FOTOGRAFIA CIENTÍFICA: UM INSTRUMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DO SABER	26
2.1 Saúde pública e o contexto da produção fotográfica no Estado de São Paulo	28
2.2 Medicina e imagem	30
2.3 O caráter documental da fotografia: registro, arquivamento e ordenação	33
2.4 O documento fotográfico e sua descrição	36
2.5 Tratamento arquivístico de acervos fotográficos	48
3. A PRODUÇÃO DA FOTOGRAFIA MÉDICO-CIENTÍFICA: DA REPRESENTAÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO	58
3.1 Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo: um breve histórico	60
3.1.1 O modelo isolacionista	62
3.1.2 Institucionalização do Departamento de Profilaxia da Lepra	66
3.1.3 Serviço do Pênfigo Foliáceo	70
3.1.4 São Paulo e o debate sobre exclusão social	73
3.2 Atividade fotográfica: registro e processo	80
4. A CLASSIFICAÇÃO DO ARQUIVO: TRATAMENTO DOCUMENTAL DAS FOTOGRAFIAS DO DEPARTAMENTO DE PROFILAXIA DA LEPRO DO ESTADO DE SÃO PAULO	91
4.1 Origem e constituição do arquivo: do órgão produtor à custódia permanente	92
4.2 Categorias para tipificação das séries documentais	96

4.3 Nomeando funções e identificando atividades: procedimentos para contextualização de documentos fotográficos	99
4.3.1 Fotografia clínica: Seção de Anatomia Patológica	104
4.3.2 Organização dos serviços e atividades; elementos estatísticos e dados discriminativos: Seção de Documentação e Biblioteca	126
4.3.3 Prontuário de paciente: Seção de Arquivo Médico	158
4.3.4 Grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo	161
4.4 Fotografia e tipografia: divulgação e circulação de imagens	167
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	180
ANEXOS	189
APÊNDICES	196

1. INTRODUÇÃO

A questão fundamental que orienta esse trabalho é o tratamento documental de registros fotográficos e a organização da informação, assumindo seu valor de arquivo. Os efeitos de ordem prática a que se destinam os documentos de arquivo são o cumprimento de determinadas ações, sendo eles o veículo para que elas sejam praticadas e comprovadas. Quando se trata de arquivos institucionais as situações de produção e acumulação dos documentos, ou seja, sua circunstância de origem, coincide com as atividades e funções do organismo e assumem caráter de rotina no âmbito de suas competências.

A investigação da fotografia enquanto documento e seu uso nas ciências e na medicina serão fundamentais para compreender as características dessas imagens produzidas em contextos científicos-institucionais. Segundo Buckland (1997), Paul Otlet e Susan Briet quando conceituam documentação já o fazem ampliando as possibilidades de caracterização para os registros ditos não formais.

O caráter documental dos documentos visuais e, conseqüentemente, da fotografia são tratados nesta pesquisa do ponto de vista da organização da informação e das possibilidades de uso e recuperação dos registros. Boris Kossoy (2014) aponta para a importância da fotografia como fonte histórica, no entanto em tais abordagens predomina a preocupação em conceituar o caráter documental da fotografia, mas não de circunscrevê-la aos princípios da abordagem de arquivo. Pois, comumente são tratados como itens isolados.

Prevalece uma separação, do ponto de vista metodológico, entre os documentos considerados típicos de arquivo e os “novos” documentos, como os pictóricos ou audiovisuais. Esses últimos são portadores de informação, compreendida de maneira ampla, geral e não necessariamente dotada de informação arquivística, impactando na sua forma de tratamento. Aline Lopes de Lacerda (2008) e André Porto de Ancona Lopez (2000) problematizam a falta de reflexão no campo da arquivística voltada para os documentos visuais, sobretudo, a fotografia que como documento de arquivo deve ser compreendida como registro ou produto de ações específicas que refletem as atividades funcionais de uma pessoa ou instituição. No entanto, são comumente tratados pelas instituições custodiadoras, como

autorreferentes, pois seu conteúdo é a imagem de algo e a cristalização de um momento da realidade. Tal fato leva a perda da conexão com o órgão produtor e a organicidade com o restante do conjunto documental. Essa característica multifacetada acaba gerando o tratamento fotográfico através das coleções ordenadas por temática. E o método de indexação da imagem é comumente pautado pelas respostas obtidas a partir das seguintes perguntas direcionadas ao conteúdo da imagem: Quem? Quando? Onde? O que?

No entanto, apesar da falta de elementos formais constitutivos, as condições de produção do documento são imprescindíveis para atribuição da natureza e função das fotografias. Apenas por meio da contextualização é possível garantir a unicidade e organicidade dos fundos de arquivo, permitindo uma compreensão mais ampla das atividades e funções da instituição que a produziu, já a imagem isolada não carrega essa mesma dimensão. “O termo genérico fotografia também tem se prestado a projetos que só ganhariam em rigor e consistência se o conjunto pudesse ser desdobrado a partir de criteriosa análise tipológica” (CAMARGO, 2007, p. 39). É como se não houvesse sustentação teórica para afirmar o valor probatório de certos documentos que escapam à condição de veículos ou produtos de transações, no sentido arquivístico, como por exemplo, as fotografias.

1.1 Objetivos

O objetivo desta pesquisa foi compreender a produção e o uso da fotografia como documento de arquivo, nesse caso, com exemplares da área da saúde. Investigar e analisar, por meio de uma amostra da documentação, as fotografias do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, órgão responsável pelo tratamento dos pacientes de hanseníase baseado, sobretudo, no isolamento compulsório desses indivíduos. Propor uma classificação das fotografias vinculada ao restante do arquivo, para isso recuperar seu contexto de produção e diferentes usos, nomeando as atividades que geraram a documentação para tipificação dos documentos e elaboração das séries documentais. Questões referentes ao conteúdo da imagem foram abordadas como parâmetro de significação relativas à descrição dos documentos, contemplando assim a investigação com relação às funções administrativas que a produziram e seu uso quando de sua criação.

1.2 Metodologia, estrutura e organização do trabalho

A classificação, identificação das espécies e das tipologias documentais de documentos fotográficos são um desafio à área. No entanto, isso não significa que se deva renunciar aos procedimentos arquivísticos de documentos assim considerados. Do ponto de vista teórico-metodológico, o tratamento documental proposto para essas fontes levou em consideração uma abordagem contextual apoiada nos pressupostos da Diplomática contemporânea.

Os documentos textuais dentro de arquivos institucionais, possuem fórmulas e estruturas que tendem a reduzir o seu caráter polissêmico, ou seja, seus múltiplos sentidos, já os documentos iconográficos¹, como por exemplo, fotografias sem legendas, dão margem à essas várias interpretações. Podemos considerar que mesmo nos arquivos institucionais a presença de documentos com caráter polissêmico como as fotografias são presentes, mas carecem de tratamento adequado. São abordados de forma que o resultado produzido é sua alienação do restante da documentação, pois são desvinculados do conjunto documental que lhe daria sentido. As fotografias, enquanto documento de arquivo, precisam ser atreladas ao seu contexto de produção para que se viabilize assim, a identificação de sua função e conteúdo.

A polissemia, advinda dos múltiplos usos aos quais podem estar sujeitos os materiais fotográficos, seria responsável pela abordagem despendida aos documentos visuais quando se trata da classificação arquivística. No entanto, tal característica não deve interferir no tratamento documental, sua tarefa é justamente, eliminar seus múltiplos significados e reintegrá-lo em seu contexto de origem, dando um enquadramento justo ao documento e estabilizando seu sentido. Dessa maneira, o interesse está sobre o uso primário do documento, aquele que lhe deu origem. Enfatizar a função primeira do documento não significa, por sua vez, eliminar as possibilidades de interesse e uso desses registros iconográficos: diferentes abordagens e olhares para o documento são possíveis nos espaços museológicos, bibliográficos e arquivísticos. Cada área de conhecimento desenvolveu suas próprias

¹ Documentos que contêm imagens fixas, imagens impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras (ARQUINO NACIONAL, 2005).

metodologias de trabalho que, no entanto, deveriam permitir o diálogo das informações entre diferentes tipologias de acervos, apesar das especificidades de tratamento de cada uma.

Para o desenvolvimento do tratamento documental explicitado a metodologia aplicada envolveu o levantamento bibliográfico com a sistematização dos aportes teóricos que subsidiaram a discussão realizada na pesquisa. A bibliografia utilizada tece sobre Ciência da Informação, Arquivologia, fotografia, documentos visuais, História da saúde pública e da hanseníase no Estado de São Paulo.

No caso das fotografias da área da saúde, observa-se como valor primário do documento o registro das atividades médicas e a utilização com fins de pesquisa e científicos: as ampliações fotográficas que compõem o prontuário do paciente, por exemplo, são utilizadas para o acompanhamento do tratamento do doente, mas também como fonte de pesquisa pelas instituições de referência. As fotografias não são produzidas apenas como prova de um evento ou registro de um fato, são utilizadas como recurso de investigação para o desenvolvimento científico sobre a doença.

Portanto, remeter as fotografias ao seu contexto de origem significou compreender quais atividades as geraram, nomeá-las para tipificar o documento e criar categorias e campos de organização da informação, gerando por fim, uma classificação dessa documentação baseada não só no conteúdo da imagem, mas também em sua atividade geradora. Para isso, um quadro de arranjo dos registros fotográficos foi elaborado em consonância com o restante da documentação do fundo de arquivo.

O Sistema de arranjo é uma função arquivística derivada da classificação que tem como objetivo sistematizar a organicidade do conjunto documental a partir do princípio da proveniência, ou seja, “a origem do documento em um dado órgão gerador e o que ele representa, no momento de sua criação, como um instrumento que possibilitará a consecução de uma atividade dentro de uma função” (BELLOTTO, 2006, p. 28) no âmbito dos arquivos permanentes, a saber: fundos documentais com custódia definitiva, passados pelos crivo da avaliação que são preservados e transformam-se em fonte de pesquisa (BELLOTTO, 2006). Portanto, o sistema de arranjo consiste em uma “Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à

organização dos documentos de arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37). O arranjo opera por meio da hierarquização dos fundos documentais a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora, viabilizando sua organização e consequente recuperação. A descrição arquivística possibilita o acesso do usuário ao documento por meio dos instrumentos de pesquisa que expressam o conjunto documental e os contextos presentes descritos tanto da documentação quanto da instituição detentora.

O quadro de arranjo permite a organização interna dos fundos documentais de caráter permanente. Portanto, o entendimento do contexto funcional da instituição produtora de documentos é crucial para a organização arquivística, levando em consideração que o conjunto de documentos é resultado das atividades desenvolvidas pela instituição e que atestam e são testemunhos das mesmas.

A proposição de abordagem dos documentos pela via da identificação funcional, levou à necessidade de conhecer a estrutura do órgão produtor dos registros. Suas atribuições, alterações ao longo do tempo, complexificações, que implicaram nas atividades desenvolvidas e consequentemente nos atos documentados gerados por essas atribuições. A legislação relativa à estruturação desse órgão serviu como referência para a elaboração do quadro de arranjo proposto. O mapeamento do histórico institucional da entidade produtora dos documentos contribuiu com a identificação das séries e das tipologias documentais pois, indicou as motivações para produção de determinados documentos.

A organização da totalidade do Fundo do DPL não faz parte dos objetivos dessa pesquisa, trata-se de uma documentação bastante extensa. A opção pelo objeto de pesquisa circunscrito ao tratamento documental fotográfico levou ao recorte de uma amostra da documentação relativa aos exemplares fotográficos.

A produção fotográfica da área da saúde escolhida como objeto de análise tem sua representação no arquivo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo (DPL). A documentação foi produzida, entre 1923 e 1970, com fins administrativos, conforme as atribuições desse órgão responsável pelas políticas e ações de saúde ligados a hanseníase. Em 1935, o Decreto Estadual n. 7.070 de 06 de abril, cria o Departamento de Profilaxia da Lepra subordinado diretamente à

Secretaria de Educação e Saúde Pública (SÃO PAULO, 1935). Segundo Opromolla e Laurenti (2011) esse órgão passa a centralizar as informações sobre os pacientes, e após o diagnóstico positivo da doença, apenas os médicos vinculados ao DPL poderiam tratar os pacientes. Essa norma foi adotada no Estado de São Paulo para promover a centralização de todas as informações dos doentes em único arquivo. Havia a prerrogativa da notificação compulsória dos casos da doença e os cidadãos em geral também podiam denunciar a suspeita da hanseníase ao órgão competente, o DPL encarregava-se de procurar, diagnosticar e isolar os doentes nas instituições: os asilos-colônia. Portanto, acessar esses documentos e compreendê-los significa também entender os processos que subsidiaram a política de isolamento. Isso porque as fotografias são um importante recurso discursivo, tanto de convencimento como de comprovação.

Esse acervo está localizado no Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, sediado no prédio do antigo Desinfectório Central – edifício, construído em 1893, é hoje reconhecido como patrimônio cultural do Estado de São Paulo, e foi um dos primeiros equipamentos de saúde pública, palco do desenvolvimento das ciências biomédicas e das políticas públicas de saúde do Estado ligadas às condições sanitárias e ao combate às epidemias – e que custodia parte do importante acervo da saúde em São Paulo. O Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, criado em 1965, foi transferido no ano de 2010 para o Instituto Butantan, integrando-se à estrutura do Centro de Desenvolvimento Cultural da instituição.

O Museu tem hoje, sob sua guarda, um importante acervo sobre a saúde pública, composto por documentos textuais e iconográficos de arquivo da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Destaque para a documentação referente às primeiras organizações de saúde pública como, por exemplo, Inspetoria de Higiene (1882-1901)², Serviço Sanitário do Estado de São Paulo (1892-1969)³, Divisão do

² Em 1884 foi nomeado para o cargo de Inspetor de Higiene da Província de São Paulo, o Dr. Marcos de Arruda Botelho, ainda subordinado ao Império. Com a proclamação da república e a Constituinte de 1891, passa-se para os Estados a responsabilidade do que não fosse atribuição específica da União, e o serviço de saúde pública enquadrava-se nessa premissa. A Lei n. 120, de 28 de outubro de 1891, organiza o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1891).

³ O Decreto n. 87, de 29 de julho de 1892 regulamenta algumas das atividades do Serviço Sanitário (SÃO PAULO, 1892). Eram subordinados a ele o Instituto Bacteriológico, Instituto Vacinogênico, Hospital de Isolamento, Laboratório de Análises Químicas, Desinfectório Central e o Instituto Butantan. O Estado de São Paulo foi dividido inicialmente em três regiões de atuação: Capital, Campinas e Santos.

Serviço de Interior (1932-1956)⁴, Departamento de Profilaxia da Lepra (1924-1985)⁵, entre outros. O acervo bibliográfico contém periódicos e uma seção de livros raros, referentes às ciências da saúde. Conta também com rico acervo audiovisual e museológico provenientes de diversas instituições.

A documentação do Departamento de Profilaxia da Lepra (1924-1985), subdividido na seção do Serviço do Pênfigo Foliáceo (1923-1970), faz parte do seu acervo. Para além das fotografias, objeto dessa pesquisa, a documentação é composta por: 295 metros lineares de documentação textual, dentre elas aproximadamente 110.000 prontuários de pacientes, documentação jurídica, como processos de pedidos de pensão e livros de controle clínico, aproximadamente 2500 exemplares bibliográficos, em sua maioria, advinda da biblioteca do Sanatório Padre Bento e objetos tridimensionais compostos por 21 peças cero-plásticas de Augusto Esteves, equipamentos fotográficos, armaria, mobília, aparelhos e instrumentos médicos e 03 retratos em pintura do Dr. Francisco Salles Gomes Júnior (1939, autoria de A. Pacheco), Padre Bento (1940, autoria de Monteiro – doente de hanseníase) e o Doutor Mário Nazareth (sem informação).

Esse órgão acumulou um grande volume de exemplares fotográficos: fotografias de pacientes e diversos registros referentes ao tratamento dispendido aos doentes e suas ações institucionais. A fotografia foi bastante utilizada como instrumento de apoio à prática científica e ações de políticas públicas. O ato de documentar as atividades dos serviços de saúde do Estado por meio das fotografias e de retratar a prática médica das instituições foi amplamente utilizado.

As fotografias do Departamento de Profilaxia da Lepra são compostas basicamente por ampliações fotográficas avulsas e em álbuns. Os álbuns institucionais são dos serviços e dos asilos: Asylo-Colônia Aymorés; Asylo Colônia Santo Ângelo; Asylo Colônia Cocaes; Asylo Colônia Pirapitinguy; Preventório Jacarehy e Sanatório Padre Bento, de pacientes, cortes histológicos e lesões dermatológicas, do Serviço do Pênfigo Foliáceo e do Instituto Adhemar de Barros

⁴ A Divisão do Serviço do Interior, do Departamento de Saúde criada pelo decreto-lei n. 12.784, de 24 de julho de 1942 estipulou a criação de Delegacias de Saúde, Centros de Saúde e Postos de Assistência Médico-Sanitária no Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1942).

⁵ Em 1925, cria-se o primeiro órgão da esfera pública especializado na doença no Estado de São Paulo – a Inspetoria de Profilaxia da Lepra. Em 1929, foi determinada a construção de sanatórios e hospitais para os doentes e ampliação da organização desse órgão. O decreto Estadual n. 7.070 de 06 de abril de 1935, desliga o Instituto de Profilaxia da Lepra do Serviço Sanitário de São Paulo, que passa a constituir o Departamento de Profilaxia da Lepra subordinado diretamente à Secretaria de Educação e Saúde Pública (SÃO PAULO, 1935).

(hospital especializado na doença em São Paulo). Totalizando aproximadamente 32 álbuns e 20 caixas com ampliações fotográficas avulsas contendo em média de 150 a 500 itens em cada unidade de armazenamento. O período de produção dessas fotos (quando houve informação de data) compreende as décadas de 1923-1970. O acervo é composto basicamente por ampliações em suporte papel, em preto e branco e de diferentes dimensões (3x4, 6x6, 8x11, 10x15, 17x22, 18x24 cm, entre outras). Poucos negativos em acetato de celulose e diapositivos em cor foram observados.

Dentre os retratos de doentes (fotos clínicas) há registro de pacientes adultos, algumas crianças, na maioria dos casos eles estão nus, em pé, ou nos casos mais graves da doença deitados na própria maca. As fotografias são de corpo inteiro ou da cabeça e tronco, em sua maioria frontais, em alguns casos focaliza-se lesões específicas. Nos álbuns e em algumas compilações de retratos 3x4 há a comparação de fotografias do antes e depois da internação dos pacientes, demonstrando a evolução do quadro.

Parte dos retratos de doentes possui no verso um número de identificação, o nome do paciente e a data, outras contêm carimbo do Instituto de Leprologia. Há ampliações de feridas e imagens microscópicas de tecido e lesões, grande quantidade de retratos de mãos lesionadas e de ampliações de digitais. Também há fotografias dos locais de moradia dos doentes, demonstrando as precárias condições de habitação. Há imagens de consultórios, aparelhos médicos, instalações hospitalares e de evento com autoridades da área.

O presente trabalho foi organizado em três capítulos, que contemplam o desenvolvimento da exposição do assunto objeto de análise, além da introdução e as considerações finais. Na introdução é apresentada a situação-problema de pesquisa, os pressupostos teóricos, metodologia, justificativa e objetivos.

No primeiro capítulo teórico-metodológico foi feita uma análise dos documentos fotográficos em perspectiva com o uso da fotografia na ciência e na medicina. As características atribuídas à fotografia e seu uso para fins documentais são problematizados a partir das possibilidades de tratamento da informação e disponibilização dos documentos visuais.

No segundo capítulo foi feito o levantamento do histórico da instituição, sua organização, estrutura e funções, relacionando-os ao restante da documentação arquivística. Esse breve histórico, possibilitou a proposição de uma metodologia de tratamento arquivístico pautada no estabelecimento de um quadro de arranjo, que

levasse em consideração a contextualização das fotografias com o restante da estrutura funcional da entidade produtora das imagens, tendo em perspectiva a classificação baseada na função geradora dos registros.

Em um terceiro momento foi feita a análise da documentação e aplicação da proposta de classificação das imagens por meio do estabelecimento de diferentes séries documentais fotográficas. Essa metodologia visou garantir o princípio da organicidade da documentação, compreendido como a qualidade da documentação de arquivo de espelhar a estrutura, funções e atividades da entidade produtora em suas relações internas e externas.

Uma vez identificados os documentos, o histórico da instituição e os usos específicos da fotografia na área clínica, a referente pesquisa buscou tratar da questão da organização da informação de acervos da saúde, como fonte de pesquisa e contribuir para o campo teórico-metodológico do tratamento de documentos visuais, sobretudo, fotográfico.

2. FOTOGRAFIA CIENTÍFICA: UM INSTRUMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DO SABER

Nos crimes: vê esta fotografia? É este homem? Sim, dizem 10 testemunhas.

A fotografia prova; a fotografia como processo racional por excelência; a imagem substitui o $2 + 2 = 4$. Imagem: luz sobre papel. O verdadeiro iluminismo não é pois, o da enciclopédia ou do grande raciocínio do cientista, a principal luz é a que forma a imagem, a fotografia, o filme, tudo isso é o topo do iluminismo, o grande destino do homem: a luz finalmente chegou, a luz que tudo prova. É este o homem? Sim, é este: o da fotografia.

É este também o criminoso (e apontamos agora *para quem mostra a fotografia*), pois é ele que põe no lugar da inteligência, da dedução, indução e outros processos, é ele que substitui estes métodos, de uma vez e para melhor, por uma imagem. É este o criminoso, dirá quem ainda viver noutro século, e quem ainda julgar que ser racional é pensar. Mas nada disso, pois claro. No século XXI: ser racional é ver.

(TAVARES, 2013, p. 123)

A fotografia surge em um contexto propício, que é da sociedade industrial com a mecanização dos processos, avanços científicos, desenvolvimento da medicina, expansão das metrópoles e dos contextos democráticos. No século XIX, o advento da fotografia produziu um significativo impacto cultural na maneira de percepção e representação de espaço e tempo. Esse novo recurso passou a ser amplamente utilizado para documentar expressões da vida, costumes, fatos sociais, arquiteturas urbanas, paisagens, expedições, etc. Imagens do mundo e suas diferentes realidades passaram a circular por meio da fotografia, tornando acessíveis informações visuais aos mais diferentes indivíduos e grupos sociais. A fotografia assumiu um importante papel na disseminação de informação e circulação do conhecimento.

Dentre os mais diversos usos da fotografia o apoio à pesquisa é um deles. O caráter testemunhal da fotografia incentivou sua produção com fins científicos e institucionais. Em São Paulo, entre o século XIX e o XX, paralelo ao desenvolvimento da técnica de registro fotográfico, criaram-se as primeiras políticas de saúde pública. Em decorrência delas são inaugurados os principais aparelhos institucionais, como os institutos de pesquisa e os hospitais de isolamento. Os programas do período estavam ligados ao combate das doenças infectocontagiosas e ao controle de epidemias, que se tornaram motivo de preocupação com o crescente movimento migratório e o consequente aumento populacional urbano.

No século XIX, o campo do desenvolvimento científico e tecnológico é bastante produtivo, período no qual a fotografia se constituiu como uma técnica de registro, impulsionando avanços na medicina, quando foram descritas as primeiras experiências relacionadas com o uso da fotografia e a saúde. Duchenne de Boulogne⁶, e outros pioneiros como Charcot⁷, Albert Londe⁸ e Wilhelm Conrad Roëntgen⁹ incorporam a técnica fotográficas às suas práticas (SILVA, 2009).

Dentre os primeiros experimentos fotográficos na medicina, elencados por Silva (2009), podemos destacar: o retrato de um cadáver em 1840, na Clínica do Hospital de Caridade de Paris, por meio de um daguerreótipo. E a utilização de calótipos para fotografar doentes psiquiátricos por Hugh W. Diamond (1808-1886), diretor do Asilo Psiquiátrico de Springfield, na Inglaterra. A partir de 1870, alunos de J. M. Charcot (1825-1893) passam a fotografar doentes psiquiátricos também com o objetivo de fixar os sintomas descritos em seus estudos sobre a histeria. Os resultados foram compilados na publicação *“Iconographie photographique de la salpêtrier”* de 1878. Outros nomes importantes e precursores na área são: Étienne-Jules Marey¹⁰ (1830-1904), fisiologista e inventor, contribui fortemente para o estudo do movimento e da fisiologia da locomoção por meio da fotografia e Alphonse Bertillon¹¹, criminologista francês que cria, em 1870, um protocolo fotográfico para controle policial por meio de um sistema de identificação antropométrico baseado nas medidas do corpo humano.

A identificação de traços semelhantes na fisionomia dos doentes também era um propósito para o uso do registro fotográfico. A repetição captada demonstraria cientificamente um padrão patológico.

⁶ Guillaume Benjamin Amand Duchenne de Boulogne (1806-1875) foi um médico neurologista francês que utilizava sistematicamente a fotografia para os estudos com os músculos humanos registrando as expressões faciais a partir de estímulos elétricos, gerando o *álbum Mécanisme de la physiologie humaine: études des mouvements musculaires par contraction électrique* (1876) (SILVA, 2009, p. 119).

⁷ Jean-Martin Charcot, médico neurologista francês (1825-1893), utilizou a fotografia em seus estudos sobre a histeria (ibid., p. 139).

⁸ Albert Londe (1858-1917), fotógrafo e cientista francês especializado na área médica, é lembrado por seu trabalho como chefe do serviço fotográfico médico no Hospital de Salpêtrière em Paris, França. Publicou *La photographie médicale: applications aux sciences médicales et physiologiques* (1893). (ibid., p. 142).

⁹ Wilhelm Conrad Röntgen, físico nascido na Alemanha, produziu radiação eletromagnética correspondente ao atualmente chamado raio X, em 1895 (ROUILLÉ, 2009, p. 120).

¹⁰ Étienne-Jules Marey (1830-1904), francês, inventor do *Chronophotographe*: aparelho fotográfico capaz de registrar etapas do movimento em vários quadros a curtos disparos. (SILVA, op. cit., p. 128)

¹¹ Alphonse Bertillon (1853-1914), reconhecido como um dos fundadores da moderna “polícia científica”. (FERRARI; GALEANO, 2016).

O uso da fotografia foi expressivo na área da psiquiatria, mas também em outras especialidades, como na dermatologia. Em casos de vítimas com ferimentos ou doenças que provocam lesões dermatológicas, a fotografia sintetizou as possíveis descrições textuais de uma maneira rápida e eficiente.

Albert Londe em seu manual *La photographie médicale: application aux sciences médicales et physiologiques*¹², de 1893, destacou a importância da fotografia na área médica como “uma peça suplementar no prontuário do doente” (SILVA, 2009, p.145). O registro dos sinais particulares de determinadas doenças forneceria elementos para acompanhar a evolução de casos particulares ou mesmo, para criação de parâmetros em estudos posteriores. Os registros fotográficos também foram utilizados como documentos anexos aos prontuários dos pacientes, as imagens demonstravam o estágio e a evolução do quadro do doente, tal como é possível observar nos prontuários de pessoas acometidas pela hanseníase do Departamento de Profilaxia da Lepra¹³.

A finalidade dessa fotografia produzida com intuito documental, tratou de “compreender, memorizar e comparar, ver melhor, suprimir a ‘impotência do olho do médico’, ou ainda, nos termos de Sigmund Freud, ‘ver alguma coisa de novo’ (ROUILLÉ, 2009, p. 78). Com vistas à eficácia científica serão instalados protocolos fotográficos a fim de observar, medir, controlar e extrair novos conhecimentos. Arthur Batut¹⁴ imprime em uma folha o retrato fotográfico de indivíduos de uma mesma raça, assim teria acesso aos elos que formam essa raça. Esse tipo de imagem agrupada era um recurso para subsidiar a categorização de patologias (ROUILLÉ, 2009, p. 119).

2.1 Saúde pública e o contexto da produção fotográfica no Estado de São Paulo

Em São Paulo, as principais instituições científicas surgem entre as décadas de 1880 e 1910. Nesse período ocorreu um processo intenso de urbanização e crescimento populacional. O Estado cria seus aparelhos científico-institucionais para atender aos problemas urbanos e de saúde pública gerados com o súbito aumento

¹² LONDE. Albert. **La photographie médicale: application aux sciences médicales et physiologiques**. Paris, Gauthier-Villars, 1893.

¹³ A documentação do Departamento de Profilaxia da Lepra possui uma série de mais de cem mil (100.000) prontuários de pacientes entre 1924 e 1984, onde é possível observar fotografias compondo os registros, sobretudo, nas primeiras décadas da documentação.

¹⁴ BATUT, Arthur. **La photographie appliquée à la production du type d'une famille, d'une tribu ou d'une race**. Paris: Gauthier-Villars et fils, 1887.

demográfico advindo dos movimentos migratórios. O desenvolvimento econômico e político estava ligado principalmente à produção de café, que, por sua vez dependia de condições sanitárias prósperas. Nesse sentido, o combate às epidemias era fundamental, o que tornou a saúde pública uma questão de Estado (ALMEIDA, 2005).

Causar boa impressão ao estrangeiro era essencial para manutenção dos planos político-econômicos e os movimentos migratórios, nesse sentido a ideia de progresso caminha com medidas de modernização das cidades, saneamento e execução de vias públicas e parques. A manutenção da saúde e o controle do alastramento de doenças infectocontagiosas permeiam tudo isso.

“Entre o final do século XIX e os primórdios do XX, paralelamente ao seu crescimento de maior produtor mundial de café, São Paulo via surgir também diversas instituições científicas, muitas delas vinculadas diretamente às atividades sanitárias” (ALMEIDA, 2005, p. 2).

No final do século XIX, são criadas as primeiras instituições de saúde impactadas pelo desenvolvimento da microbiologia e da legitimação das teorias *pausterianas*¹⁵ (TEIXEIRA, 1995). O Serviço Sanitário do Estado de São Paulo¹⁶ foi estruturado na última década do século XIX, órgão responsável por 47 anos pelas questões relativas à saúde pública. Saneamento, prevenção de epidemias, socorros, vacinação, inspeção sanitária, fiscalização de alimentos, fiscalização do exercício das profissões de medicina e farmácia, política sanitária e fiscalização de trabalhos de utilidade pública foram algumas das atribuições do órgão (BLOUNT, 1972).

A fotografia foi bastante utilizada nesse período, como instrumento de apoio à prática científica e ações de políticas públicas. O ato de documentar as atividades dos serviços de saúde do Estado por meio das fotografias e de retratar a prática médica das instituições foi amplamente utilizado. Os registros consistiam em retratos dos pacientes, de suas lesões ou patologias, de exames, de órgãos dos pacientes, cenas de crimes ligadas à doentes mentais e produção de álbuns fotográficos institucionais. O recurso fotográfico também foi usado para o registro de trabalho de campo e de

¹⁵ Louis Pasteur (1822-1895) introduz um novo paradigma científico ao identificar a natureza microbiológica da doença que configura uma revolução na forma de constituição dos saberes e práticas médicas. A constatação do papel dos micróbios como agentes causadores de diversas doenças em contraposição à teoria dos miasmas, que ligava as moléstias ao clima ou condições geográficas, por exemplo, possibilitaram a criação de meios de prevenção e tratamento das doenças (TEIXEIRA, 1995).

¹⁶ Criado por meio do Decreto Estadual n. 87, de 29 de julho de 1892 (SÃO PAULO, 1892).

expansão e reforma de equipamentos; para retratar dirigentes da área da saúde, das condições sanitárias que a população estava submetida e de ações no interior do Estado. Essas imagens posteriormente eram usadas em álbuns institucionais, publicações científicas, prontuários de pacientes, para produção de material educativo e para compor relatórios e documentos administrativos.

2.2 Medicina e imagem

Na relação entre imagem e medicina, a introdução da perspectiva linear¹⁷ marca um período importante do desenvolvimento da ciência moderna. A invenção do microscópio e do telescópio foi um segundo marco, e da fotografia um terceiro.

O fenômeno que se verifica, de aproximação entre as noções de ‘ver’ e ‘conhecer’, também participa do processo de incorporação da fotografia pelas práticas científicas em geral, no seio das quais assimilou-se, sem muita resistência, a convicção de que a fotografia constituía ferramenta técnica ideal, superior ao desenho e à pintura para representar a aparência das células, das estrelas, das espécies botânicas, dos cadáveres humanos. (O’CONNOR, 1999, p. 232 apud SILVA, 2014, p. 344).

A recepção da fotografia no meio artístico não se deu de forma pacífica, provocando reações acaloradas nos debates sobre o estatuto da pintura figurativa e do papel do artista. Em 1910, o V Congresso Internacional de Fotografias, em Bruxelas, designou o termo documento somente às imagens que poderiam ser utilizadas em “estudos de naturezas diversas” (ROUILLÉ, 2009, p. 61). Seu caráter utilitário prevaleceu com relação a sua dimensão estética nesse momento. As reações dos artistas à época sobre a surgimento e uso da fotografia refletem essa concepção. Philippe Dubois (2015) traz a clivagem que Charles Baudelaire¹⁸ estabelece entre fotografia como instrumento documental e arte como criação:

É importante que ela [a fotografia] volte a seu verdadeiro dever, que é o de servir ciências e artes, mas de maneira bem humilde, como a tipografia e a estenografia, que não criaram nem substituíram a literatura. Que ela enriqueça rapidamente o álbum do viajante e devolva a seus olhos a precisão que falta à sua memória, que orne a biblioteca do naturalista, exagere os

¹⁷ Técnica que projeta a ilusão de profundidade em um plano bidimensional pelo uso de linhas de fuga.

¹⁸ BAUDELAIRE, “Le public moderne et la fotografia”, em Salom de 1859. Retomado em Ch. B., *Curiosités esthétiques*, Paris, Garnier, col. Classiques Garnier, 1973.

animais no microscópio, fortaleça até algumas informações e hipóteses do astrônomo, que seja finalmente a secretária e o caderno de notas de alguém que tenha necessidade em sua profissão de uma exatidão material absoluta, até que não exista nada melhor. (BAUDELAIRE, 1859 apud DUBOIS, 2015, P.29).

O trecho esclarece o sentido apontado por Baudelaire para o uso da fotografia, como auxiliar da memória e das ciências. Ela não deveria se sobrepor ao campo da criação artística, pois deduziu-se que a fotografia não interpreta, seleciona, hierarquiza e nem haveria nela busca pelo formal ou imaginário. No entanto, seu vínculo com o real, que sustenta seu status indicial, acaba por mascarar que a criação da imagem fotográfica está condicionada a uma série de códigos, culturais e sociais, cortes, edições e filtros: produto de elaborações técnicas e estéticas, por parte do autor da imagem ou daqueles que participaram de seu processo de feitura e divulgação, os coautores (KOSSOY, 2014, p. 46).

A verossimilhança aparente entre imagem e a realidade leva ao uso da fotografia com intenção documental. Fato observável na sua rápida incorporação no universo científico e médico. A combinação da fotografia e do olhar do especialista permitiu o acesso ao distante, caso da astronomia, ou ao infinitamente pequeno, caso da microscopia. A fusão entre o microscópio, telescópio e a câmera escura produziu um inventário da realidade considerado preciso, na época (ROUILLÉ, 2009).

A fotografia contribui para uma ideia de modernização do saber científico, sobretudo, até meados do século XX. A técnica lançou indagações sobre os modos de representação visual utilizados até o momento: pinturas, desenhos, gravuras e moldes em cera passam a ser questionados nos quesitos de fidelidade, praticidade e objetividade (SILVA, 2014). O cerne da questão está na relação entre o referente e a mensagem produzida pelos diferentes meios. Os variados modos de representação esbarraram na questão do realismo e à fotografia foi atribuído esse caráter de credibilidade, ela passou a ser considerada mediante o status de prova.

Nesse sentido, modernizar significou abolir a subjetividade e a interpretação, o registro deveria ser objetivo para, inclusive, substituir o próprio objeto em seu uso, seu automatismo técnico proveria tais características. A máquina eliminaria certas imperfeições funcionando ela mesma a partir de princípios científicos (físico-químicos).

Na medicina, a fotografia é inserida com a intenção de auxiliar na produção de novos conhecimentos e o registro do atípico ou incomum passa a ser objeto de interesse. As imagens das “exceções” irão aparecer nos registros de deformidades, como aponta Rouillé (2009, p. 114)

Assiste-se a uma penosa declinação de anomalias e excrescências do corpo, assim como de doenças da pele. Cada afecção é descrita, denominada, classificada com a ajuda de um dispositivo documental em que a imagem (nítida, tomada em primeiro plano [em *close up*], sob uma luz fixa) encontra o texto, com vasto espaço para a legenda.

As anomalias fisiológicas são evidenciadas e para produção dessas imagens há uma fusão entre o estúdio fotográfico e a clínica. O caráter de realidade atribuído a fotografia facilitou a profusão de seu uso nas ciências e na medicina. A existência física do referente ou o referente “esteve lá” (BARTHES, 2015) coloca a fotografia sobre um patamar de autoridade. A ideia de que a coisa e o registro estejam ao mesmo tempo ligadas por um contato físico e separadas por um “corte semiótico” consagram o caráter mecânico da imagem. No entanto, para Rouillé (2009) a imagem produzida pela fotografia não é um mero corte automático do real, mas a produção de um “novo” real (fotográfico) por meio do processo simultâneo e conjunto de registro e transformação de algo.

Entre a coisa e a imagem, os fluxos não seguem a trajetória da luz, dirigem-se a sentidos múltiplos. A Imagem é tanto impressão (física) da coisa como produto (técnico) do dispositivo, e efeito (estético) do processo fotográfico. (ROUILLÉ, 2009, p. 79).

Boris Kossoy (2014) por sua vez fala em “verdade iconográfica” para exprimir a ideia de que a fotografia apesar de registrar algo concreto presente na realidade, não deve ser tomada como uma reprodução fidedigna que exprima uma verdade absoluta. Portanto, trata-se apenas de uma verdade iconográfica. Para o autor, a fotografia, assim como os demais documentos devem ser submetidos a uma análise crítica e não tomados como neutros.

Sendo assim, referente e imagem não estariam separados por um corte semiótico, mas ligados por uma série de transformações. A imagem é construída por meio de etapas (ponto de vista, enquadramento, negativo, tiragem) e de um conjunto de códigos (ópticos, técnicos, estéticos e ideológicos) simbólicos, que podem vir a ser usados como instrumento de afirmação de mentalidades e visões de mundo,

cristalizando imagens no imaginário social e “verdades científicas” ao vincular-se a uma técnica considerada “neutra”.

Peter Burke (2017) ao discorrer sobre a objetividade da fotografia como forma de representação do real, advoga pelo meio termo entre as posições positivistas que acreditavam que as imagens fotográficas contêm informações fiéis e confiáveis do mundo externo e a visão estruturalista que defende o contrário. Entre a oposição: as imagens são confiáveis ou não são confiáveis, Burke considera níveis de confiabilidade ou confiabilidade para diferentes propósitos. Claramente o autor não está utilizando os conceitos de confiabilidade e autenticidade em termos arquivísticos, pondera Schwartz (2004), ao propor uma abordagem baseada em suas proposições. Porém, sua observação é relevante para os materiais visuais nos arquivos, pois sugere sua inserção dentro de uma lógica de contextualização dos registros.

2.3 O caráter documental da fotografia: registro, arquivamento e ordenação

A compreensão de que a fotografia não espelha a realidade, tal como foi pensada durante um determinado momento de sua história, não significa desconsiderar os fatores e características que levaram a tal aproximação conceitual e os seus usos dentro desta chave:

O valor documental da imagem fotográfica baseia-se em seu dispositivo técnico, mas não é garantido por ele, pois varia em função das condições de recepção da imagem e das crenças que existem a respeito. O registro, o mecanismo, o dispositivo, contribuem para resistir à crença, para consolidar a confiança, para sustentar tal valor, mas nunca vão garanti-lo totalmente. (ROUILLÉ, 2009, p. 28).

A “crença” no caráter de realidade da representação da imagem fotográfica está ancorada em alguns pressupostos. Dubois (2015) discorre justamente sobre o vínculo entre realidade e fotografia a partir da crítica sobre a questão, que passa pelo discurso de fotografia como mimese, fotografia como transformação do real e como traço do real. Questionar o “ilusionismo” do análogo entre a foto e referente, significa compreendê-la como impressão, interpretação e transposição do real. No entanto, apesar dessa desconstrução havia algo que diferenciava a foto de outras formas de representação, pois nela há de fato um caráter de realidade. Nesse sentido, as teorias

irão apoiar-se na noção de *índice* de Peirce (2015) para compreender a dimensão conceitual da imagem fotográfica. Esse conceito dentro da esfera da semiótica aponta para a ligação por semelhança ou proximidade do referente e o seu representante, ou seja, o índice opera pela conexão de contiguidade entre dois elementos.

A fotografia compreendida, em um primeiro momento, como espelho do real foi responsável pela sua dimensão documental. O dito realismo fotográfico e a forma de representar o mundo levou à utilização das fotografias como uma espécie de prova. A fotografia foi considerada como uma imitação da realidade e tal capacidade advinha de sua natureza técnica e caráter mecânico e objetivo, derivados de processos físico-químicos.

Rouillé (2009) conceitua essa imagem compreendida como espelho do real como “fotografia-documento”. Duas caracterizações importantes são derivadas dessa concepção: a ligação do registro com as noções de arquivamento e ordenação.

O arquivamento, uma das funções da “fotografia-documento”, produziria um inventário do real por meio de álbuns e seus registros. O álbum configura-se como um mecanismo que reúne imagens de diversos domínios: arquitetura, obras públicas, viagens, descobrimentos, ciência indústria, medicina, arqueologia, guerra, estudos a olho nu, retratos de celebridades, cenas cotidianas e atualidades. A “fotografia-documento”, diz o autor, tem como horizonte o arquivamento. O álbum e a fotografia funcionam como uma simbiose, nesse sentido. O inventário e o arquivamento obedecem ao impulso do registro exaustivo do real, ao depósito e à coleta. O álbum é o suporte ideal para essa função, outra característica é a ordenação, afinal ele agrupa e distribui as imagens de maneira classificatória, ordena simbolicamente a fim de produzir um sentido dentre as imagens (ROUILLÉ, 2009, p. 101).

Segundo o autor, a fotografia e o álbum desempenham papéis complementares e opostos, isso porque, a fotografia fragmenta e o álbum e o arquivo recompõem os conjuntos e os ordenam. A classificação e as legendas tornam o álbum capaz de ordenar coleções fragmentárias, trazer clareza ao conjunto e produzir unidade às composições, explicitando estruturas de significação dessas imagens.

Nesses casos, a maneira de ver é combinada com a narrativa imagética e a forma como as imagens são apresentadas e organizadas. Essas práticas discursivas multiplicadas pelas obras e publicações em revistas geram enunciados concretos, que

se imporiam à própria prática fotográfica e a maneira que esses profissionais iriam produzir tais imagens, adaptando ou mesmo construindo aparelhos que melhor servissem ao seu propósito.

Decorrem do estatuto de índice do signo fotográfico algumas características abordadas por Dubois (2015): “singularidade”, “atestação” e “designação”. A imagem fotográfica compreendida como a impressão de um objeto real, torna-se única e singular, pois remete apenas a um referente, designando algo em particular. Portanto, tem como característica e princípio a não repetição do referente, registrado em uma matriz negativa (o instante único, recorte do tempo e espaço registrados pelo obturador da câmera). Sendo assim, a unicidade se refere ao signo e ao objeto denotado, já a conotação veicula significados secundários que se agregam ao primeiro na relação objeto/signo e na possibilidade de duplicação dessa imagem inúmeras vezes (COELHO NETTO, 1999).

Compreendendo a imagem como denotação de um referente único, podemos concluir que ela nos remete à existência de algo e possui caráter de evidência. A fotografia atesta, certifica ou testemunha algo: “foto-como-prova” (DUBOIS, 2015, p. 73). Sua utilização para fins judiciais, policiais e médicos já foram mencionados. E finalmente, a “designação” refere-se à característica de índice, apontado por Peirce (2015), como algo que dirige a atenção, que aponta e, portanto, não carrega todo seu sentido em si mesmo, depende da situação de enunciação.

Se a questão do referente é fonte de disputas teóricas, para o imaginário social a fotografia transita sem desconfiança. Imagens se tornam símbolos de determinados momentos históricos e passam a ocupar um lugar quase inquestionável de memória desses eventos. Nesse caso, as imagens têm poder de persuasão e se configuram como uma linguagem eficaz, pois a ela a sociedade confere status de verdade (FABRIS, 2007).

No entanto, essa ideia da imparcialidade fotográfica foi amplamente desconstruída. Norteiam a crítica a compreensão de que esta é uma linguagem visual constituída por uma série de camadas que vão desde o tipo de equipamento e tecnologia disponíveis no ato do registro, ao filtro do fotógrafo, enquadramento, visão de mundo, recortes e manipulações. É a partir dessa relação de ambiguidade que a

documentação deve ser levada em consideração quando torna-se objeto de análise e tratamento.

2.4 O documento fotográfico e sua descrição

Fotografias são fonte de informação. Na perspectiva de registros produzidos por instituições no desempenho de suas funções são consideradas documentos de arquivo. A possibilidade de recuperação e disponibilização dos documentos é essencial para promover o acesso à informação, mas os documentos iconográficos são comumente considerados “especiais” e a eles são designados tratamentos específicos. Pois, nos registros visuais informação e suporte diferenciam-se dos tradicionais documentos textuais, gerando desafios com relação ao tratamento documental e à preservação.

Nesse sentido, é de fundamental importância chamar atenção para a contextualização dessas imagens dentro da estrutura institucional que produziu tais registros. A identificação dos documentos a partir de séries e tipologias documentais enquadraria os registros dentro de uma lógica organizacional. Ou seja, a identificação das fotografias a partir de suas funções e o estabelecimento de um quadro de arranjo que fornecesse os parâmetros da produção documental são propostos como parâmetro de classificação e etapa anterior a descrição dos documentos.

No entanto, os documentos iconográficos acabam sendo invariavelmente organizados de forma apartada do restante da documentação e não obedecem aos mesmos procedimentos de classificação de arquivo. São tratados de forma individualizada e o parâmetro de organização passa a ser temático, a partir da descrição de seu conteúdo. Como, geralmente, é essa a forma de abordagem dos documentos imagéticos nos debruçaremos sobre essa discussão.

Um dos aspectos para a compreensão do discurso fotográfico é a análise do conteúdo da imagem levando em consideração o processo de comunicação com o receptor da imagem. Roland Barthes (1990) analisa a mensagem fotográfica pela perspectiva da fotografia de imprensa e a compreende inserida na teoria da comunicação: a mensagem fotográfica também é constituída por fonte emissora, canal de transmissão e meio receptor. Dessa maneira, a fotografia não comunica de

forma isolada, ela é um objeto que possui autonomia estrutural, mas em sua análise é preciso levar em consideração que sua estrutura não é necessariamente isolada, quando vem acompanhada de textos (título e legenda, por exemplo). Portanto, a totalidade da informação não está configurada necessariamente apenas por uma estrutura, a da imagem, existem outras nuances que interferem em sua leitura.

Qual é o conteúdo da mensagem fotográfica? O autor responde que entre o objeto e a imagem não haveria um código, apesar de a imagem não ser o próprio real, ela é seu “análogo”. Surgindo assim, o estatuto da imagem fotográfica comportando duas mensagens: denotada (próprio análogo) e conotada (como a sociedade lê essa mensagem).

À primeira vista a fotografia seria a única estrutura de informação constituída de forma exclusiva pela mensagem denotada. O que torna sua descrição tarefa inerentemente complexa, como aponta Barthes (1990, p. 12)

[...] diante de uma fotografia, o sentimento de “denotação” ou, se se preferir, de plenitude analógica é tão forte que a descrição de uma fotografia é literalmente impossível; porque descrever consiste exatamente em juntar à mensagem denotada um relê ou uma mensagem segunda, mergulhada num código que é língua (langue), e que constitui fatalmente, por mais cuidado que se tome para ser exato, uma conotação relativamente ao análogo fotográfico: descrever não é portanto apenas ser inexato ou incompleto, é mudar de estrutura, é significar outra coisa além do que se mostra.

No entanto, esse caráter puramente denotativo da fotografia é o sentido comum atribuído a ela, sua hipótese é de que ela seja conotada. No exemplo do autor, uma fotografia de imprensa é trabalhada, escolhida, composta, construída por normas e parâmetros estéticos e ideológicos (que são fatores de conotação) e essa imagem também é “lida”. O receptor relaciona a imagem a um repertório de signos compartilhados naquela sociedade. Como todo signo suporia um código, é este código (conotação) que seria preciso estabelecer para empreender pela análise da mensagem fotográfica. Barthes aponta para um paradoxo fotográfico: “[...] coexistência de duas mensagens, uma sem código (seria o análogo fotográfico) e outra com código (seria a ‘arte’ ou o tratamento ou a ‘escritura’ ou a ‘retórica’ da fotografia)” (BARTHES, 1990, p. 3).

Tal paradoxo coincidiria com um paradoxo ético, a neutralidade e objetividade da fotografia imporiam uma fidelidade ao real. Investi-la de valores significaria

adulterar sua essência. “[...] como então a fotografia pode ser ao mesmo tempo “objetiva” e “investida”, natural e cultural?” (BARTHES, 1990, p. 3) A conotação da imagem fotográfica é a imposição de sentido nos diferentes níveis de sua elaboração: escolha, tratamento técnico e enquadramento. Dentre essas escolhas o autor aponta para a trucagem, pose, objetos, fotogenia, esteticismo e sintaxe. Esses seriam os principais processos de conotação na imagem fotográfica. No entanto, quando se lê texto e imagem juntos incluem-se camadas de significação. A imagem não ilustra meramente o texto, nesse caso, é o texto que sublima ou racionaliza a imagem. O efeito de conotação também difere conforme o discurso é apresentado, ou seja, o quanto ele se aproxima ou se distancia da imagem. Quanto menor for a distância menos parece conotá-la. Mas a conotação invariavelmente levará a inúmeras possibilidades de descrição, afastando a estabilização de seu sentido do objeto denotado. A descrição de imagens por meio da linguagem textual produzirá ainda outras camadas de significado.

É impossível [...] à palavra dublar a imagem, pois a passagem de uma estrutura a outra elaboram-se fatalmente significados segundos. Qual é a relação desses significados de conotação com a imagem? Trata-se aparentemente de uma explicitação, isto é, numa certa medida, de uma ênfase, com efeito, na maioria das vezes, o texto só faz amplificar um conjunto de conotações já incluídas na fotografia; mas às vezes também o texto produz (inventa) um significado inteiramente novo [...]. (BARTHES, 1990, p. 6)

Para que o homem projete na leitura de imagens seus valores é preciso que a significação seja elaborada dentro de uma sociedade definida. Portanto, a leitura fotográfica é histórica e depende do “saber” daquele que a lê, como uma linguagem, inteligível apenas para aqueles que aprendem seus signos.

Nesse sentido, o autor questiona: como lemos a fotografia? Na linguagem não há percepção sem categorização, ela só existiria socialmente imersa. Assim como nas categorias da língua, que conotam o real, as conotações da fotografia coincidiriam com os planos de conotação da linguagem. A fotografia, no que concerne ao seu paradoxo, faz de um objeto uma linguagem e transforma uma arte “mecânica” (vista como produto de um processo físico-químico) em uma instituição social.

Levando em consideração as implicações semióticas que perpassam a fotografia enquanto linguagem socialmente construída e interpretada, abordaremos os desafios do tratamento documental de instituições custodiadoras de acervo que

visem a disponibilização de imagens a partir de instrumentos de pesquisa ancorados na descrição do conteúdo das imagens.

O tratamento documental visa o acesso e a disponibilização da informação por parte da instituição custodiadora da documentação ao pesquisador/usuário interessado. Para isso a classificação e a descrição dos documentos são importantes processos para conhecimento amplo do acervo. A sistematização da informação, gerada pela classificação e pela descrição das imagens fotográficas serão abordadas a partir do uso da descrição do conteúdo da imagem como parâmetro para catalogação dos documentos, e em um segundo momento, nos debruçaremos sobre a perspectiva da arquivologia com relação ao tratamento de fotografias produzidas por instituições e/ou pessoas caracterizadas como fundos de arquivo.

São muitas as dificuldades na descrição da mensagem fotográfica ao levar em consideração o caráter denotativo e conotativo da fotografia, pois as possibilidades de leitura da imagem ocorrem dentro de um contexto histórico e dependem do "saber" daquele que as faz. González e Arillo (2003) também refletem sobre a leitura de imagens, mas o fazem do ponto de vista do tratamento da informação. Os autores afirmam que a missão do analista ao operar um sistema documentário que busque a descrição da imagem é muito difícil no que concerne a "coincidência" entre imagem e sua representação.

A interpretação pessoal leva a um duplo efeito conotativo: uma mesma pessoa percebe uma certa imagem de formas diferenciadas em contextos diferentes ou a interpreta segundo uma organização que lhe é peculiar [...] certos estímulos apreendidos agregam ao signo icônico um significado distante da relação código-mensagem. Portanto a denotação se estabelece assim como condição perceptiva e a imagem, consequentemente, como signo motivado. (GONZÁLEZ; ARRILLO, 2003, p. 51).

A interpretação da imagem é condicionada por uma série de fatores: objetividade do documentalista, seu referente pessoal, o referente da imagem e o referente texto – legendas (de álbuns), roteiros (materiais audiovisuais), título das notícias (reportagem jornalística), que podem acompanhar a imagem. A polissemia da imagem ao ser considerada leva à reflexão: se descreve o que se vê ou o que aquilo representa? A imagem é representação, mesmo a fotografia com sua suposta "transparência", por isso os ruídos na recuperação são comuns.

Elaine Svenonius (1994) trata justamente sobre as dificuldades da descrição relacionadas a caracterização do assunto de materiais não escritos, como trabalhos visuais ou musicais. Como tais exemplares podem ser indexados por assunto pela mediação da linguagem escrita? Indexar é apontar para onde algo pode ser encontrado e a indexação por assunto é feita utilizando palavras sozinhas ou em combinação, como palavras-chaves, descritores ou termos indexáveis. Assumindo que a indexação por assunto é feita por meio de palavras, a autora aponta para os problemas de tradução entre diferentes mídias. Trabalhos visuais ou musicais empregam uma apresentação simbólica e apesar de falarmos em linguagem musicais ou artística, nenhuma delas possui as características da linguagem verbal para que se aplique o modelo científico de assunto para domínios que utilizam simbolismos não-verbais.

Assumindo a perspectiva de que obras de arte se utilizam da apresentação de símbolos e não expressam proposições da forma que a linguagem escrita faz (o assunto de uma proposição lógica denota sobre o que se fala, um conceito ou uma coisa – análogo à gramática), nesse sentido é possível afirmar que eles se referem a necessariamente um tema/assunto? Algumas imagens claramente retratam ou representam algo da realidade, no caso da fotografia essa é uma característica atribuída a ela. No entanto, no caso da arte abstrata ou não-figurativa, por exemplo, a linguagem artística pode ser utilizada para propósitos emotivos ou simbólicos. E o tema ou assunto não poderiam ser apontados a partir de seus elementos porque não são linguisticamente identificáveis.

Compatibilizar dois tipos de linguagem, com códigos, estruturas e camadas simbólicas diferentes nos leva ao “problema da transcodificação”, apontado por Johanna Smit (1987). Isso porque a análise da imagem pressupõe a “tradução” de elementos de um código icônico para um código verbal, “[...] com todos os problemas que toda tradução evoca automaticamente: perda de precisão, seleção de informação, possibilidade de erro, etc.” (SMIT, 1987, p. 103).

Portanto, a descrição da imagem nunca é completa. Sua suposta transparência e capacidade de ser o “espelho” do real dificultam sua caracterização independentemente do nível de especificidade. O que torna complexa também a diferenciação entre descrição e interpretação, visto que a tradução de um código semântico para outro abre essa possibilidade. Ao analisar documentos escritos, o uso

de termos abstratos para conceituar tal descrição é comum, ou seja, o termo abstrato resume termos concretos, o que não se aplica às imagens. O termo abstrato limita o significado de uma imagem e direciona a um tipo de leitura em detrimento de outras. Levando a descrição a um movimento contrário: utilização de termos concretos para descrição de uma imagem complexa.

A complexidade da imagem advém também da polissemia atribuída a ela, ou seja, a capacidade de adquirir novos sentidos além daquele original. A imagem remete a uma realidade específica, mas pode também ilustrar um panorama geral. As fotografias, portanto, acabam se constituindo como documentos que têm a sua descrição como tarefa complicada. A dificuldade da análise da imagem repousa justamente na separação entre análise denotada (o que está presente na imagem) e conotada (o que se interpreta da imagem). Essa interpretação ocorre a partir de valores e contextos que não estão presentes na imagem, mas que são compartilhados socialmente.

Dito isso, está posto que os mecanismos de descrição para informação textual não podem ser mecanicamente transpostos para os documentos fotográficos. O tratamento e a recuperação das imagens devem ser pensados não somente pelo seu conteúdo informacional, mas também por sua expressão fotográfica (SMIT, 1996).

Como já foi colocado, a noção de índice fotográfico nos permite tratar o registro, do ponto de vista documentário, a partir do objeto retratado e de seu componente como documento. De acordo com Smit (1996, p. 30):

O conceito de fotografia-índice resume, portanto, os dois parâmetros básicos que deverão nortear o trabalho documentário com a imagem: a presença do referente e a clareza sobre a relatividade cultural de sua leitura (e, consequentemente, de sua utilização pelo usuário final).

Há uma dupla dimensão que circunda a análise da imagem e sua representação, de um lado a identificação de seu conteúdo a partir do referente retratado e de outro, as leituras que se tornam possíveis a partir da apreensão de seu código cultural.

Com relação a análise de imagens, Panofsky (2014) discorre sobre três níveis baseados na descrição, na identificação e na compreensão da obra de arte: nível pré-iconográfico (tema primário ou natural, identificação das formas e das expressões),

nível iconográfico (tema secundário ou convencional, reconhecimento dos motivos artísticos como portadores de uma significado e de alegorias) e nível iconológico (significado intrínseco ou conteúdo, apreensão de princípios sociais, artísticos, culturais, religiosos, políticos e históricos do período de produção de uma obra). A iconologia, análise baseada na imagem, mas que extrapola seus limites ao contextualizar códigos à realidade social e cultural do ambiente onde as imagens foram produzidas passaria a ser tema de estudo de disciplinas como a História, Crítica de arte e Sociologia.

Já as análises pré-iconográficas e iconográficas, pautadas diretamente nos componentes da imagem seriam objeto das Ciências Documentárias, interessada na recuperação da informação por meio da identificação desses elementos primários e secundários. O trabalho do especialista em documentação, nesse caso, baseia-se em explicitar as características do documento visual, identificá-lo e descrevê-lo, para que ele possa ser recuperado.

A imagem é ao mesmo tempo específica e genérica com relação ao que representa (SHATFORD, 1986, p. 47 apud SMIT, 1996, p. 31). O usuário poderia pesquisar a imagem por um assunto genérico (pré-iconográfico) ou específico (iconográfico), buscando algo que representasse uma categoria ampla do referente ou abordando algo próprio. Por exemplo, a imagem de uma banda musical e a imagem da banda musical formada por internos do Preventório Jacarehy (Figura 01), instituição que funcionou entre os anos de 1932 e 1952 como local para abrigo dos filhos dos pacientes de hanseníase isolados nos hospitais-colônias. Essas duas buscas poderiam produzir como resultado a mesma imagem, no entanto, com possibilidades de sentidos e interpretação bastante diversos.

Figura 01 – Banda de meninos, Preventório Jacarehy

Fonte: Preventório Jacarehy. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Sara Shatford (1986), apoiando-se nos dois primeiros níveis de análise explicitados por Panofsky, propõe que a identificação das imagens seja baseada na articulação de duas perguntas direcionadas: *de* que é a imagem? (Significado factual) E *sobre* o que é a imagem? (Significado expressivo). Estabelecendo os termos *de específico*, *de genérico* e *sobre* para análise. Portanto, no nível pré-iconográfico (factual) a identificação se dá pela identificação dos objetos e situações representadas, já no nível iconográfico (expressivo) parte-se para o assunto tratado.

O endereçamento das categorias *quem*, *onde*, *quando*, *como* e *o que*, utilizadas como parâmetro para análises de textos também foram utilizadas para a descrição de imagens. Ginette Bléry desenvolve uma proposta de representação do conteúdo da imagem baseada nessa metodologia (BLÉRY, apud SMIT, 1996, p.32) – Quadro 01.

Quadro 01 – Categorias para representação do conteúdo da imagem

CATEGORIAS	REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO DAS IMAGENS
QUEM	Identificação do “objeto focado”: seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais, etc.
ONDE	Localização da imagem no “espaço”: espaço geográfico ou espaço da imagem (p. ex. São Paulo ou interior de danceteria)
QUANDO	Localização da imagem no “tempo”: tempo cronológico ou momento da imagem (p. ex. 1996, noite, verão)
COMO/O QUE	Descrição de “atitudes” ou “detalhes” relacionados ao “objeto focado”, quando este é um ser vivo (p. ex. cavalo correndo, criança trajando roupa do século XVIII)

Fonte: SMIT, 1996, p. 32.

Figura 02 – Sociedade Protetora dos Morféticos S. Lázaro

Fonte: Álbum Aspectos Anteriores à Prophylaxia da Lepra. 1936. Bibliotheca. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Aplicando essas categorias na fotografia da Sociedade Protetora dos Morféticos São Lázaro (Figura 02), teríamos as seguintes informações recuperadas, conforme indicado no Quadro 02.

Quadro 02 – Categorias para representação do conteúdo da imagem (Figura 02)

CATEGORIAS	REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO DAS IMAGENS
QUEM	Homens, mulheres e crianças
ONDE	Asilo de hansenianos, Tatuí, São Paulo.
QUANDO	1936
COMO/O QUE	Grupo de pessoas reunidas em frente à construção religiosa (Igreja)

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Ginette Bléry propôs ainda a utilização da categoria *como*, destacando a importância da técnica fotográfica para identificação de informações relevantes na imagem (Bléry, G. apud SMIT, J. 1996, p.32).

A seleção da informação a ser usada na representação iconográfica partindo dos parâmetros descritos acima – análise pré-iconográfica e iconográfica – deveria partir da contextualização da imagem a partir dos conhecimentos genéricos do documentalista (visão geral de mundo), dos conhecimentos específicos (compreensão da cultura e do perfil da instituição custodiadora de acervo) e do perfil do usuário que busca a informação iconográfica. No entanto, mesmo com uma metodologia estabelecida paira a dúvida sobre as possibilidades de excesso ou economia de informação, por parte do documentalista, quando se descreve a imagem.

Shatford (2002) pontua que a escolha de termos a serem utilizados na descrição de imagens e a profundidade a ser empregada, sejam genéricos ou específicos, diverge dos procedimentos utilizados na linguagem textual, por exemplo. No caso da imagem ela é sempre referência de algo específico. Já a identificação de *sobre* o que (aboutness) uma imagem retrata é uma tarefa menos óbvia, e em alguns casos é essencial para determinar seu assunto, caso das alegorias ou expressões simbólicas.

Além das identificações *de* e *sobre* o que uma imagem retrata, delimitar o tipo de obra ou documento também é pertinente para o efeito da análise. O tipo de obra pode se confundir ou se sobrepor com o assunto em alguns casos. No caso das fotografias, por exemplo, elas podem retratar uma obra de arte, mas também podem ser consideradas obra de arte. Obras produzidas por um artista específico e obras que tem como assunto esse mesmo artista ou que retratem o artista também necessitam

de diferenciação. Essas distinções são importantes, mas a possibilidade que as informações sejam facilmente cruzadas também é igualmente desejável.

Guardadas as especificidades de tratamento da documentação arquivística, bibliográfica e museológica, tanto do ponto de vista da catalogação, quanto da guarda e da conservação, seria desejável haver a possibilidade das informações de conteúdo e/ou proveniência serem recuperadas em conjunto, independente do suporte ou gênero. Nesse caso, o usuário que fizer a busca por um determinado termo obterá como resultado diferentes documentos, nos variados suportes, que remetem a ele.

Nesse sentido, uma recuperação eficaz quando se trata de imagens está condicionada à possibilidade de recuperação não de um item específico, mas de um grupo de documentos em relação. Para Shatford (2002), a decisão de qual aspecto com relação ao assunto será priorizado e a profundidade que será empregada deve se centrar, sobretudo, na utilidade e no tipo de acesso levando em conta necessariamente o perfil do usuário e a natureza da imagem.

A descrição de uma imagem tem como objetivo promover sua recuperação e consequentemente viabilizar o acesso à informação ao usuário. Mas as especificidades do documento visual, já mencionadas, e as dificuldades enfrentadas na descrição também levantam questionamentos com relação à eficácia da recuperação. Shatford (1994) discute algumas das questões intelectuais que envolvem a indexação de imagens visuais ou pictoriais, levando em consideração que a indexação de imagens deve promover acesso baseado em seus atributos e a grupos relevantes de imagens e não apenas a imagens individuais.

Imagens que precisam de indexação podem aparecer em qualquer disciplina: nas ciências, com as fotografias de expedição, de lugares remotos e ilustrações médicas; nas artes existem as imagens que são as próprias obras e fotografias ou slides com reproduções de obras, por exemplo. Em geral essas coleções são catalogadas das mais variadas formas, no entanto, os propósitos da indexação da imagem e o que ela deve alcançar pode ser generalizável.

A autora elenca dois objetivos que devem estar na perspectiva da indexação de imagens: promover o acesso baseado em seus atributos e promover o acesso a grupos relevantes e não simplesmente a itens individuais. A autora lista alguns tipos de atributos a serem levados em consideração.

Os atributos biográficos são aqueles atributos de criação da imagem, como autor (artista, fotógrafo), a data, o local da criação e seu título; e atributos ligados a seu percurso, como locais por onde passou, atual custodiador, proprietário, valor, alterações, etc.

Já os atributos do assunto são uma das categorias mais levadas em consideração quando se fala em indexação, uma das mais problemáticas e menos objetivas, contudo, das mais relevantes. Retomando o que já foi dito, imagens transmitem informações de uma forma diferente se comparada ao texto escrito, os atributos referentes ao aspecto da imagem são *de* e *sobre* o que a imagem retrata. Em segundo lugar, uma imagem pode ser genérica e específica ao mesmo tempo.

E os atributos de relação estão ligados às características que podem relacionar uma imagem a outros documentos, tanto à outras imagens, quanto a outros gêneros documentais, sejam eles textuais ou tridimensionais. Indicar tais relações pode ser importante no trabalho de indexação e ao fazê-lo, não apenas apontar a correlação, mas indicar também a natureza da relação entre os diferentes documentos.

O acervo do DPL encaminhado para o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, por exemplo, é bastante rico nesse sentido, existem exemplares de documentação textual, iconográfica, audiovisual, bibliográfica e museológica. São diferentes gêneros documentais em suportes variados que foram produzidos e/ou acumulados pela mesma instituição ao longo de sua atuação enquanto órgão responsável pelo tratamento de doentes acometidos pela hanseníase e direcionados para guarda permanente.

Partindo das premissas de indexação, o objetivo deve ser promover acesso às imagens da melhor forma possível. Visar o acesso a partir de grupos de imagens é preferível ao resultado individual, porque em algumas disciplinas a justaposição e comparação de imagens que compartilham uma ou mais características em comum são essenciais para o pesquisador. O usuário pode também não conseguir expressar claramente os critérios de uma imagem desejada e o acesso a grupos de imagens pode ser frutífero para promover o acesso a uma imagem específica quando a busca não está bem direcionada (SHATFORD, 1994).

Os grupos de imagens podem tanto ser criados na hora de recuperação da imagem ou o agrupamento também pode ser um parâmetro na hora da indexação.

Ohrbach (1990 apud SHATFORD, 1994) dá exemplos de opções aplicadas à catalogação de fotografias que podem ser baseadas na proveniência das imagens, como nos documentos de arquivo ou a partir de atributos da imagem como autor e assunto. Os grupos de imagem são úteis tanto na disponibilização de imagens ao usuário quanto ao princípio de organização de fundos de arquivo.

Levando em consideração a complexidade da descrição e representação de imagens fotográficas tratadas de forma individualizada, a opção pela organização de documentos de arquivo, que vise a recuperação por grupos, apontada inclusive pelos autores acima como algo desejável, reitera um dos princípios da Arquivologia, que é o caráter de organicidade dos conjuntos documentais. Isto é, qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades das entidades produtoras em suas relações internas e externas, guardando relação entre si (BELLOTTO, 2002). As possibilidades desse tipo de abordagem para o tratamento de documentos imagéticos que compõem fundos de arquivo devem ser levadas em consideração.

2.5 Tratamento arquivístico de acervos fotográficos

Partindo da premissa de que o objeto desta análise é caracterizado como uma documentação arquivística, a opção pelo tratamento documental proposto é baseada em uma abordagem que pretende explicitar a organicidade entre os documentos e as atividades que os produziram, assim como as relações hierárquicas dentro do fundo arquivístico, que refletem sua estrutura organizacional.

Os autores costumam voltar-se, sobretudo, ao interesse do documento como fonte e objeto da história. No entanto, independente do uso que essas imagens terão a partir do momento que forem consultadas nas instituições de guarda, continuarão mantendo o tipo de relação exposta acima: expressam as relações, estrutura e funções da entidade produtora, por isso a importância do estabelecimento de séries documentais para compreensão do conjunto de fotografias de forma orgânica, pois a imagem isolada não explicita tais relações.

Isto posto, qual seria a metodologia mais adequada para o tratamento de fotografias assumindo o seu valor de arquivo? Alguns autores propõem explorar a Diplomática contemporânea como forma de análise das fotografias: “new uses for an old science” (DURANTI, 1989 apud SCHWARTZ, 1995, p.41). O esforço consiste em

pensar as implicações do uso da Diplomática não apenas para os atos escritos de origem governamental ou notarial (BELLOTTO, 2002, p. 13) submetidos a um sistema de validação, mas também aos documentos tidos como modernos: novas mídias e formatos, como os documentos visuais, por exemplo.

Para Nancy Bartlett (1996), a Diplomática poderia oferecer aos arquivistas uma orientação ao considerar no processo fotográfico suas características intrínsecas e extrínsecas e seus elementos de autoridade, autenticidade e finalidade. Uma vez que esses elementos tenham sido considerados, a criação e aplicação de tipologias para fotografias institucionais se tornam facilitadas. Esse olhar para a dinâmica e integridade original do documento são o cerne da problemática arquivística na era da informação, conforme a autora.

A Diplomática é uma disciplina criada no século XVII para identificar, avaliar e comunicar a “natureza” dos documentos de arquivo (BELLOTTO, 2002). Estuda sua origem, forma e transmissão, assim como as relações entre os documentos, os fatos representados e seus criadores. Os documentos típicos diplomáticos têm como característica o testemunho de ações de natureza jurídica, observância a certas formas, força probatória e presença de dados fixos na mesma espécie documental. Portanto, seu objeto será a estrutura formal do documento, aquilo que lhe garantirá autenticidade e autoridade.

Bruno Delmas (2010) também propõe o uso da Diplomática atualizada nos procedimentos arquivísticos contemporâneos. Ao comparar a Diplomática clássica com a Diplomática contemporânea, seus usos, objetos e possibilidades, uma das diferenças fundamentais identificadas diz respeito ao suporte. Os documentos antigos não são comparáveis aos eletrônicos, por exemplo, com relação à forma que o documento é estruturado, registrado e acessado. No entanto, há algo de fundamental que possibilita a manutenção da analogia: a questão da informação. Os documentos de arquivo são instrumentos necessários para a efetivação das atividades de uma instituição ou pessoa, são o testemunho de ações e portadores de informação orgânica e essas características independem de seu suporte.

Da mesma forma, pouco importa que as técnicas modernas multipliquem, ao lado dos textos tradicionais, a produção de dados, de imagens, de documentos visuais e sonoros, virtuais ou reais, em suporte eletrônico ou ótico, de objetos. As condições de sua criação fazem deles *ipso facto*,

documentos de arquivos como os outros, com o mesmo caráter pessoal e a mesma presunção de autenticidade. (DELMAS, 2010, p. 132-133).

Deste modo, se a informação contida em um documento for considerada orgânica, estruturada e válida, pode vir a ser objeto da Diplomática. Tanto os documentos tradicionais transferidos para novos suportes quanto os documentos gerados por novos meios, se produzidos por um órgão no exercício de suas atribuições através de procedimentos estabilizados, podem ser presumidos como autênticos. As novas tecnologias teriam trazido o debate da manipulação ou falsificação, de textos e imagens, facilmente produzidos pela mediação das máquinas se comparados aos textos manuscritos, por exemplo, no entanto, manipulação e falsificação são termos bastante diferentes, não é a veracidade do conteúdo do documento que se coloca em análise propriamente quando se fala em autenticidade, mas as condições de produção, tramitação e difusão do mesmo e a quem as compete.

A finalidade da Diplomática hoje se difere daquela do início da disciplina, voltada para facilitar o acesso aos documentos pela crítica, autenticação e análise descritiva dos documentos. Hoje, para além da função de prova, há a demanda pelo dever de memória, pois ao documento arquivístico foi atribuído também função de lembrança, compreensão e comunicação. Outros públicos passaram a acessar a informação arquivística, com diferentes interesses. No entanto, o tratamento do documento que tenha como intenção a preservação e difusão da informação reduzindo as incertezas geradas pela proliferação das fontes, novos suportes e formas de tramitação levam aos procedimentos já consolidados pela identificação das tipologias documentais, classificação de acordo com sua natureza, função e relação com demais documentos.

No caso dos documentos iconográficos e audiovisuais, inclusive os de origem institucional, não há em geral preocupação com seu caráter documental, embora tal contextualização seja ainda mais necessária do que os documentos textuais tradicionais. Essas fontes acabam sendo pouco integradas ao restante da documentação arquivística de forma crítica, sua utilização não é facilitada para esse uso, sua capacidade informativa é reduzida e, geralmente são utilizadas como objeto de interesse comercial, ilustrativo e colecionista.

Segundo Elisabeth Parinet (1996), a Diplomática contemporânea define como meta para os arquivistas a designação das fontes históricas e as regras para um estudo crítico dessas mesmas fontes. A questão se coloca de maneira prática também, porque está ligada a decisões cotidianas na vida do arquivista, como decidir que lugar essas imagens ocupam entre outros documentos e o que cada imagem individualmente pode significar ao pesquisador.

Fotografias administrativas podem lembrar documentos administrativos escritos, pois, precisam ser objetivas, documentam ações e informam situações de uma maneira que a descrição textual seria incapaz. Para isso, possuem regras, fórmulas e uma linguagem administrativa que segue convenções e é marcada, sobretudo, pela impessoalidade, afirma a autora. Para serem considerados como institucionais, os documentos fotográficos devem também ter sido produzidos sistematicamente por uma instituição durante suas atividades oficiais.

As fotografias institucionais são produzidas a partir de uma demanda ou autoridade competente, possuem valor de prova, portanto, são consideradas documentos assim como os textos administrativos convencionais. No entanto, em alguns casos, essas fotografias passam a ser reconhecidas pelo seu valor estético também. Características como objetividade e austeridade dependem da função para qual a fotografia institucional foi criada, muitas vezes registros feitos para divulgação ao público podem destoar dessas características. Portanto, ao analisar fotografias institucionais é preciso levar em consideração tanto o produtor quanto o receptor das imagens. O trabalho do arquivista seria autenticar a origem e o propósito da fotografia e confirmar informações sobre a intenção de produção e de seu público-alvo. Logo, os critérios aplicados aos arquivos institucionais seriam perfeitamente aplicáveis para fotografias de arquivo, conclui Parinet (1996).

A compreensão contextual do uso da fotografia por governos e instituições (comunicando ideologias, criando memória e espaços simbólicos) gera a necessidade de identificação do contexto funcional de produção desses registros, pois é essa dimensão que transforma imagens individuais em documentos de arquivo. Esse tipo de análise pode contribuir para explicitar o valor informativo e evidencial do registro, determinando sua compreensão como documento. No entanto, dificilmente enxergamos na fotografia um ato deliberado para produção de alguma consequência ou ação para além da informação ali contida, mas as fotografias também expressam

ideias de forma documentária. É preciso repensar a compreensão do uso da fotografia depositada em arquivos permanentes.

O documento possui um âmbito externo que é sua forma física, uma articulação interna, que é sua forma intelectual e uma mensagem que é seu conteúdo. Os caracteres ou elementos externos (extrínsecos, físicos ou formais) têm a ver com a estrutura física e com a sua forma de apresentação: espaço/volume, suporte, formato, forma e gênero; os caracteres ou elementos internos (intrínsecos, substantivos ou de substância) têm a ver com o conteúdo, seu assunto propriamente dito e com a natureza da sua proveniência: função, atividade, conteúdo, data tópica e data cronológica. Estas noções poderiam ser aplicadas a fotografia, mas comumente a identificação desse tipo de registro gira em torno de sua forma física e mensagem, a função acaba não sendo problematizada.

Joan Schwartz (1995) aborda tais elementos problematizando conceitos caros à Diplomática como autenticidade, autoridade e confiabilidade aplicados à fotografia¹⁹. A veracidade do fato na fotografia foi sempre presumida pela sua característica de verossimilhança com a realidade, percebida como uma forma objetiva de documentar. À imagem fotográfica foi atribuída a ideia de neutralidade, mas se tratando de veracidade, o conteúdo não pode ser confundido com a mensagem. No caso da fotografia, veracidade e autoridade derivam da sua origem mecânica.

Obstante, precisão ótica não garante neutralidade documental. A fotografia é a representação de algo, criada com um propósito e mediada por códigos culturais. Para a Diplomática o valor de evidência é muito importante, mas nesse caso é preciso deslocar a noção de autenticidade com a de veracidade. O propósito da Diplomática é determinar a confiabilidade da fonte documental, a fotografia não atesta necessariamente sua confiabilidade por apresentar em seu conteúdo uma transcrição da realidade, a confiabilidade do documento pode ser revelada pela intenção de documentar, por quem a produziu e com qual intuito.

¹⁹ A retórica de transparência e verdade, ou em termos arquivísticos: autenticidade, confiabilidade e objetividade, que cercavam a fotografia, levantaram sérias questões com relação a natureza da “verdade” (SCHWARTZ, 2000).

Já com relação ao conceito de originalidade, a autora pondera que na Diplomática ele é utilizado para distinguir documentos originais de cópias. Com relação às fotografias, o conceito esbarra no princípio de reprodutibilidade fotográfica. O que não o inviabiliza, mas nesse caso precisa ser pensado de forma diferente. Seria o negativo o exemplar original enquanto as ampliações seriam suas cópias? No entanto, o negativo não é utilizado para comunicar a mensagem ao público. O fato de muitas ampliações poderem ser feitas a partir de uma matriz negativa e ser usada repetidamente sob diferentes circunstâncias aponta a possibilidade de existência de múltiplos documentos fotográficos originais, baseados na mesma imagem, utilizados para diferentes propósitos e diferentes funções. Portanto, o significado do documento fotográfico não repousa em seu conteúdo, mas nos diferentes contextos de criação do documento e uso analisados em conjunto (SCHWARTZ, 1995).

Já a noção de autoridade para a Diplomática está centrada sobre a importância do autor do ato a ser documentado ou a quem ele é endereçado. Na fotografia, o autor, fotógrafo, não é o único agente do processo. Fotografias produzidas por instituições governamentais por exemplo, expressam declarações e atividades de forma intencional que extrapolam a agência do autor do registro. O fotógrafo é apenas um dos atores nesse processo, trabalhando sob demanda. Quem são as pessoas interferindo na criação da fotografia? Qual a natureza do documento em relação a eles? Quem torna público ou difunde o documento também tem um papel relevante que pode determinar seu sentido.

Ainda de acordo com a autora, governos e instituições rapidamente incorporaram a fotografia como ferramenta auxiliar às atividades científicas, políticas e administrativas. Os registros são utilizados em relatórios, dossiês, pareceres e propagandas e quem os compila em álbuns, publica portfólios, edita e escreve legendas também determinam a forma como vemos as imagens e o contexto na qual estão inseridas.

A questão da autoria nas fotografias do Departamento de Profilaxia da Lepra impõe um esforço similar. Não há indicação do fotógrafo das imagens, o rastro de autoria deixado é o carimbo do Instituto de Leprologia/ Laboratório fotográfico no verso das ampliações. O fotógrafo, nesse caso é um técnico à serviço da instituição, portanto, a produção das fotografias institucionais, vista como uma atividade técnica, teria como autor o próprio órgão produtor. A invisibilidade da autoria aponta para a

característica das fotografias institucionais, diferente das ilustrações científicas, utilizadas para finalidades similares, tanto na ciência como na saúde, o traço do artista era valorizado, pois os desenhos são sempre assinados, tornando fácil sua identificação. Na fotografia, seu automatismo e aspecto mecânico levam a uma certa invisibilidade do autor, que foi por muito tempo negligenciado. Essa dualidade expressa pela questão da autoria nas artes e na fotografia explicitam as tensões e diferentes concepções das áreas quando do surgimento da técnica fotográfica.

Parinet (1996), ao analisar a autoria da atividade fotográfica, afirma que esses registros são feitos geralmente por fotógrafos contratados pela instituição para qual trabalham, outros são independentes, contratados de acordo com a necessidade e incontáveis profissionais cujo trabalho é na maioria das vezes anônimo. Nesse caso, prevalece o registro feito de acordo com certas especificações e regras bastante restritas com relação ao seu resultado, traços de subjetividade do autor do registro nessas fotografias não são desejáveis e, portanto, perceptíveis. O fotógrafo seria considerado, nesses casos, um funcionário técnico-administrativo produzindo registros correntes. Há, conseqüentemente, uma diferença entre o autor e produtor das fotografias institucionais.

A atividade fotográfica raramente é formalizada nas organizações. O que leva também à escassez de registro sobre tais produções. O fato de não constarem no organograma funcional provoca lacunas de protocolos e normalizações dessas ações. Logo, carecem de informações.

O valor de arquivo nas fotografias reside na interrelação entre o objeto e as estruturas de criação e tecnologia da informação que os criaram. É o contexto que transforma imagens fotográficas em documentos fotográficos. Na perspectiva da documentação, as fotografias são compreendidas como indiscutivelmente probatórias, conforme afirma Schwartz (1995). Mas, a forma física e articulação interna da fotografia não necessariamente indicam a função ou marcadores de contexto e não apontam para seu valor, significado ou autoridade e a forma também não revela seu conteúdo. Portanto, os principais elementos característicos de um documento não estão necessariamente explicitados nos formatos fotográficos, para sua identificação são necessários procedimentos específicos.

A imagem fotográfica é inerentemente ambígua. Ou seja, só é compreendida como documento quando ligada ao seu contexto funcional. Sua função não pode ser apreendida apenas pela forma ou pelo conteúdo, como se aplica na Diplomática clássica com relação aos documentos textuais. A fotografia pode ser criada para um uso e posteriormente servir a outros, cada uso diferente de uma mesma fotografia precisa ser compreendido de forma distinta. Considerada uma mídia especial, como outros documentos não-textuais, provoca-se sua marginalização nos arquivos ao não se identificar nas fotografias as características clássicas que atestam o reconhecimento de um documento. A autora propõe utilizar a Diplomática não como um exemplo rígido, mas como uma aproximação ou perspectiva, ou seja, um modo de pensar os documentos de arquivo.

Heloísa Bellotto (2002) aponta para a necessidade de se compreender a Diplomática de forma não simplista e redutora, como instrumental para estudos paleográficos e jurídicos apenas. Uma abordagem mais adequada e atual deveria levar em consideração os documentos em conjunto, seus fluxos e tramitação para que “espelhe” as atividades de determinada administração em certo período. A abordagem da tipologia documental seria um apontamento nessa direção, conforme explicita a autora:

A Tipologia Documental é a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. Assim, o objeto da Diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade, enquanto o objeto da Tipologia, além disso, é estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. (BELLOTTO, 2002, p.19)

A Tipologia tem como objeto a lógica orgânica dos conjuntos documentais, pode ser chamada também de Diplomática Arquivística ou de Diplomática Contemporânea. Comparativamente, a Diplomática está preocupada com a forma dos documentos: forma semântica igual para problemas jurídicos iguais. Já a Tipologia (Quadro 03) volta-se para a forma dos conjuntos funcionais: para a mesma função, mesma forma.

Quadro 03 – Diplomática e Tipologia Documental

Diplomática	Tipologia/ arquivística
Campo de aplicação: em torno do verídico em forma e conteúdo	Campo de aplicação: em torno da relação dos documentos com as atividades institucionais ou pessoais
Objetivos sucessivos:	Objetivos sucessivos:
1. Estabelecer autenticidade	1. Estabelecer vinculação à competência, funções e atividade da entidade acumuladora
2. Data	2. Espécie documental
3. Origem	3. Origem
4. Tramitação	4. Autoria
5. Fixação do texto	5. Data

Fonte: BELLOTTO, 2014, p.351.

Prevalece então, o conjunto orgânico nessa abordagem e não o discurso ou conteúdo de cada documento individual. Conforme a autora, a efetivação da análise tipológica a partir na Arquivologia demanda o conhecimento prévio das seguintes questões: estrutura orgânico-funcional da entidade acumuladora; das sucessivas reorganizações que tenham causado supressões ou acréscimos de novas atividades e, portanto, de tipologias/séries; das funções definidas por leis/regulamentos; das funções atípicas circunstanciais; das transformações decorrentes de intervenções; dos processos, pois eles têm uma tramitação regulamentada (BELLOTTO, 2002).

Ainda de acordo com a autora (2006), para a identificação das séries (configuração que um documento assume de acordo com a natureza das informações contidas) e tipos documentais (configuração que o documento assume a partir da

divisão da espécie com relação a sua atividade geradora), prescreve-se: caracterização da espécie, a partir das definições apresentadas em dicionários especializados e fixação do tipo documental, a partir da denominação da atividade registrada; identificada tradicionalmente a partir do verbo presente no texto do documento que explicita o início da ação administrativa correspondente e a matéria a que se refere a ação.

Para a definição da série documental, parte-se de uma análise comparativa da tipologia documental e agrupamento em conjuntos que registrem a mesma atividade. Uma sequência de tipos documentais compõe uma série. Esses são os pontos que serão adotados para estruturação da proposta de organização das fotografias do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo.

Dessa forma, a identificação da atividade geradora dos registros seria a primeira tarefa no tratamento desse tipo de acervo, precedendo a descrição e indexação por conteúdo de cada item documental. Garantindo assim, a explicitação das relações orgânicas entre os registros na organização da documentação por meio de seu quadro de arranjo, espelhando a estrutura funcional e as finalidades institucionais de quem as gerou. A descrição das imagens e a indexação para recuperação por assunto seria a tarefa seguinte à organização do acervo e estruturação do quadro de arranjo, ampliando as possibilidades de recuperação da informação, por diferentes tipos de interesse e uso.

3. A PRODUÇÃO DA FOTOGRAFIA MÉDICO-CIENTÍFICA: DA REPRESENTAÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO

A inclusão de certas formas de registro e representação à categoria de documento, como por exemplo, os iconográficos decorrem também da utilização dessas imagens como fonte histórica, resultado de uma mudança de paradigma e de metodologia nas ciências humanas a partir da segunda metade do século XX.

A determinação da origem do documento, entretanto, nem sempre será possível pois verificar-se-á, no decorrer da pesquisa, que as informações a ele referentes, contidas nos arquivos, não raro são errôneas ou imprecisas ou, então, inexistentes. (KOSSOY, 2014, p.81).

A natureza da imagem fotográfica passa a ser investigada a partir de trabalhos que procuraram estabelecer uma teoria da fotografia ligada à história, às artes e demais ciências humanas. A semiótica também passa a exercer um enorme peso nos estudos envolvendo imagens:

Entretanto durante muito tempo os historiadores, de maneira geral, ignoraram as fontes iconográficas enquanto tais. Restritos aos documentos escritos, só recorriam a elas sob a forma de ilustrações muitas vezes tomadas como autoevidentes e autoexplicativas, desprezando, por conseguinte, aquilo que tinham de mais significativo: suas relações com os momentos históricos nos quais vieram à luz. (MELLO; PIRES-ALVES, 2009, p. 141).

As fotografias, assim como outros textos históricos não são autônomos do ponto de vista da interpretação e precisam de outros registros para viabilizar a compreensão de certos processos. Do ponto de vista da utilização das fotografias como fonte histórica a noção de “série” é fundamental.

Essa noção implica uma dinâmica entre as imagens que se relacionam em função de um tema, de uma missão fotográfica ou de um produtor e podem dar conta das semelhanças e diferenças entre si. Uma fotografia isolada, assim como qualquer outro tipo de documento, não pode dar conta do complexo significado do processo histórico. (MELLO; PIRES-ALVES, 2009, p. 146).

Antonia Heredia Herrera (1993) pondera que existem inúmeras considerações sobre o tratamento de fotografia como documento, dentre elas sua inclusão frente os chamados “novos documentos”. Sua natureza, origem, produção, problemas de terminologia, forma de agrupação, características da informação que transmite, o

tratamento que exige, a eleição da instituição depositária e a responsabilidade de recuperação, além do reconhecimento de seu serviço complementar ao documento textual.

A fotografia pode ser compreendida como registro reprodutor de uma certa realidade, certificado de presença e como uma forma de expressão artística. Essa dupla dimensão, informativa e artística, colocam questões também com relação à forma de armazenamento em instituições tradicionais como arquivos e bibliotecas ou em museus e institutos culturais. Tal dualidade irá determinar também a relação que os profissionais da área de documentação irão estabelecer para propor iniciativas de recuperação dos registros.

Há uma pergunta inicial que surge: há quem corresponde seu tratamento como documento e a que centro convém seu depósito e conservação? Para Herrera (1993) não existe uma única resposta. Os acervos fotográficos estão armazenados basicamente em arquivos, centros de memória, bibliotecas ou museus que formam coleções procedentes da atividade de um fotógrafo ou de uma iniciativa particular, por exemplo e os que formam séries arquivísticas geradas por um trâmite institucional. Mas, é comum a inexistência de iniciativas regulares de tratamento e de ferramentas de recuperação desse material, gerando falta de informação e dificuldade de acesso. Com relação ao tratamento, a autora chama atenção para o princípio da proveniência que não deve ser ignorado, identificando as circunstâncias de sua produção.

Conforme as ponderações da autora, a questão da responsabilidade do tipo de depósito, profissional ou tratamento despendido a elas não pode polarizar-se em torno de um único profissional da documentação. Existirá uma responsabilidade plural que corresponderá a cada caso, ao arquivista, museólogo, documentalista ou bibliotecário que virá determinada pelo tipo de produção e finalidade de criação da fotografia em cada contexto.

3.1 Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo: um breve histórico

A compreensão do contexto de produção de um documento de arquivo exige, antes de tudo, conhecer a história da entidade produtora, em uma abordagem, que privilegie preferencialmente as funções e atividades por ela desenvolvidas. Portanto, que esclareça a estrutura e funcionamento do organismo produtor e acumulador da documentação. A partir dessa perspectiva, o histórico da instituição foi investigado, com o auxílio de fontes que estavam no próprio arquivo, da legislação, que propiciou compreender a criação do órgão e suas principais transformações estruturais e de fontes secundárias, como a bibliografia já produzida sobre o tema. A localização e a consulta destas fontes resultaram na reunião substancial de informações que permitiram compreender o contexto geral de produção dos documentos.

As primeiras iniciativas e políticas do combate à hanseníase no estado de São Paulo antecedem a criação do Departamento de Profilaxia da Lepra, algumas ações incipientes tiveram lugar até 1935.

Não há notícia exacta da época da entrada da lepra no Estado de São Paulo, sendo porem certo que ela teve a mesma origem que noutros pontos do território nacional, isto é, foi importada com os primeiros colonizadores portugueses da ilha da Madeira. A primeira referência a doentes de lepra nos é dada em fins do século XVIII (1799) quando o Provedor e governador da Capitania estabeleceu uma mesada para assisti-los em domicílio 'em vista dos danos que produziam os esmoleres leprosos que se esmiscuiam com a população sã', e, em 1802 foi comprada uma chácara perto da cidade de São Paulo onde foram recolhidos os primeiros doentes. (SOUZA CAMPOS, 1934, p. 480).

O controle da hanseníase em São Paulo está relacionado com as políticas médicas e governamentais nacionais e internacionais, no entanto a abordagem do tratamento da doença, sobretudo, com relação à exclusão de pacientes acometidos pela hanseníase levará a particularização nesse caso, do que passaria a ser chamado de "modelo paulista de combate à lepra"²⁰.

Alguns autores advogam pela periodização da história contemporânea do tratamento da Hanseníase em três períodos: era pré-sulfônica, era sulfônica e era poliquímica (OPROMOLLA; LAURENTI, 2011). Os relatos sobre a hanseníase

²⁰ MONTEIRO, 2003.

existem desde os escritos bíblicos, no Brasil é a partir do século XVII que se iniciam as primeiras ações ligadas ao controle da doença, de acordo com os registros.

Segundo Maurano (1939) de 1865 a 1885, a Província de São Paulo foi 'riscada de estradas de ferro, reclamadas pelo contínuo desenvolvimento da agricultura cafeeira'. Esses movimentos populacionais podem ter contribuído para o alastramento de doentes na região, relacionando o crescimento das áreas acometidas com o processo de colonização do Estado. (MAURANO, 1939, apud OPROMOLLA; LAURENTI, 2011, p. 2).

No âmbito internacional, um marco com relação ao conhecimento sobre a doença e sua forma de contágio, foi o descobrimento da *mycobacterium leprae*, agente causador da doença, por Gerhard Hansen²¹, em 1872 (MONTEIRO, 2003). Os sinais clínicos da doença são o aparecimento de manchas esbranquiçadas ou avermelhadas, caroços e nódulos na pele, inflamações e perda de sensibilidade nas extremidades corporais (DEPARTAMENTO DE PROFILAXIA DA LEPRO, s.d.).

A partir da virada do século XIX para o século XX, início da Primeira República, o Estado de São Paulo passa a investir nas primeiras instituições de saúde, voltadas para as campanhas de controle de epidemias e pesquisa. Com relação à profilaxia da hanseníase não havia nenhuma política específica, já havia alguns lazaretos, muitos deles iniciativa de entidades de caridade, como instituições religiosas, mas não existia ação contínua ou específica das autoridades públicas.

Em 1917, cria-se a primeira lei específica no Estado para organização do combate à doença. A Lei Estadual n.1.582, de 20 de dezembro de 1917 autorizava o Governo a entrar em acordo com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, para a profilaxia da lepra (SÃO PAULO, 1917). Por meio desse ato a Santa Casa ficaria responsável pela manutenção e direção do serviço sob a fiscalização do Serviço Sanitário.

No âmbito nacional, a política de saneamento e saúde pública sofre importante impacto da visão de Belisário Penna, médico sanitariano que em companhia de Arthur Neiva²² realizaram expedições pelo interior do Brasil, em 1912, com o intuito de

²¹ Gerhard Henrick Armauer Hansen (1841-1912) foi um médico norueguês, conhecido pela identificação da *mycobacterium leprae* como o agente causador da lepra em 1873. Disponível em: <https://leprosyhistory.org/database/person1>. Acesso em 17 abr. 2019.

²² Penna tomou posse como inspetor sanitário no Rio de Janeiro, em maio de 1904 e designado por Oswaldo Cruz, percorreu, junto com Arthur Neiva, do Instituto Oswaldo Cruz, em 1912, os estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, com o fim de estudar as condições sanitárias e os problemas de

mapear a situação de saúde da população. O retrato do interior do Brasil descrito por ambos sugeria um país de natureza rica e abundante com uma triste realidade: uma população extremamente pobre, desvalida, doente e não assistida, o que passa a influenciar modelos centralizadores de tratamento de saúde, visando o desenvolvimento econômico e social do país (THIELEN; SANTOS, 2002).

Os três principais eventos científicos internacionais sobre a hanseníase – as Conferências Internacionais da Lepra de Berlim (1897), Bergen (1909) e Strasburg (1923), acabaram por moldar a política de internação compulsória dos doentes em diversos países. O chamado “modelo norueguês” era baseado na exclusão social do doente (MONTEIRO, 2003), resultando em âmbito nacional no Decreto Federal n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923, que dispunha sobre o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, o Departamento contava com a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas e as instituições de isolamento (BRASIL, 1923).

3.1.1 O modelo isolacionista

O modelo isolacionista é adotado pela maioria dos países, fruto da falta de conhecimento com relação ao tratamento da doença até então considerada incurável, e na expectativa de acabar com a transmissão por meio de uma medida profilática que consistia em remover o foco da infecção do meio social, ou seja, isolar o paciente.

No entanto, essa política se estrutura de forma gradual, pois havia no debate paulista duas visões: humanistas e isolacionistas (MONTEIRO, 2003). Os primeiros advogavam pela reforma das colônias já existentes, construção de outras de acordo com a demanda, isolamento seletivo apenas nos casos de risco de contágio ou forma aberta da doença (quando os bacilos são encontrados na superfície da pele). Ou seja, previa a exclusão do indivíduo da sociedade apenas nos casos de risco real de contaminação, um de seus apoiadores era o médico-sanitarista Emílio Ribas. Já a proposta isolacionista baseava-se na construção de grandes colônias de isolamento,

saúde existentes nessa região. A expedição durou sete meses, registrando por meio de relatórios e imagens fotográficas (PENA; NEIVA, 1916) não apenas as doenças encontradas, mas também aspectos sociais, econômicos e culturais da vida das populações locais. (THIELEN; SANTOS, 2002).

banimento do tratamento fora da circunscrição dos asilos e internação compulsória para todos os doentes. Um dos defensores desse modelo era o médico Francisco Salles Gomes, diretor do Serviço de Lepra do Estado de São Paulo entre 1930 e 1945 e responsável pela implantação do “modelo de paulista”, baseado na internação compulsória independente da forma da doença ou risco de contágio, essa política também estava fortemente influenciada pelo pensamento eugenista:

[...] a segregação racial em seu tratamento mais científico, a eugenia. A partir da cunhagem do termo na Inglaterra do século XIX e fundamentada em teorias científicas, a eugenia passou de popular a científica e foi disseminada por aparatos legais, propiciando métodos eficazes de manipulação, orientação e controle dos considerados *menos capazes*. (GIOPPPO, 1996).

Nesse contexto, por meio do Decreto Estadual n. 3.876, de 11 de julho de 1925, a Inspetoria de Profilaxia da Lepra é criada, primeiro órgão público estadual direcionado à hanseníase (SÃO PAULO, 1925). Quatro anos depois, por meio da Lei Estadual n. 2.416, de 31 de dezembro de 1929, amplia-se a organização da Inspetoria, seu controle e determina-se a construção de sanatórios (SÃO PAULO, 1929). Apresenta-se na Figura 03, o organograma da Secretaria do Interior de 1931, com relação aos serviços relativos à saúde e a posição da Inspetoria de Profilaxia da Lepra em sua estrutura.

Figura 03 – Organograma das Organizações do Serviços Estaduais de Saúde Pública em São Paulo, 1931

Fonte: MASCARENHAS, 1949.

Em 1931, o órgão já se encontra sob a direção de Dr. Francisco Salles Gomes Jr., que termina a construção dos asilos-colônias e os aparelha de forma que servissem como “modelo para o restante do país”. Francisco Salles Gomes fica à frente do DPL até 1945, considerado como o responsável pela consolidação do “modelo paulista de combate à lepra”, sua administração, ficou caracterizada pelo autoritarismo das políticas de saúde nas décadas de 1930 e 1940, defendendo fortemente o isolamento compulsório para todos os pacientes de hanseníase.

Enquanto o Estado de São Paulo advogava pela internação compulsória, outros locais do país tinham uma prática menos restritiva com relação ao tratamento de pessoas acometidas pela hanseníase. Outra característica de sua administração foi a centralização de poder na figura do diretor e maior independência com relação ao Departamento de Saúde, se comparado a outros serviços (MONTEIRO, 2003). A Inspeção de Profilaxia da Lepra, ligada à Diretoria Geral do Serviço Sanitário tinha a sua organização como indicado na Figura 04:

Figura 04 – Organograma da Inspeção de Profilaxia da Lepra, 1931

Fonte: Decreto Estadual 4.891, de 13 de fev. de 1931 - Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. Art. 85 - Da Inspeção de Profilaxia da Lepra.

Figura 2. Organograma da Inspeção de Profilaxia da Lepra, 1931.

Fonte: OPROMOLLA; LAURENTI, 2011.

3.1.2 Institucionalização do Departamento de Profilaxia da Lepra

Em 1935, por meio do Decreto Estadual 7.070 de 6 de abril, a Inspetoria de Profilaxia da Lepra é transformada em um Departamento, diretamente ligado à Secretaria da Educação e Saúde Pública (SÃO PAULO, 1935). No organograma da Figura 05, é possível observar a mudança estrutural que a área sofre, ganhando mais autonomia e centralidade com o Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo:

Figura 05 – Organograma da Organização dos Serviços Estaduais de Saúde Pública em São Paulo, 1937

Fonte: MASCARENHAS, 1949.

O Departamento de Profilaxia da Lepra foi estruturado da seguinte forma: abaixo do diretor estavam alocados os asilos-colônias (seis unidades), o Preventório Jacareí, o Serviço de Profilaxia do Pênfigo Foliáceo e os serviços auxiliares da capital e do interior, como os serviços administrativos, técnico-administrativos (que estavam subordinados o arquivo e a biblioteca) e os serviços médicos e técnicos (como eleucidação de diagnósticos, fichamento de doentes e laboratório anátomo-patológico).

O modelo paulista era baseado no tripé: asilo-colônia, dispensários e preventório (MONTEIRO, 2003). Cada uma das instituições tinham papéis distintos, no entanto, complementares. A colônia, a mais importante das instituições do DPL, isolava os doentes; os dispensários tinham como missão localizar novos pacientes, documentar os casos, encaminhá-los para isolamento e fazer o acompanhamento médico periódico dos comunicantes, ou seja dos familiares de pacientes (ROTBERG, 1951) e o preventório era o local para abrigo dos filhos saudáveis de pacientes isolados e das crianças nascidas em leprosários. O estabelecimento e estruturação dessa rede, entre 1928 e 1933, levou ao abrupto crescimento do número de internações no estado de São Paulo.

Figura 06 – Gráfico com o fichamento de doentes de 1924 – 1937

Fonte: Dados estatísticos. Ampliação fotográfica. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

O gráfico (Figura 06) desmonstra justamente o aumento do fichamento de novos casos de doentes no período de consolidação do DPL. Se em 1924, 378 novos casos de hanseníase foram diagnosticados, em 1935 (pós estruturação do DPL e dos asilos-colônias) somam-se mais de 1800 casos, portanto, quatro vezes mais doentes diagnosticados e levados ao isolamento compulsório. Em 1942 (Quadro 04), o DPL já estava bastante estruturado do ponto de vista de suas seções e atividades:

Quadro 04 – Estrutura do Departamento de Profilaxia da Lepra, 1942

1. DIREÇÃO GERAL DE SERVIÇOS
 - a. Secretaria;
 - b. Arquivo.
2. SEÇÕES TÉCNICAS
 - a) Seção de doentes;
 - b) Seção de comunicantes;
 - c) Seção de elucidação e confirmação de diagnósticos;
 - d) Seção de controle dos doentes em alta;
 - e) Laboratório de análise (bacteriologia, sorologia, culturas, análises clínicas);
 - f) Anatomia patológica – a que estão anexos os serviços de autópsia, fotografia e microfotografia;
 - g) Seção de química farmacêutica.
3. BIBLIOTECA
4. PARTE ADMINISTRATIVA
 - a) Contabilidade geral; Pagadoria e Seção de compras;
 - b) Almoxarifado de medicamento.
5. ENGENHARIA SANITÁRIA
6. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E EXTRA-JUDICIÁRIA
7. DISPENSÁRIOS
 - a) Capital – Sede, Brás, Bom Retiro, Lapa;
 - b) Interior – Amparo, Bebedouro, Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, Araraquara, Taubaté, Sorocaba.
8. SERVIÇOS REGIONAIS – 16 zonas para o Serviço de vigilância e Censo
 - a) Amparo
 - b) Bebedouro
 - c) Araraquara
 - d) Campinas
 - e) Itapetininga
 - f) Avaré

- g) Piracicaba
- h) Ribeirão Preto
- i) Santos
- j) Bauru
- k) Sorocaba
- l) Taubaté
- m) Casa Branca
- n) Capital
- o) Araçatuba
- p) Jacareí

9. LEPROSÁRIO REGIONAIS

- a) Asilo-colônia Aimorés
- b) Asilo-colônia Santo Ângelo
- c) Asilo-colônia Cocais
- d) Asilo-colônia Padre Bento
- e) Asilo-colônia Pirapitingui

10. PREVENTÓRIOS

- a) Jacareí

Fonte: Extraído de CAMPOS, 1942 apud PORTO, 2018, p. 50-51.

Em 1944 tinha início a era sulfônica do tratamento da doença no Brasil. As sulfonas passaram a ser utilizadas como medicamento para tratamento da hanseníase e em razão das perspectivas promissoras, discussões acerca da internações compulsórias, altas médicas e tratamento em dispensários entram na pauta. Observou-se que quando a terapia com as sulfonas era ministrada desde o início da doença, dificilmente evoluía-se para as formas mais graves (DEPARTAMENTO DE PROFILAXIA DA LEPRO, s.d). As formas benignas regrediam rapidamente e as mais graves tinham melhora clínica substancial. No entanto, alguns indivíduos permaneciam com sequelas, como atrofia de partes do corpo, mesmo depois de tratados.

3.1.3 Serviço do Pênfigo Foliáceo

Figura 07 – Organograma dos Serviços Estaduais de Saúde Pública em São Paulo, 1947

Fonte: MASCARENHAS, 1949.

Em 1947, o DPL ocupava o lugar demonstrado na Figura 07, dentro da estrutura da Secretaria de Educação e Saúde Pública de São Paulo. Fazendo parte do Departamento de Profilaxia da Lepra, o Serviço do Pênfigo Foliáceo, que foi criado através do Decreto Estadual n. 9.523, de 17 de julho de 1938 (SÃO PAULO, 1938). No decreto, a criação do Serviço é justificada em razão da progressão do desenvolvimento da doença no estado com aumento de casos em diversos municípios. O Serviço foi criado subordinado à Diretoria do Serviço da Lepra:

[...] considerando que o Serviço de Profilaxia da Lepra, por intermédio de seus médicos regionais e das instituições particulares que com ele colaboram nas pesquisas científicas, está bem aparelhado para o estudo, profilaxia e recenseamento dos casos de pênfigo foliáceo, nem só com grande economia para o Estado como também sem possibilidades de perniciosas interrupções no serviço contra o referido mal; [...] (SÃO PAULO. Decreto n. 9.523. Cria o Serviço de Profilaxia do Pênfigo Foliáceo, no Estado de São Paulo [Fogo Selvagem]. São Paulo, 1938).

São criados os seguintes cargos para execução da função: um Diretor do Serviço (médico), um Assistente Técnico (médico), um anátomo-patologista (médico) e um microfotógrafo²³.

A fotografia se constitui como um recurso de grande valor documental para esse Serviço, pois o cargo designado para a realização dessa função já foi previsto desde seu decreto de criação. Como um órgão subordinado, o Serviço do Pênfigo Foliáceo foi estruturado nos mesmos moldes do Departamento de Profilaxia da Lepra, tratava-se de uma doença que também provocava lesões na pele, tinha causa indeterminada na época e o tratamento ainda estava sob investigação e demandava pesquisa. A estrutura reflete o tipo de política de saúde despendido para o tratamento dessas doenças, baseadas no modelo de internação. Parte do acervo do Serviço do Pênfigo Foliáceo também se encontra sob guarda do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, sobretudo, a documentação iconográfica.

O Serviço do Pênfigo é instalado inicialmente no Instituto Conde Lara, na Rua Domingos de Moraes, 2463. Em 1940, foi inaugurado o Hospital do Pênfigo Foliáceo no Complexo Hospitalar do Mandaqui e no final da década de 1940 o Hospital

²³ Processo de reprodução fotográfica ampliada de objetos microscópicos.

transforma-se em Instituto especializado e passa a se chamar Instituto Adhemar de Barros (CANNABRAVA FILHO, 2004).

O Pênfigo Foliáceo é uma doença autoimune, ou seja, quando o próprio sistema imunológico ataca tecidos saudáveis do corpo. A manifestação clínica da doença é caracterizada pelo aparecimento de lesões cutâneas que se espalham pelo corpo produzindo feridas com tendência à progressão, com evolução ilimitada e crônica. Existem alguns tipos de Pênfigo, o mais comum é o Pênfigo Foliáceo Endêmico, caracterizado pela presença de lesões cutâneas com formação de bolhas na face, no couro cabeludo pescoço e tórax que se espalham pelo corpo e deixam feridas similares às aquelas provocadas por queimaduras, por isso o nome popular *fogo selvagem*. Causas possíveis da doença relacionam-se à fatores genéticos, imunológicos e fatores externos. O Pênfigo do tipo Foliáceo Endêmico é restrito a determinada região geográfica ou população, por esse motivo, estudos sugerem que ele possa estar relacionado a fatores de ordem ambiental como exposição a mercúrio, poeiras minerais e a picada de mosquito (BEZERRA, 2017). O que explicaria a incidência considerável de casos em regiões de desmatamento do Estado.

O Serviço do Pênfigo Foliáceo (Figura 08), por sua vez, também possui atividades hierarquizadas em sua estrutura. Sob a diretoria do Serviço de Profilaxia da Lepra estava alocada a diretoria do Serviço do Pênfigo Foliáceo, com sede no Instituto Conde Lara, abaixo da diretoria estavam as áreas do Instituto Adhemar de Barros com as subdivisões de Experiências Terapêuticas e Cuidado da Moléstia; a Seção Experimental, subdividida em Ambulatório e Seção de Bacteriologia e Anatomia Patológica e por fim, a área de Assistência aos Enfermos no Interior, responsável pela Distribuição dos Medicamentos e pela Seção de Epidemiologia: estudos in loco.

Figura 08 – Organograma do Serviço do Pênfigo Foliáceo

Fonte: elaborado pela autora, 2919. Serviço do Pênfigo Foliáceo. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

3.1.4 São Paulo e o debate sobre exclusão social

Apesar das incipientes discussões acerca da eficácia da internação compulsória, São Paulo fixa as normas de profilaxia da lepra, por meio da Lei Federal n. 610 de 1949, prevendo (BRASIL, 1949):

“Art. 1º A profilaxia da lepra será executada por meio das seguintes medidas gerais:

I - Descobrimiento de doentes por intermédio de:

- a) censo;
- b) exame obrigatório de todos os "contatos"; ou comunicantes e dos suspeitos ou "observandos";
- c) notificação compulsória;
- d) exame das pessoas que procuraram espontaneamente os serviços de lepra;

II - Investigação epidemiológica de todos os casos de lepra;

III - Isolamento compulsório dos doentes contagiantes;

IV - Afastamento obrigatório dos menores "contatos" de casos de lepra da fonte de infecção;

V - Vigilância Sanitária;

VI - Tratamento obrigatório de todos os doentes de lepra;

VII - Educação sanitária;

VIII - Assistência Social aos doentes e suas famílias;

IX - Preparo do pessoal técnico; (...)

Art. 7º E' obrigatório o isolamento dos casos contagiantes de lepra, compreendido.

a) todos os de lepra lepromatose;

b) todos os não lepromatosos, que, em virtude dos exames clínicos e de laboratório e a juízo da autoridade sanitária, tornem provável a hipótese do contágio.

Art. 8º E' também obrigatório o isolamento dos casos não lepromatosos, que, pelas condições e hábitos de vida do doente ou pela sua insubmissão às medidas sanitárias, constituam ameaça, a critério da autoridade sanitária, para a saúde da coletividade.

Art. 9º Além desses, poderão também ser internados em leprosários, a juízo da autoridade sanitária, quaisquer casos quando os doentes não puderem obter os recursos necessários à própria subsistência, ou forem portadores de estigmas impressionantes de lepra.

Art. 10. O isolamento será feito:

c) em leprosário;

b) em domicílio. ”

(BRASIL. Lei Federal n. 610 de 1949, grifo nosso)

Por meio dessa lei a exclusão social do paciente torna-se justificável de maneira bastante generalizada, pois o isolamento passa a ser obrigatório nos casos em que a autoridade sanitária julgasse provável o contágio, quando os hábitos sanitários e as condições de vida do doente também justificassem a internação, caso o paciente fosse considerado uma ameaça à coletividade e nos casos em que a doença já tivesse produzido deformidades nos corpos dos indivíduos levando ao preconceito e ao estigma social.

Em 1955, Jânio Quadros, então governador do Estado de São Paulo, assina o Decreto Estadual n. 25.188, de 06 de dezembro, que aprova o regulamento do Departamento de Profilaxia da Lepra (SÃO PAULO, 1955). A regulamentação naquele momento foi considerada necessária, devido a amplitude do órgão e modificações ao longo do tempo.

Da estrutura explicitada anteriormente (Quadro 4 – 1942), para a regulamentação do decreto de 1955, não houve mudanças no cerne de suas atribuições, mas ampliações e complexificação de suas atividades. Este decreto servirá de base para a estruturação do quadro de arranjo da documentação.

Em 1958, no VII Congresso Internacional da Lepra, em Tóquio (Japão), a exclusão compulsória passa a ser combatida. É definida como medida anacrônica com resultados inexpressivos com relação à cura ou retrocesso da doença e os medicamentos passam a ser defendidos como principal forma profilática à doença. Nesse momento, o Departamento de Profilaxia da Lepra já é um órgão bastante complexo e continua atuante em seu modelo isolacionista.

Em 1961, uma nova regulamentação é oficializada: a atualização do organograma do DPL (Figura 09), solicitada para que conste tanto a situação legal como a existente de fato no órgão. Executada por parte do Serviço de Documentação no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública e Assistência Social (Ofício 29/1961) demonstra o tamanho e a complexidade do órgão.

Figura 09 – Organograma do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1961

Fonte: Extraído do Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Em 1962, ocorrem mudanças significativas no combate e tratamento da doença: o fim do isolamento obrigatório passa a ser previsto, regulamentado pelas Normas Técnicas Especiais para o Combate à Lepra:

Parágrafo único. No combate à endemia leprótica será, sempre que possível, evitada a aplicação de medidas que impliquem na quebra da unidade familiar, no desajustamento ocupacional e na criação de outros problemas sociais. [...] Art. 5º É obrigatório o tratamento específico dos doentes de lepra, tendo também em vista a aplicação das seguintes medidas: a) prevenção das deformidades pelos métodos não cirúrgicos. b) correção cirúrgica das deformidades permanentes. § 1º O tratamento será feito em domicílio, em dispensário ou em sanatório para doentes de lepra e gratuitamente quando realizado por entidades oficiais. (BRASIL. Decreto Federal N. 968, de 7 de maio de 1962).

No entanto, em São Paulo o DPL continua realizando as internações até 1967, sob a justificativa de que o Decreto federal referido acima não revogaria a Lei federal anterior (BRASIL, 1949) que fixava as normas para a profilaxia da lepra (OPROMOLLA; LAURENTI, 2011).

Em 1969, sob a gestão de Walter Leser, ocorre uma grande reforma administrativa na Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (SES). Essa reforma previa a integração de serviços, regionalização executiva e centralização normativa. Foram criadas coordenadorias que abarcavam os departamentos separados por área. Essa reforma extinguiu o DPL, criando em seu lugar a Divisão de Hansenologia e Dermatologia Sanitária, ligado ao Instituto de Saúde. Os sanatórios foram transformados em Hospitais de Dermatologia Sanitária vinculados à administração da Assistência Hospitalar. O tratamento e o controle da endemia foram transferidos para as unidades sanitárias da Coordenadoria de Saúde da Comunidade e os dispensários do município de São Paulo transformados em áreas especializadas de dermatologia sanitária.

Portanto, pós reforma administrativa da SES (Figura 10) em 1969, extingue-se formalmente o modelo centralizador do DPL com relação ao tratamento da doença, que passa a ser considerada uma área de especialidade como as outras, dentro da estrutura da Secretaria da Saúde, promovendo o encaminhamento do doente aos serviços especializados, centros de saúde e assistência hospitalar, marcando o fim do isolamento compulsório.

Figura 10 – Organograma da Secretaria Estadual da Saúde, 1969

Fonte: Fundo Secretaria de Estado da Saúde (SES) de São Paulo. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Com o aumento dos casos resistentes a sulfona, em 1977, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passa a recomendar o tratamento poliquimioterápico, que consistia em uma terapêutica multidroga. Esse tratamento também objetivava eliminar as condições de transmissão da doença (OPROMOLLA, 2007).

É nesse período que a terminologia da doença também é modificada visando a diminuição do estigma. A medida proposta pelo médico Abraão Rotberg foi aceita pelo Secretário de Saúde, Walter Leser, que publicou uma resolução determinando o novo vocabulário para a doença. A lepra passa então a denominar-se oficialmente hanseníase pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, em referência ao médico norueguês, Gerhard Hansen, que descobriu a bactéria causadora da doença. “Com a nova terminologia, o trabalho de educação sanitária se tornou mais fácil. Não escondíamos que era lepra, mas explicávamos que se tratava de uma doença diferente da antiga lepra, com novo tratamento e abordagem” (FORGERINI; ROSSINI, 2002, p. 23)

Em 1995, por meio da Lei Federal n. 9.010 (BRASIL, 1995) torna-se obrigatório o uso do termo científico em substituição do termo “lepra” em todo o país. Medidas como essa visavam a diminuição do preconceito com relações aos doentes. Outra forma de reparação e diminuição de desigualdades foi a implementação, em 2007, da Lei Federal n. 11.520 que concede o direito a pensão de um salário mínimo e meio para pessoas atingidas pela hanseníase e submetidas ao isolamento compulsório (BRASIL, 2007). A pensão consistiria no reconhecimento do Estado brasileiro das violações de direitos humanos sofridas por homens, mulheres e crianças pelas políticas discriminatórias implementadas entre 1923 e 1962. Para ter acesso à pensão o indivíduo deve apresentar documentos hospitalares da época de internação e isolamento²⁴, nesse caso, utilizados com finalidade comprobatória do direito previsto em lei. Porém, em alguns casos a documentação não existe, em outros está em estado precário o que dificulta a comprovação e, conseqüentemente, o acesso à reparação judicial. A documentação que outrora serviu para classificar e submeter indivíduos a um regime específico de tratamento, hoje serve como prova legal para obtenção de direitos ou mesmo, como fonte de pesquisa histórica institucional e da

²⁴ Os documentos devem conter os seguintes registros: data de fichamento, data do diagnóstico da doença, data de internação, de alta hospitalar e forma clínica da doença.

memória desses indivíduos excluídos socialmente. Por conseguinte, essa documentação ainda produz efeitos.

3.2 Atividade fotográfica: registro e processo

A identificação dos processos que levaram à extensa produção documental fotográfica por diversas seções do Departamento de Profilaxia da Lepra é parte crucial da proposta de contextualização desses registros com as funções do órgão que as criou. No entanto, não haviam trâmites suficientemente documentados sobre as atividades fotográficas.

A atividade fotográfica, realizada pelas instituições para registrar as mais diversas atividades, estão presentes quase que obrigatoriamente em seus arquivos, no entanto, esse tipo de atividade não costuma ser formalizado nas instituições. E apesar de gerar invariavelmente registros de rotina, esses documentos raramente são preservados.

Para a reconstituição do contexto de origem dos documentos fotográficos uma investigação atenta precisou ser feita, tanto dos processos que geraram os artefatos quanto do registro em si, apontado por Boris Kossoy como uma “dupla arqueologia” (KOSSOY, 2014, p. 41-42) necessária para determinar tanto a gênese do documento quanto o conteúdo da representação, situando a cena no tempo/espço e o artefato nas suas condições de produção.

Os métodos de investigação e análise dos documentos estariam ligados à incorporação do paradigma indiciário, no final do século XIX, pelas ciências com a absorção da semiótica e de diferentes disciplinas como linguística, paleografia, arqueologia, astronomia e diagnoses na medicina, como aponta Carlo Ginzburg (1989). Atentar para as diferenças, reconhecer vestígios materiais na realidade e analisá-los em face dos escritos, pinturas ou discursos, passam a ser procedimentos metodológicos da análise de documentos. “Também na imagem fotográfica encontramos indícios, sejam eles voluntários ou involuntários, materializados mediante um sistema de representação visual [...]” (KOSSOY, 2014, p. 41).

As abordagens de Ginzburg e Kossoy apontam para operações intelectuais que forneceriam componentes para a compreensão dos elementos estruturais do

documento. A reconstituição de processos que determinam a criação de um documento fotográfico, decifrando assim o objeto-imagem, no nosso caso, está ligada à trama que levou a produção desses documentos, uma vez que essas informações não estão explicitadas, e recuperar o contexto dentro e fora do documento contribui para caracterização das circunstâncias que lhe deram origem.

No caso do DPL, não havia descrição no organograma da atividade fotográfica, não há registros de autoria e não haviam sido encontrados inicialmente outros tipos de documentos que trouxessem informações sobre os trâmites dessa produção. Foi a partir dos indícios que a recomposição desse fluxo pode ser feita. E nesse caso, a “leitura” teve que ser feita como uma via de mão-dupla, entre os documentos fotográficos e os documentos textuais, tanto os que faziam parte do acervo quanto aqueles auxiliares como legislação, decretos e bibliografia relacionada. A produção fotográfica pode ser compreendida a partir do estabelecimento dessa metodologia, ou seja, a contextualização dos documentos com as funções da entidade produtora dos documentos. As seções responsáveis pelos registros fotográficos e produção dos documentos imagéticos são:

O setor de Anatomia Patológica, que compreendia os serviços de autópsia, fotografia e microfotografia (CAMPOS, 1942) e integrava o Instituto de Pesquisas Científicas, que tinha como atribuição estudar as questões que diziam respeito ao mal de Hansen e estimular a pesquisa leproológica (SÃO PAULO, 1955).

A Seção de Documentação e Biblioteca (Figura 11), que cabia coordenar, classificar e conservar os textos e documentos, elementos estatísticos e dados referentes às atividades do DPL; planejar e sistematizar os dados relativos à estatística administrativa; elaborar gráficos referentes às atividades meio e fim do DPL; manter a biblioteca nos moldes da Biblioteconomia e manter os serviços de divulgação, arte gráfica e encadernação (Figura 12 e 13).

A biblioteca do Departamento de Profilaxia da Lepra, [...] considerada pelos que nos visitam uma das mais perfeitas organizações existentes no mundo em materia de leprologia. Dirigida eficientemente pela Sra. Da. Luiza Keffer possui as obras mais importantes de leprologia e dermatologia, além de outras ciencias afins. Assina todas as revistas especilaizadas e está a par de toda a atividade leprologica mundial, que é registrada em um perfeito fichário, fornecendo a todos os interessados, mesmo que não sejam funcionários do D.P.L., todas as indicações bibliográficas, reproduções datilografadas de artigos e traduções, quando solicitadas." (MAURANO, 1939, p. 198-199).

Figura 11 – Biblioteca

Fonte: Álbum Sede – São Paulo. Departamento de Profilaxia da Lepra. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 12 – Serviços de encadernação

Fonte: Álbum Sede – São Paulo. Departamento de Profilaxia da Lepra. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 13 – Fichário do Índice Bibliográfico da Lepra

Fonte: Álbum Sede – São Paulo. Departamento de Profilaxia da Lepra. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Já à Seção de Arquivo Médico competia: numerar prontuário; fazer o registro do paciente; manter em dia o registro de entrada e saída de pacientes e outras ocorrências; fornecer informação sobre o estado de saúde dos mesmos; anotar óbitos e dar baixas nas fichas; classificar e arquivar prontuários médicos; fornecer dados à Seção de Epidemiologia sobre pacientes e comunicantes; manter registro sobre os filhos dos pacientes, entre outras atribuições (SÃO PAULO, 1955).

A Fundação Paulista Contra a Lepra (Figura 14), destinada inicialmente a cooperar com o poder público no combate a epidemia de lepra, teve suas bases lançadas por ocasião de um jantar oferecido ao Dr. Francisco Salles Gomes Jr, em 1934. Com o apoio e doações da sociedade paulista, dentre elas o Conde Lara que seria homenageado com seu nome na repartição, foi adquirido o prédio na Rua Domingos de Moraes, Vila Mariana e instalados, de acordo com o DPL, seus serviços técnicos, como: anatomia patológica, bacteriologia, sorologia, serviço fotográfico e biotério (MAURANO, 1939). O estúdio e o laboratório fotográficos funcionavam na Fundação Paulista contra a Lepra, do DPL, no Instituto de Leprologia Conde Lara, essa informação pode ser confirmada nos registros fotográficos, por meio da identificação de local na própria imagem (Figuras 15,16 e 17).

Figura 14 – Fachada do prédio da do Instituto de Leprologia na Fundação Paulista contra a Lepra

Fonte: Fundação Paulista contra a Lepra. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 15 – Estúdio fotográfico. Instituto de Leprologia na Fundação Paulista contra a Lepra

Fonte: Fundação Paulista contra a Lepra. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra.
Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 16 – Laboratório para ampliação de imagem microscópica. Instituto de Leprologia na Fundação Paulista contra a Lepra

Fonte: Fundação Paulista contra a Lepra. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra.
Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 17 – Laboratório fotográfico para revelação e ampliação. Instituto de Leprologia na Fundação Paulista contra a Lepra

Fonte: Fundação Paulista contra a Lepra. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

No retrato de costas do paciente infantil (Figura 18) chama a atenção o detalhe da cadeira branca em que o paciente está em pé: é a mesma cadeira disposta em frente a câmera fotográfica na imagem do estúdio acima (Figura 15) usada como apoiador. Dessa forma, é possível confirmar que as fotografias clínicas de estúdio fossem realizadas na sede da Fundação Paulista contra a Lepra/Instituto Conde Lara.

Figura 18 – Detalhe de lesão (pernas)

Fonte: Fundação Paulista contra a Lepra. Fundo
Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde
Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan.

Os únicos registros escritos sobre a atividade fotográfica que foram encontrados são basicamente anotações (Figuras 19, 20 e 21) que se configuram como solicitação de fotografias clínicas de pacientes. A documentação tem o carimbo do Serviço do Pênfigo Foliáceo e estão datadas entre as décadas de 1950 e 1960. A solicitação continha em geral o nome do paciente, indicação das poses e detalhes que deveriam ser focalizados, assinatura do requerente e data. Em algumas delas, havia a resposta do técnico que realizou as fotografias indicando o processo realizado.

Figura 19 – Pedido fotográfico n.1

Fonte: Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

"Nú

Costas focalizando nuca / F. anterior (?) / e perfil / Rosto perto"

Figura 20 – Pedido fotográfico n.2

Fonte: Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

"Sr. José Peres Martinez

Fotografar em várias poses.

Nelson [?]

30/07/69

2-8-69 foi fotografado, deitado corpo inteiro frente e costas, 2 nádegas juntas, e uma mancha próxima a nadega direita, c/ aproximação"

Esse último documento (Figura 20) demonstra que, apesar de o paciente já ter passado pelo exame e ir para estúdio fotográfico com uma solicitação que indicava as partes do corpo que deveriam ser fotografadas, o fotógrafo também identificava possíveis lesões a serem retratadas do corpo doente que potencialmente interessariam o médico ou pesquisador, participando dos critérios para elaboração da imagem.

Anexos a esses documentos havia também uma anotação simples com indicação de como essas fotografias deveriam ser feitas com relação às configurações técnicas: câmera, abertura, foco e flash (Figura 21).

Figura 21 – Anotação técnica para registro fotográfico

Fonte: Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

“Leica, com vidro esculhido e tubos

Distancia com 2 tubos, 8 cm

Com 1 tubo distancia, 11 cm

Controla a focalização / Abertura 6,3 / Distância / Flachi meio m”

Uma vez delimitadas as áreas que produziam esses documentos, a identificação de seus propósitos e usos tornam-se mais claras. Viabilizando a classificação das fotografias em conjuntos documentais (séries), a partir da construção de um quadro de arranjo que espelhe as atividades da instituição. Dessa forma, as fotografias deixam de ser um massa documental acumulada, apartada do restante do fundo de arquivo, com poquíssimas informações correlacionadas. A própria classificação e estruturação de um quadro de arranjo que explicita as funções da instituição de maneira hierarquizada promovem uma primeira contextualização das imagens, situando-os em sua intenção documentária e necessidade de registro das atividades.

4. A CLASSIFICAÇÃO DO ARQUIVO: TRATAMENTO DOCUMENTAL DAS FOTOGRAFIAS DO DEPARTAMENTO DE PROFILAXIA DA LEPRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A organização arquivística pressupõe não apenas as atividades de classificação, mas também as de descrição arquivística. A sistematização de informações geradas para o controle durante a organização, como o plano de classificação e os critérios para determinar os documentos nas séries, são pontos de partida para padronizar a descrição arquivística. Ou seja, a forma pela qual o documentalista terá controle sob a documentação e o pesquisador terá acesso ao acervo. A proposta de quadro de arranjo ou classificação dos documentos fotográficos inseridos na estrutura arquivística da qual são provenientes, contribui não apenas como a organização do arquivo do DPL e sua disponibilização, mas promove o acesso ao documento fotográfico de maneira contextualizada. Ao explicitar as relações orgânicas entre os documentos e as atividades que o geraram, promove maior compreensão das funções do órgão produtor a partir dos documentos que viabilizavam seus atos.

A sistematização dos dados levantados relativos ao histórico e estrutura da instituição foram fundamentais para identificar as funções primordiais assumidas pelo organismo produtor. O conjunto de funções constatadas envolvem atividades que o DPL deveria cumprir de forma direta (atividades-fim), bem como atividades que lhe serviam como suporte (atividades-meio).

“A reunião lógica de funções e atividades, com a percepção de sua maior ou menor autonomia ou subordinação interna, permitirá a elaboração do plano de classificação” (GONÇALVES, 1998, p. 22). Nos arquivos permanentes, o quadro de arranjo é um dos procedimentos técnicos arquivísticos de maior relevância.

O objetivo da classificação é, basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos. Podemos entender que a classificação é, antes de tudo, lógica: a partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas categorias, classes genéricas, que dizem respeito às funções/atividades detectadas (estejam elas configuradas ou não em estruturas específicas, [...]). (GONÇALVES, 1998, p. 12).

A organização da documentação reflete de forma lógica a estrutura do órgão produtor. Contudo, antes da apresentação da proposta de classificação do arquivo do

Departamento de Profilaxia da Lepra, traçaremos o percurso da documentação, considerada de caráter permanente, custodiada em uma instituição de guarda de acervo histórico da saúde pública, voltada para divulgação do seu acervo por meio da pesquisa e da difusão.

4.1 Origem e constituição do arquivo: do órgão produtor à custódia permanente

As fotografias do Departamento de Profilaxia da Lepra compõem o fundo de mesmo nome que faz parte do acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas do Instituto Butantan. A documentação encontra-se parcialmente identificada.

São 295 metros lineares de documentos textuais; 33 álbuns, 16 caixas de fotografias, 217 fotografias em pastas suspensas, fotografias e negativos avulsos, que dizem respeito à documentação iconográfica (dentre eles 07 álbuns e aproximadamente 3000 fotografias avulsas do Grupo do Serviço do Pênfigo Foliáceo). A documentação bibliográfica possui aproximadamente 2500 volumes e a tridimensional contempla 21 peças cero-plásticas de Augusto Esteves, equipamentos fotográficos, armaria, mobília, aparelho para exame oftalmológico e 03 quadros retratando o Dr. Francisco Salles Gomes Júnior, de 1939 por A. Pacheco, Padre Bento, pintado em 1940 por Monteiro (doente de hanseníase) e o Doutor Mário Nazareth.

Os documentos foram produzidos em decorrência das atividades administrativas do órgão, entre 1924 e 1985, e de suas instituições subordinadas e posteriormente foram transferidos ao Museu de Saúde Pública Emílio Ribas para compor o acervo da instituição. Possuem como procedência o Instituto de Saúde, Complexo Hospitalar Padre Bento, Hospital Santo Ângelo, Centro de Vigilância Epidemiológica e Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados do Estado de São Paulo. Esses processos de transferência foram pouco ou insuficientemente documentados. Existem algumas listagens, guias de passagens de bens, recibos, ofícios e até mesmo e-mails impressos que servem de registro dessas transferências, com datas de 2003, 2008 e 2015. As informações são parcas e pouco detalhadas na maioria dos casos.

A documentação é de natureza jurídica pública, composta por uma série de prontuários de paciente, série de dossiês do departamento jurídico, minuta de ofício, ofício, livro de contabilidade, livro de apontamento, livro de movimento de doentes, boletim diário e índice bibliográfico. Há também recortes de jornal, livro de laboratório, livro de expediente, livro de registro, livro de protocolo, livro de baciloscopia, livro de registro de consulta e livro de controle de gastos.

A documentação está disponível para pesquisa com restrição de acesso e reprodução dos prontuários, por se tratar de uma documentação de caráter pessoal, conforme resolução do Conselho Federal de Medicina na resolução nº 1997 de 2012 (BRASIL, 2012). O acesso é permitido aos demais documentos mediante a assinatura do termo de responsabilidade.

Houve também uma iniciativa de tratamento técnico em parte da documentação iconográfica quando parte do acervo estava sob guarda do Instituto de Saúde. Este foi um dos órgãos que já esteve à frente do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, em 2010 ele passa fazer parte do Centro de Difusão Cultural do Instituto Butantan. O projeto intitulado: “Organização e Informatização do Arquivo Iconográfico de Hanseníase” foi coordenado pela Prof. Dra. Yara N. Monteiro e financiado pela Fundação Paulista Contra a Hanseníase²⁵.

As tabelas abaixo demonstram um primeiro movimento de identificação dos álbuns e das caixas com fotografias avulsas do DPL, como por exemplo, identificação das etiquetas nas caixas das fotografias avulsas e identificação dos álbuns por meio dos títulos que constavam nas capas ou folhas de rosto. No entanto, não refletem nenhuma organização sistemática prévia.

Tabela 01 – Álbuns do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo

Item	Identificação
03	Departamento de Profilaxia da Lepra – Geral
01	Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do estado de São Paulo
01	Departamento de Profilaxia da Lepra – Sede São Paulo
01	Aspectos Anteriores da Lepra 1936

²⁵ Ver ANEXO B – Catálogo Descritivo do Acervo Iconográfico de Hanseníase, como resultado desse projeto. Foram criadas fichas individualizadas para as imagens contendo número de tombo (os códigos obedeciam a uma lógica de siglas por conteúdo), localização (se fotos avulsas ou álbuns), título, tipo de imagem, data, descrição para cada foto, observações e relacionamento entre imagens similares. No entanto, esse tratamento contemplou apenas uma parcela do acervo iconográfico do DPL: 217 fotografias acondicionadas em pastas suspensas e alguns álbuns.

01	Fotografias de Lepra nº1
01	Fotografias de Lepra nº2
01	Micro-fotografias nº1
01	Micro-fotografias nº2
01	Fotografias de reproduções
01	Fotografias de peças anatômicas – Assuntos diversos nº1
01	Fotografias de moléstias diversas nº2
01	Asilo-colônia Santo Ângelo 1936
01	Construtora Nacional e comitiva em visita ao Asilo-colônia Santo Ângelo
01	Asilo-colônia Aymorés 1936
01	Asilo-colônia Cocais 1936
02	Asilo-colônia Padre Bento
01	Asilo-colônia Pirapitingui 1936
02	Caixa Beneficente – Asilo-colônia Pirapitingui
01	1º Campeonato Interhospitalar de futebol – Asilo-colônia Pirapitingui
02	Asilo Santa Terezinha
01	Preventório Jacarehy e Santa Terezinha, Asilo-colônia Pirapitingui e Asilo-colônia Santo Ângelo
Total = 26 álbuns	

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Tabela 02 – Caixas com fotografias avulsas do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo

Item	Quantidade	Identificação
01	526	Caixa 01 – Lepra (retrato e detalhe lesões)
01	453	Caixa 02 – Lepra (retrato e detalhe lesões)
01	305	Caixa 03 – Lepra (retrato e detalhe lesões)
01	105	Caixa 04 – Lepra (retrato e detalhe lesões)
01	219	Caixa 05 – Moléstias diversas (retrato e detalhe lesões)
01	313	Caixa 06 – Lepra (retrato e detalhe lesões)
01	488	Caixa 07 – Fotos lâmina: Microfotografias
01	202	Caixa 08 – Fotos lâmina: Microfotografias
01	s.i.	Caixa 09 – Fotos lâmina: Microfotografias
01	105	Caixa 10 – Fotos Asilos
01	s.i.	Caixa 11 – Fotos Lepra e diversos (lesões e microfotografia)
01	s.i.	Caixa 12 – Lepra (retrato e detalhe lesões)
01	s.i.	Caixa 13 – Diversas: reproduções, fotos mais recentes e negativos
Total = 13	Total = [2716]	Clínica = 11; Asilo = 1, Reproduções = 1

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Tabela 03 – Álbuns do Serviço do Pênfigo Foliáceo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo

Item	Identificação
01	Instituto Adhemar de Barros. Corpo médico e imagem de pacientes
01	Instituto Adhemar de Barros. Serviço de Pênfigo Foliáceo. Pênfigo I.

01	Álbum de Doentes do Pênfigo Foliáceo. Reprodução em desenho com textos acompanhando. Fotos de antes e depois da hospitalização. 1940-1945
01	Álbum de Doentes Hospitalizados. Comparação antes e depois da internação e do tratamento
01	Serviço do Pênfigo Foliáceo I.A.B. Fotos de doentes. 1941-1956
01	Instituto Adhemar de Barros. S.P.F. Folhas avulsas, retratos de doentes com comparação e imagens de regressão da moléstia
01	S.E.S.P, Serviço de Pênfigo Foliáceo. Fotos das instalações do Instituto Ademar de Barros, da visitação a residência dos doentes e dos doentes. 1945
Total = 07 álbuns	

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Tabela 04 – Listagem de Caixas com fotografias avulsas do Serviço do Pênfigo Foliáceo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo

Item	Quantidade	Identificação
01	S.I.	Caixa 01. Retrato de pacientes e detalhe de lesão; Instituto Adhemar de Barros, casa de paciente (rural); impressões digitais; mapas e fichas; micrografia; negativos e diapositivos; fichas com impressão digital à tinta
01	S.I.	Caixa 02. Ficas com impressão digital à tinta; gráficos, pacientes acamados, micrografia; impressão digital; de talhe de lesão; radiografia e retrato de pacientes
01	S.I.	Caixa 03. Doentes e suas moradias; mapas; retrato de doente; detalhe de lesão; Instituto Adhemar de Barros; outras instituições médicas como Santa Casa de Misericórdia.
01	S.I.	Envelope 01. Retrato de doentes, imagens avulsas.
Total = 03 caixas e 01 envelope		

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

O acervo do Serviço do Pênfigo Foliáceo é composto basicamente por ampliações fotográficas avulsas e em álbuns. São sete álbuns institucionais do Serviço do Pênfigo Foliáceo e Instituto Adhemar de Barros (hospital especializado na doença em São Paulo) e 03 caixas arquivo com ampliações fotográficas avulsas contendo aproximadamente de 1500 a 3000 itens se somadas as unidades de armazenamento. O período de produção dessas fotos compreende as décadas de 1940 a 1970, quando a informação de data do registro estava disponível.

4.2 Categorias para tipificação das séries documentais

A fotografia quando criada com a intenção de documentar ações, pessoas ou instâncias tem como razão informar de forma objetiva (GASTAMINZA, 2002). E o objetivismo, característica almejada da *fotografia documental* é condicionado pelas decisões técnicas e compositivas resolvidas pelo fotógrafo e/ou produtor. Dentro desse escopo, se situam claramente as fotografias produzidas para documentação científica e técnica, segundo o autor.

Características como: técnica, enquadramento, ponto de vista, ângulo de tomada, quadro, plano de foco, elementos formais, filtro, lente, iluminação, luz, composição, contraste, manipulação, efeitos e gênero são adotadas conforme os objetivos que se deseja obter com a imagem em sua intenção de representar e comunicar. Este poderia ser um ponto de partida para a determinação das tipologias documentais: seus elementos constitutivos e intrínsecos, levando em consideração a materialidade da fotografia, o objeto em si, sua configuração externa como suporte e conformação física e técnica.

Ou, por outro lado, poderíamos adotar sua expressão como parâmetro para o tratamento documental. A imagem a partir de seu conteúdo, como fragmento selecionado do real num determinado tempo/espço (KOSSOY, 2014) como fator norteador da organização arquivística, questão que já foi ponderada nos capítulos anteriores. A recuperação do documento por meio da descrição do conteúdo da imagem, visando sua disponibilização, constitui tarefa complexa e cheia de obstáculos que pode gerar resultados insatisfatórios na pesquisa de um fundo de arquivo. Isso ocorre por inúmeros motivos já mencionados, seja a falta de informação sobre a imagem representada, de contexto de sua produção, pelas ambiguidades que a imagem fotográfica carrega, entre outras razões.

Dito isso, nossa opção é pela organização da documentação contextualizando a estrutura funcional da instituição produtora das fotografias e explicitando as relações orgânicas entre os documentos gerados a partir das atividades e finalidades organizacionais. Para tanto, a identificação da atividade geradora dos registros seria o passo inicial do tratamento documental. Já a descrição das imagens seria tarefa posterior à classificação e a criação de descritores, que contemplem os assuntos abordados nas fotografias, como ferramenta auxiliar.

A descrição arquivística a partir de uma estruturação multinível segundo Lopez (2002), isto é, hierarquizada e que parta do geral ao particular, permite descrever unidades ou conjuntos documentais sem o risco de perda de sua relação orgânica com o fundo do qual faz parte e sua configuração interna. A identificação das atividades geradoras de determinados documentos supõe a compreensão da estrutura funcional da entidade geradora, de suas reorganizações, das atribuições definidas por atos regulatórios e dos seus processos que geram diferentes tipologias documentais. Para identificação dos tipos documentais é preciso examinar os itens individualmente e tão logo analisá-los comparativamente, fixando-os em grupos que constituem conjuntos que registram a mesma atividade, definindo assim, as séries documentais (BELLOTTO, 2002).

A denominação da atividade registrada, geralmente é feita pela identificação no documento textual do verbo que explicita a ação administrativa. No caso das fotografias, que fazem parte do gênero iconográfico, a comunicação é feita por signo imagético, não textual, portanto, não possibilitam a identificação da ação administrativa que ela dispara de forma imediata.

De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 85), as fotografias podem ser consideradas uma categoria de espécie documental, definida pelas características comuns de estruturação da informação, ou seja, a forma pela qual a informação se apresenta, nesse caso, sua técnica de registro²⁶. Agrupá-las em uma única série definida pelo tipo de técnica – fotografia – simplificaria e reduziria as diferentes funções, usos e trâmites que esses documentos operaram enquanto estavam em circulação e cumprindo sua função. O resultado seria um número reduzido de classes para uma documentação muito volumosa e com característica variada, tornando insatisfatória a classificação e dificultando seu uso. Uma série com volume de itens excessivos, agrupados e aguardando por procedimentos de descrição de conteúdo, que tornasse possível minimamente seu acesso, acabaria sendo o resultado produzido.

Dessa forma, a identificação de tipologia será feita por meio da aproximação e dos questionamentos da Diplomática contemporânea a partir do reconhecimento das

²⁶ “Imagem produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 95)

funções geradoras dos documentos e das seções que para cumprir suas atribuições produziram fotografias com diferentes finalidades.

A partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas categorias, classes genéricas, que dizem respeito às funções/atividades identificadas nas subclasses e inseridas as séries tipológicas. “O procedimento técnico de classificação alcança, portanto, os tipos documentais (identifica-os e articula-os entre si), mas considera sobretudo a forma e as razões que determinaram sua existência” (GONÇALVES, 1998, p. 12-13)

De acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística²⁷ (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006) a elaboração de um quadro de arranjo de documentos de arquivo deve contemplar seis principais níveis de descrição, a saber: entidade custodiadora, fundo ou coleção, seção, série; dossiê ou processo e item documental. A Norma traz em seu glossário a definição de cada um dos níveis:

- a) Fundo: Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo;
- b) Seção: Subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo ou coleção, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas, também chamada grupo ou subfundo;
- c) Subseção: Subdivisão da seção, grupo ou subfundo;
- d) Série: Subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou coleção que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto;
- e) Subsérie: Subdivisão da série.

(CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.15-16, grifo nosso)

A proposta de quadro de arranjo²⁸ apresentada a seguir e a descrição arquivística possuem uma estrutura multinível, a partir da proveniência e suas subdivisões em classes hierarquizadas formadas de acordo com as suas funções.

²⁷ Adaptação das normas internacionais como a ISAD(G): General international standard of archival description, 1994.

²⁸ Ver APÊNDICE A – Quadro de arranjo para as fotografias do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra.

Figura 22 – Modelo de sistema de arranjo

Fonte: Fonte de dados CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (2006), elaborado pela autora, 2019.

4.3 Nomeando funções e identificando atividades: procedimentos para contextualização de documentos fotográficos

O quadro de arranjo proposto abaixo (Figura 23) refere-se ao conjunto que compreende o Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra, em seu primeiro nível hierárquico (Grupo). Sua estrutura organizacional está refletida nas áreas de atuação e consequentemente na documentação gerada por ela. As fotografias foram produzidas pela Divisão Técnico-Auxiliar e pelo Serviço do Pênfigo Foliáceo, por isso, nos deteremos mais especificamente a estes Grupos, o quadro de arranjo proposto

ainda precisaria ser aplicado sobre o restante da documentação. Não faz parte do objetivo dessa pesquisa o tratamento documental e a organização de toda a documentação do fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra. A necessidade do estabelecimento de um recorte possível e a opção pelo objeto – tratamento documental fotográfico, nos levam a delimitação do exame do Grupo Divisão Técnico-Auxiliar, que foi quem gerou os registros fotossensíveis²⁹.

Figura 23 – Quadro de arranjo do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra (Nível: Grupo)

Fonte: elaborado pela autora, 2019. Destaque para os grupos produtores de documentos fotográficos.

De acordo com o Decreto Estadual n. 25.188, de 6 de dezembro de 1955, que aprova o Regulamento do Departamento da Profilaxia da Lepra, da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública da Assistência Social (SÃO PAULO, 1955), a Divisão Técnico-Auxiliar era composta pelas seguintes Seções:

“Artigo 11 - A Divisão Técnica Auxiliar (D.T.A.) compreende:

²⁹ Para mais informações do fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra como um todo, ver ANEXO A – Verbete do Guia do Acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

I - Instituto de Pesquisa Científicas (I.P.C.)³⁰

II - Secção de Psicoterapia (Sç. P.)

III - Secção de Estudos e Normas (Sç.EN)

IV - Secção de Educação Sanitária (Sç. QF)

VI - Secção de Documentação e Biblioteca (Sç. DE)

VII - Secção de Arquivo Médico (Sç. AM)

VIII - Secção de Administração (Sç. A)''

(SÃO PAULO. Decreto Estadual n. 25.188, de 06 de dezembro de 1955)

Destacando esse Grupo, temos 03 subdivisões que foram responsáveis pela produção dos documentos fotográficos: o Instituto de Pesquisa Científica (desenvolvida no Instituto de Leprologia Conde Lara da Fundação Paulista contra a Lepra); Seção de Documentação e Biblioteca e Seção de Arquivo Médico.

³⁰ Os itens sublinhados e, portanto, em destaque referem-se às divisões e ou atividades que produziram registros fotográficos. Grifo nosso.

Figura 24 – Quadro de arranjo do DPL a partir da Divisão Técnico-Auxiliar

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

De acordo com o decreto supracitado as atribuições do Instituto de Pesquisas Científicas compreendiam:

“Artigo 12 - Ao Instituto de Pesquisas Científicas, com sede na Capital, compete:

I - Estudar as questões científicas que dizem respeito ao mal de Hansen;

II - Estimular a pesquisa leproológica;

III - Estabelecer coordenação com os serviços do D.P.L.;

IV - Manter intercâmbio com instituições particulares ou públicas, municipais, estaduais, federais ou internacionais.

Artigo 13 - O Instituto de Pesquisas Científicas compreende:

I - Conselho Científico;

II - Secção de Anatomia Patológica (Patologia Experimental);

III - Secção de Bacteriologia e Imunologia;

IV - Secção de Farmacologia e Terapêutica (Terapêutica);

V - Secção de Epidemiologia;

VI - Setor de Administração;

VII - Setor de Biotério.

Já a Secção de Anatomia Patológica

Artigo 19 - A Secção de Anatomia Patologia (Patologia Experimental) cabe:

I - Realizar biópsias, necrópsias e pesquisas de patologia experimental;

II - Coordenar suas atividades com os demais serviços do I.P.C.

Artigo 20 - A Secção de Anatomia Patológica (Patologia Experimental) compreende:

I - Setor de Biópsia e Necrópsias;

II - Setor de Patologia Experimental”

(SÃO PAULO. Decreto Estadual n. 25.188, de 06 de dezembro de 1955. Grifo nosso.)

A área de pesquisas científicas foi criada sob os auspícios da Fundação Paulista contra a Lepra, do Departamento de Profilaxia da Lepra no Instituto de Leprologia Conde Lara, na Vila Mariana, São Paulo³¹ (REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA, 1946).

Na Seção de Anatomia Patológica, parte do I.P.C., que estava anexo também os serviços de fotografia e microfotografia (CAMPOS, 1942).

³¹ Ata da 132.^a sessão ordinária da Sociedade Paulista de Leprologia.

4.3.1 Fotografia clínica: Seção de Anatomia Patológica

A Seção de Anatomia Patológica foi responsável pela produção das fotografias e das micrografias, caracterizadas como *fotografia clínica*:

Quadro 05 – Subgrupo Seção de Anatomia Patológica

Subgrupo	Série	Subsérie
Seção de Anatomia Patológica	Fotografia clínica	Retrato de doente (Fotografia de Lepra e Moléstias diversas)
		Detalhe de lesão
		Micrografia
		Reproduções

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Os álbuns fotográficos que compõem a série de fotografia clínica foram identificados de acordo com seus títulos:

- Fotografias de Lepra n.1
- Fotografia de Lepra n.2
- Micro-fotografias n.1
- Micro-fotografias n.2
- Fotografias de reproduções
- Fotografias de peças anatômicas – Assuntos diversos n.1
- Fotografias de moléstias diversas n.2

Dentro da série *fotografias clínicas*, a documentação foi dividida em subséries que agrupam registros com mesma caracterização ou função. Por exemplo, os retratos de doente:

- a) Nível subsérie: Retrato de doente;
 Nível série: Fotografia clínica;
 Nome do subgrupo: Seção de Anatomia Patológica;
 Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar
 Âmbito e conteúdo: Retrato fotográfico de doentes.

Figura 25 – Retrato de doente

248 Revista de Leprologia de S. Paulo

Foto n.º 3 — Doente da observação n.º 9.

Fonte: REVISTA DE LEPROLOGIA DE SÃO PAULO, 1934.

O retrato de doente (Figura 25) constitui grande parte das fotografias clínicas. “As variações correspondem a determinadas posturas elementares que os doentes podiam assumir nas fotografias: ereta, sentada, deitada, comparecendo de corpo inteiro ou apenas com parte dele” (SILVA, 2009, p. 241).

Levando em consideração a legislação vigente que regula o acesso à documentação de caráter pessoal – Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011) e à documentação médica – Resolução CFM nº 1931/2009 (BRASIL, 2009), optamos por não utilizar as fotografias, fonte primária, quando a identidade do paciente fosse revelada. Os retratos de pacientes utilizados para exemplificar essa tipologia foram retirados de artigos publicados em revistas médicas da época que utilizaram as fotografias clínicas do DPL para compor os textos científicos e exemplificar os casos. A opção por preservar a identidade do paciente

tarjando o campo que constava seu nome, nos documentos subsequentes, também advém da compreensão de que essa documentação possui caráter pessoal e se liga à ideia de preservação da intimidade.

Nos retratos clínicos, o indivíduo colocado em destaque é o elemento principal do espaço de figuração da fotografia. (MUAZE, 2008). Esse tipo de representação advém dos retratos pictóricos, antes reservado às classes superiores, que se popularizam por meio das fotografias, sobretudo, dos *carte-de-visite* (patenteado por A. Disdéri em 1854), com imagens 06x09 cm, que permitiam tomadas simultâneas num mesmo clichê a preços mais acessíveis que um retrato convencional. Inicialmente as fotografias se concentram no rosto do retratado e depois ampliam-se para o corpo inteiro. No retrato, combinam-se a habilidade do fotógrafo em mobilizar o aparato técnico disponível com a performance daquele que se deixa retratar. “A fotografia, principalmente o retrato fotográfico, com toda a sua possibilidade de encenação, inventa uma memória para ser perenizada, eternizando-se na emulsão fotográfica uma vontade de ser, algumas vezes risível, mas na maior parte, crível” (MAUAD, 2004, p. 5).

No entanto, no campo da fotografia clínica, diferente do retrato posado espontaneamente quando a pose é o “ponto alto da *mise-en-scène* fotográfica” (MAUAD, 2004, p.5), a pose científica propicia a formação de catálogos baseados nas características pessoais por meio de posições específicas e diretas: tomadas frontais e de perfil sem os recursos decorativos dos ateliês fotográficos (FABRIS, 2008).

Para isso o corpo aparece nú, seminu ou vestido, dependendo do alcance que se deseja obter.

- Corpo nú;

O corpo, após despido diante da autoridade médica, era devassado sem constrangimentos e registrado em imagens para compor um arquivo ou para ilustrar o artigo, o qual tornaria públicas, ao mesmo tempo, a enfermidade que fazia padecer o doente e a competência do clínico que soube colher os dados, encaminhar ao diagnóstico e bem interpretar os sinais de morbidez. (SILVA, 2009, p. 272).

Aparentemente não havia uma preocupação do ponto de vista ético em proteger a identidade do paciente, de não constrangimento ou de impor algum tipo de censura que tivesse como objetivo preservar partes do seu corpo, no ato fotográfico. É preciso reiterar que o DPL além de promover o tratamento dos doentes dedicava-se à investigação e a pesquisa da hanseníase. A produção de elementos que

subsidiassem o desenvolvimento científico fazia parte das atribuições da Seção de Anatomia Patológica. Por outro lado, houve certa preocupação com a preservação da intimidade dos pacientes no uso das fotografias clínicas nas publicações em revistas médicas (Figura 26), em alguns casos, certa censura foi estabelecida em partes dos corpos dos pacientes, como genitália e olhos.

Figura 26 – Retrato de doente (frente, lado e costas)

Fonte: REVISTA DE BRASILEIRA DE LEPROLOGIA, 1938.

A ideia é que a imagem seja crível e nesse caso, o doente submete-se a um processo onde sua pose é dirigida conforme as intenções documentárias e interesses médico-clínicos³². Que nada tem a ver com uma intenção de representação ideal de si mesmo, como nos casos dos retratos fotográficos posados voluntariamente. Pelo contrário, é perceptível a vulnerabilidade do retratado. Mas, como afirma Silva (2009), nem sempre isso se dá de maneira completamente passiva (Figura 27), observa-se

³² A intenção médico-científica em registrar aspectos específicos do corpo do paciente pôde ser atestada na documentação do acervo do DPL, conforme explicitam as solicitações de registro fotográfico dos pacientes examinadas no item **3.2 Atividade fotográfica: registro e processo**.

em alguns casos certa agência por parte do retratado, como na figura abaixo, que retrata dois irmãos acometidos pelo Pênfigo Foliáceo.

Figura 27- Retrato de doente, irmãos

Fonte: VIEIRA, 1940.

Segundo o autor, o retrato posado voluntariamente tende a personalizar o representado, dar a ele aspecto de dignidade. Mas na pose científica o esforço repousa em circunscrever os sinais sintomáticos da doença, independentemente de seu portador, transformá-lo em um modelo fotográfico exemplar que forneça à comunidade científica parâmetros de comparação (Figura 28).

Nesse caso as derivações são a forma de apresentação do corpo doente que pode aparecer em pé, de costas, de perfil ou apoiado, mas em geral a pose é ereta, em pé, pernas aproximadas e braços ao longo do corpo.

Figura 28 – Retratos de doente (frente e lado)

Fonte: REVISTA DE BRASILEIRA DE LEPROLOGIA, 1938.

O mesmo esquema de referência anatômica consta nas Fichas Dermatológicas e Neurológicas (Figura 29), encontradas nos prontuários dos doentes de hanseníase que fazem parte do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra. O desenho do corpo humano, também apresentado de frente, costas e de lado servia como base de apontamento, onde eram anotadas características e anomalias apreendidos no exame. A referência de localização no corpo é fundamental nesses casos.

Figura 30 – Retrato de doente, comparação

Fonte: REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA, 1937.

Figura 31 – Retrato de doente (rostro)

Fonte: REVISTA DE BRASILEIRA DE LEPROLOGIA, 1938.

No verso da grande maioria das ampliações fotográficas avulsas existe um carimbo do Instituto de Leprologia com indicação de campos a serem preenchidos pelo técnico ou fotógrafo. Em alguns exemplares, as informações eram mais completas em outras não, sem preenchimento ou sem o próprio carimbo.

Na Figura 32, consta o carimbo do Instituto de Leprologia com as seguintes informações: D.P.L.; Instituto de Leprologia; São Paulo – Brasil; Laboratório Fotográfico; Secção F. de Lepra (Seção de Fotografia de Lepra); Álbum n.; Foto n. e Nome. Portanto, estavam identificados o produtor da imagem, local, se a imagem iria compor algum álbum, o número da foto, nome do paciente e a data (como informação adicional, já que não havia campo previsto para isso).

Figura 32 – Verso de fotografia, 24/06/1940

Fonte: Fotografia clínica. Caixa 01. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Existiam algumas variações de carimbos para diferentes tipos de fotografia, variando o campo de “Secção”, por exemplo: Seção de Fotografia de Lepra e Seção de Moléstias Diversas. Havia casos em que o diagnóstico de hanseníase era descartado, mas a lesão ou sintoma demandavam investigação. Esses casos serviam também como exemplo a ser difundido, pois os sintomas característicos poderiam ser confundidos e gerar diagnósticos falsos positivos para a doença.

A segunda divisão da série de *fotografias clínicas* são as fotografias com detalhe de lesão. As imagens retratam parte de corpos doentes, privilegiando como foco lesões dermatológicas específicas:

b) Nível subsérie: Fotografia de detalhe de lesão;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome do subgrupo: Seção de Anatomia Patológica;

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Fotografias de detalhe de lesão; partes do corpo.

Nesse caso, o corpo também é retratado de forma parcial, são focalizados membros ou pequenas extensões, destacando alguma região ou lesão específica, parte superior ou inferior do corpo. A forma como o corpo é retratado varia de acordo com a intenção de focalizar algo em específico ou dimensionar a extensão da doença. A exploração do corpo, em tais casos, dispensa o rosto do paciente ou individualização, o foco está na localização da lesão ou moléstia. Intui-se que a forma da lesão independe do corpo atingido, logo a visualização do organismo em sua totalidade se faz dispensável (SILVA, 2009). O corpo doente é dividido em seções e o enquadramento restringe-se apenas ao necessário para captar a manifestação da enfermidade. Nesse caso, também havia carimbo de identificação no verso das ampliações com as seguintes informações: D.P.L.; Instituto de Leprologia; São Paulo – Brasil; Laboratório Fotográfico; Seção F. de Lepra (Seção de Fotografia de Lepra); Álbum n.; Foto n. e Nome do paciente.

Figura 33 – Detalhe de lesão (braço)

Fonte: Fotografia clínica. Caixa 03. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

O corpo despido apresenta-se na maioria dos registros, no entanto, em alguns casos a nudez requerida foi apenas aquela necessária para enfocar partes do corpo específicas ou lesões particulares, algumas peças de roupa ainda estão presentes e acabam sendo retratados na imagem, como blusas e calças abaixadas ou mesmo outros elementos acessórios como sapatos, meias e relógios (Figura 33 e 34).

- Corpo seminu e vestido

Figura 34 – Detalhe de lesão, 16/11/1937

Fonte: Fotografia clínica. Caixa 01. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra.
Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

A terceira subdivisão dessa série (*fotografia clínica*) correspondem as imagens de ampliações microscópicas.

c) Nível subsérie: Micrografia³³;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome subgrupo: Seção de Anatomia Patológica

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Micrografia; ampliações fotográficas de imagens microscópicas.

A micrografia é resultado de um movimento de investigação e olhar em direção ao interior do corpo.

O instrumento de representação se desvencilha dos caracteres exteriores dos pacientes e incursiona no mundo interior do corpo, cujas diferenciações perceptíveis entre os tecidos saudáveis e aqueles afetados não correspondem a identidade humanas específicas. (SILVA, 2009, p. 236).

³³ No verso das ampliações fotográficas havia o carimbo de identificação do DPL com a inscrição “Seção de micrografia”, optamos por utilizar essa grafia para nomear também a subsérie, apesar de o termo “microfotografia” constar também em outros documentos utilizado como sinônimo.

A micrografia universaliza a doença. Não se trata mais da imagem enquanto aparência da doença, ou seja, a forma como ela se apresenta no corpo humano, e sim do próprio agente causador do mal, do agente patogênico.

Os cortes histológicos são utilizados para o estudo dos tecidos biológicos de animais e plantas, sua formação, estrutura e função. O tecido é seccionado em cortes finos, transversais e longitudinais. É uma importante disciplina das áreas de ciências biológicas e da saúde e desenvolveu-se após a invenção do microscópio óptico. Já a micrografia é uma técnica fotográfica desenvolvida para obtenção de imagens ampliadas por meio de lentes ópticas que permitem observar detalhes dessas estruturas não visíveis, tais como células e micróbios.

Por meio desses registros passa a ser possível conhecer não apenas a “aparência” da doença, mas também sua “essência” (SILVA, 2009). A microbiologia irá transformar a maneira de conhecer as doenças. Essa mudança de princípio é inclusive da ordem visual. Nesse caso, é exigido, ao leitor da imagem (Figura 35), conhecimentos muito específicos, caso contrário, não há dedução possível de seu conteúdo, a imagem é quase abstrata.

Figura 35 – Micrografia

Fonte: Micrografia. Caixa 07. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas / Instituto Butantan. “Aumento de 250x” (cf. verso)

No verso de parte das micrografias havia também um carimbo contendo os seguintes dados: produtor, local, Seção de Micrografia, Álbum N., Foto N., Lâmina N., Aumentos e Coloração. Assim, são incorporados dados específicos relativos à micrografia, apresentadas nas Figuras 36, 37, 38 e 39, como o número de identificação da lâmina com o material biológico, o número de vezes que a imagem foi aumentada e o tipo de coloração usada como reagente para observação das células.

Figura 36 e 37 – Micrografia (frente e verso) n.1

Fonte: Micrografia. Caixa 07. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan. "Aumento de 24x" (cf. verso)

Figura 38 e 39 – Micrografia (frente e verso) n.2

Fonte: Micrografia. Caixa 07. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan. "Aumento de 68x" (cf. verso).

No entanto, as informações de identificação do paciente e data não constam na documentação observada. Seria razoável que houvesse uma documentação de controle dessa produção laboratorial, tanto das informações referentes aos materiais analisados, quanto das micrografias produzidas a partir deles. Contudo, apenas dois exemplares desse material foram localizados entre o acervo iconográfico ou textual. Um dos materiais remanescentes dessa atividade foi uma ficha não preenchida (Figura 40) que, no entanto, foi utilizada com outra finalidade³⁴. Nessa ficha constariam as informações técnicas da produção e análise das lâminas que gerariam as micrografias, como: data, lâmina, aumentos, coloração, médico, legenda e observações.

³⁴ Apresentava-se dobrada, como um invólucro para separar e armazenar fotografias identificadas conforme anotação manuscrita: "Casa de penfigosos em Patos – novembro de 1938".

Figura 40 – Ficha de identificação de micrografia

N.º _____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA
D. P. L.
ARQUIVO DE MICROFOTOGRAFIAS

Data — _____

Lamina — _____

Augmentos — _____

Coloração — _____

Médico — _____

Legenda — _____

Observações — _____

Fonte: Arquivo de micrografias. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan. (Ficha não preenchida, com anotação manuscrita).

A quarta subdivisão da série de *fotografias clínicas*, é composta por reproduções fotográficas de imagens variadas que compunham um aporte teórico-metodológico para a pesquisa sobre o tema. No verso das ampliações havia um carimbo de identificação que classificava as fotografias dessa forma.

d) Nível subsérie: Reproduções;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome subgrupo: Seção de Anatomia Patológica;

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: reproduções fotográficas de ilustração científica, de plantas, animais cobaias e publicações

Havia uma prática dentro do DPL de reproduzir outras tipologias documentais em suporte fotográfico, visando a utilização em estudos, pesquisa e publicações, como por exemplo: reproduções fotográficas de ilustrações científicas, de plantas, animais cobaias e publicações (páginas de artigos e livros). Dessa forma, faz parte da subsérie *Reproduções*, as seguintes categorias:

- Ilustração científica;

A Ilustração Científica pode ser definida como uma área multidisciplinar abrangendo as Ciências e as Artes Plásticas, cuja finalidade é auxiliar o pesquisador a comunicar suas ideias, descobertas e objeto de estudo, em forma de desenhos detalhados. A ilustração científica anatômica produzia um conjunto de imagens do corpo humano que atendia a fins didáticos, de pesquisa e divulgação. O que esse recurso traz como novidade é a ideia de que uma ilustração poderia ser meio de transferência de conhecimento e tinha caráter informativo. Apesar da “crença nas virtudes científicas da fotografia” (FABRIS, 2006, p. 162) a fotografia não substituiu por completo a ilustração³⁵, como afirma Silva (2014), que continua sendo praticada até os dias atuais. No arquivo do DPL é possível observar essa permanência e o uso concomitante das duas técnicas de representação. Há fotografias de partes do corpo, ilustrações dessas mesmas partes e a ampliação fotográfica dos desenhos, como apresentado nas Figuras 41, 42 e 43.

Figura 41 – Detalhe de lesão (olhos)

Fonte: “Seção de Reprodução”. Fotografia clínica. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

³⁵ Um exemplo, é a atuação de Lilly Ebstein Lowenstein (1897-1966) que se tornou desenhista e fotomicrografa da Seção de Desenho e Fotografia na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, a partir de 1934, da qual foi chefe até 1956. (CYTRYNOWICZ, 2013).

Figura 42 e 43 – Ilustração Científica: detalhe de lesão e retina ocular

Fonte: Ampliação fotográfica de ilustração de Augusto Esteves, 1936. "Seção de Reprodução". Fotografia clínica. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Outra categoria dentro da subsérie *Reproduções* são as imagens de animais e plantas.

- Animais cobaias e plantas;

As imagens de animais cobaias e plantas (Figuras 44, 45, 46 e 47) não são significativas em termos de quantidade, mas aparecem no formato de fotos avulsas e nos álbuns. Estão relacionadas à pesquisa científica, testes e à investigação de medicamentos para a terapêutica da hanseníase.

Figura 44 – Animal cobaia, galo

Fonte: “Seção de Reprodução”. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 45 e 46 – Animal cobaia, macaco

Fonte: “Seção de Reprodução”. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 47 – Álbum Reproduções n.1. Fotografias e reprodução de ilustrações botânicas

Fonte: Álbum Reproduções n.1. Instituto de Leprologia. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

A última categoria que figura dentre a subsérie *Reproduções* são as ampliações fotográficas de páginas de publicações, livros, artigos, etc.

- Publicações.

Trechos de publicações também foram reproduzidos em suporte fotográfico. São páginas de estudos, artigos, livros publicados e copiados em suporte fotográfico, como apresentado na Figura 48.

Figura 48 – Álbum Reproduções n.1. Reprodução fotográfica de publicações

Fonte: Álbum Reproduções n.1. Instituto de Leprologia. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Algumas imagens dentro da subsérie *Reproduções* possuíam identificação com carimbo no verso, no entanto, esses casos são menos frequentes e com menor detalhamento de informação. Havia identificação do produtor, local, da seção, número de álbum e número da foto, sem informação de data ou contextualização adicional. Ou apenas uma anotação manuscrita, indicando “R” como reprodução e o número da fotografia.

A organização proposta baseia-se na classificação funcional da instituição, sendo assim, são as funções desempenhadas pelas seções que refletem o quadro de arranjo geral da documentação. O nível de tratamento, proposto a partir da classificação em séries documentais, indica e agrupa de maneira lógica itens documentais com características semelhantes no que tange a função para qual foram criados, para isso foram analisadas diversas características dos documentos, tanto

quanto a forma e o conteúdo, nesse caso, indissociáveis. Já o assunto do documento é de ordem temática e sua identificação pode contribuir com a recuperação da informação quando a busca privilegia aspectos tópicos específicos. Nesse caso, a criação de descritores contempla o âmbito da descrição e de indexação de assuntos, como uma ferramenta adicional na busca do acervo, mas não interfere no arranjo documental, isto é, na estruturação lógica da organização. Os descritores³⁶ são uma ferramenta para identificação de aspectos referentes ao item documental e não às séries. A partir da observação dos itens documentais e de seus conteúdos, lançamos como proposta a identificação de alguns descritores para os itens documentais presentes na série *fotografia clínica*:

- Corpo humano
 - Corpo inteiro; Cabeça e tronco; Cabeça; Parte; Detalhe de lesão; Órgão; Impressão digital; Corte histológico;
- Grupo de doentes;
- Paciente durante tratamento;
- Plantas;
- Animal cobaia;
- Ilustração científica.

Assim, na Figura 47, teríamos, por exemplo, na indexação por descritores os termos: grupo de doentes, plantas e ilustração científica.

4.3.2 Organização dos serviços e atividades; elementos estatísticos e dados discriminativos: Seção de Documentação e Biblioteca

A *Seção de Documentação e Biblioteca* é outro importante subgrupo produtor de fotografias. Nesse caso a autoria da produção do documento não se restringe diretamente ao criador do registro fotográfico, mas também aos agentes responsáveis pela edição, manipulação e montagem do documento. Dentre as atribuições dessa seção estavam a sistematização, divulgação e elaboração de documentos que dispusessem sobre as atividades meio e fim do DPL. Portanto, a produção de estatísticas, gráficos, organogramas, álbuns fotográficos, relatórios institucionais e

³⁶ Ver APÊNDICE B – Proposta de descritores para a indexação dos itens fotográficos do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo.

inventários que serviam tanto à organização interna quanto a divulgação externa das atribuições desse departamento, valeram-se do suporte fotográfico.

Ainda de acordo com o Decreto Estadual n. 25.188, de 6 de dezembro de 1955, competia à Seção de Documentação e Biblioteca (SÃO PAULO, 1955):

“Artigo 34 - A Seção de Documentação e Biblioteca cabe:

I - Coligir, coordenar, classificar, guardar, conservar os textos e documentários, elementos estatísticos e dados discriminativos referentes às atividades do D.P.L.;

II - Planejar, coordenar e sistematizar os levantamentos relativos à estatística administrativa;

III - Elaborar gráficos referentes às atividades fins e meios do D.P.L.;

IV - Manter a biblioteca do D.P.L. nos moldes indicados pela biblioteconomia;

V - Manter serviços de divulgação, de arte gráfica e encadernação.

Artigo 35 - A Seção de Documentação e Biblioteca compreende:

I - Setor de Documentação;

II - Setor de Biblioteca, Artes Gráficas e Encadernação.”

(SÃO PAULO. Decreto Estadual n. 25.188, de 06 de dezembro de 1955)

Quadro 06 – Subgrupo Seção de Documentação e Biblioteca

Subgrupo	Subgrupo	Séries
Seção de documentação e biblioteca	Organização dos serviços e atividades	Relatório fotográfico
		Inventário fotográfico
	Elementos estatísticos e dados discriminativos	Organograma funcional
		Planta arquitetônica
		Mapa
		Tabela

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

A documentação produzida pela Seção de Documentação e Biblioteca (Quadro 06) compreende o subgrupo *Organização dos serviços e atividades*, composto pelas séries *relatório fotográfico* e *inventário fotográfico*. Já o subgrupo *Elementos estatísticos e dados discriminativos* compreende as séries: *organograma funcional*, *planta arquitetônica*, *mapa*, *tabela* e *gráfico*.

O álbum classificado como *Relatório fotográfico* apresenta-se com a seguinte denominação: “Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo”. Já como *inventário fotográfico* foram consideradas os álbuns e fotografias avulsas que retratam exaustivamente os equipamentos pertencentes ao DPL.

12 álbuns compreendem a série inventário fotográfico com os seguintes títulos:

- Departamento de Profilaxia da Lepra – Geral 01 e 02
- Aspectos Anteriores da Lepra 1936
- Asilo-colônia Santo Ângelo 1936
- Construtora Nacional e comitiva em visita ao Asilo-colônia Santo Ângelo
- Asilo-colônia Aymorés 1936
- Asilo-colônia Cocais 1936
- Asilo-colônia Padre Bento
- Asilo-colônia Pirapitingui 1936
- Caixa Beneficente – Asilo-colônia Pirapitingui
- 1º Campeonato Interhospitalar de futebol – Asilo-colônia Pirapitingui
- Asilo Santa Terezinha
- Preventório Jacarehy e Santa Terezinha, Asilo-colônia Pirapitingui e Asilo-colônia Santo Ângelo

Figura 49 – Capa do Álbum Asilo-Colônia Aimorés

Fonte: Álbum Asylo-Colônia "Aymorés", 1936. Bibliotheca. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

A lógica para determinar a criação das séries manteve-se funcional e não seu formato. O arquivo é composto por múltiplos álbuns fotográficos, criar uma série documental a partir dessa categoria seria uma opção, no entanto, diferentes intenções documentárias são apreendidas, um exemplo são os álbuns de fotografia clínica, tão diversos daqueles que registram a construção e adequação dos espaços dos asilos-colônias.

O álbum relatório fotográfico está disposto de forma lógica no quadro de arranjo da seguinte maneira:

e) Nível Série: Relatório fotográfico;

Nome subgrupo: Organização dos Serviços e Atividades

Nome subgrupo: Seção de Documentação e Biblioteca

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Relatório fotográfico dos serviços e atividades desenvolvidos pelo DPL. Formato: álbum.

Este documento possui características ímpares, pois reúne e comunica uma série de informações sobre o Departamento de Profilaxia da Lepra no formato de álbum fotográfico, mesclando textos, imagens e dados sobre sua atuação. Está identificado na contracapa como "Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do

Estado de São Paulo”. Apesar da autodenominação como boletim, preferimos classificá-lo como relatório. Sua definição seria mais adequada com relação às informações apresentadas: boletim – resenha noticiosa de operações; relatório – exposição de ocorrências, de fatos, de despesas, de transações ou de atividades realizadas por autoridade com finalidade de prestar conta de seus atos a autoridade superior (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997).

O álbum do Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra de São Paulo foi classificado como relatório fotográfico, pois traz ampla divulgação das atividades, dados estatísticos, administrativos e financeiros do Departamento de Profilaxia da Lepra. Como complemento às informações textuais, esses dados são apresentados no formato de ampliações fotográficas, junto com os retratos de personalidades do órgão e das fotografias das diversas instalações que compunham sua estrutura institucional. Portanto, o Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra de São Paulo não se qualifica apenas como álbum fotográfico – onde as fotografias são sequenciadas e dispostas a fim de compor uma narrativa imagética. Comunica e divulga as ações da instituição, compara dados, expõe seu desenvolvimento nos últimos anos, apresenta seu quadro organizacional e o estado da política de profilaxia da lepra no período, mesclando linguagem textual e visual. Esse documento é único em seu propósito, em meio ao restante da documentação e por esse motivo foi tratado de maneira individualizada.

Figura 50 – Contracapa do Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo³⁷

Fonte: Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1936. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Resumiremos esse relatório fotográfico, que é bastante extenso, com relação ao encadeamento dos discursos narrativos e imagéticos apresentados, ambicionando demonstrar o uso das fotografias como documento de arquivo, para além de sua capacidade ilustrativa individualizada. Nesse sentido, não há pretensão de promover uma análise histórica da instituição e de seus feitos por meio desse único registro, e sim, de investigá-lo enquanto documento. Para isso a reprodução de seu discurso e, em alguns momentos, sua transcrição, tal qual apresentada na versão do próprio DPL serão aqui expostas. Isso porque o uso das imagens irá validar os dados apresentados. Esse álbum, demandaria, por si só, uma análise crítica e detalhada se considerado como fonte histórica de abrangência multidisciplinar (KOSSOY, 2016, p. 23).

Em suas primeiras páginas, os textos apresentados discorrem sobre a importância e responsabilidade da Campanha de Profilaxia da Lepra no Estado de São Paulo. E os esforços teriam sido efetivos, visto que de 497 pessoas internadas

³⁷ Produzido a partir do relatório do prof. Nicolau Mortati – Membro da 1. Divisão do I. DOR. T. (Instituto de Organização Racional do Trabalho).

em 1928, passaram para 5.500 indivíduos isolados em 1936, alcançando o objetivo da profilaxia³⁸, de acordo com o documento.

Um dos elementos primordiais para a instituição ter alcançado tal estágio organizacional seria a autonomia que obteve com relação à burocracia da administração pública. Os esforços do governador do Estado de São Paulo Armando de Salles Oliveira são valorizados nesse sentido. A primeira fotografia apresentada é o seu retrato³⁹.

Figura 51 – Fotografia do Dr. Armando de Salles Oliveira, governador do Estado de São Paulo

Fonte: Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1936. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

³⁸ Principal medida preventiva para preservação da saúde do restante da população baseou-se no isolamento dos indivíduos acometidos pela hanseníase.

³⁹ A etiqueta com codificação alfanumérica no canto direito da fotografia é resultado de um tratamento técnico dado ao acervo iconográfico de forma isolada quando parte dele estava sob guarda do Instituto de Saúde. Este órgão esteve à frente do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, no período anterior ao ano de 2010. O projeto intitulado: “Organização e Informatização do Arquivo da Iconográfico de hanseníase” foi coordenado pela Prof. Dra. Yara N. Monteiro e financiado pela Fundação Paulista Contra a Hanseníase. Ver ANEXO B – Catálogo Descritivo do Acervo iconográfico de Hanseníase, que criou fichas individualizadas para as imagens contendo número de tombo (os códigos obedecem a uma lógica de siglas por conteúdo, localização (se fotos avulsas ou álbuns), título, tipo de imagem, data, descrição para cada foto, observações e relacionamento entre imagens similares. No entanto, foram objeto desse tratamento uma parcela do acervo iconográfico: 217 fotografias acondicionadas em pastas suspensas e alguns álbuns.

Em seguida, presta homenagem ao diretor do DPL, Dr. Francisco Salles Gomes Jr, figura de destaque, que começou a chefiar o órgão ainda em sua configuração inicial, como Inspetoria de Profilaxia da Lepra, deficitária de estrutura e meios para realização de suas atividades e dando sequência quando esta se transforma em Departamento.

Figura 52 – Fotografia do Dr. Francisco Salles Gomes Junior, diretor do Departamento de Profilaxia da Lepra

Fonte: Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1936. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Segundo o relatório, a situação dos doentes acometidos pela hanseníase antes da estruturação do DPL era lastimável. Muitos deles, em decorrência do preconceito e do estigma que a doença produzia, acabavam marginalizados, obrigados a deixar suas moradias e cidade, passavam a viver em situação de mendicância. Conforme as palavras do governador do Estado em pronunciamento na cidade de Itapetininga, transcritas no relatório, a situação era a seguinte:

[Os doentes ainda ocupavam] as barracas brancas da beira dos caminhos, debaixo das quaes se abrigavam, transmitindo a novas victimas a mais dolorosa tragédia dos seres humanos; e os cavaleiros, que surgiam numa volta da estrada, extendendo em silencio o chapéu e seguindo com o olhar a curva das esmolas atiradas de longe. (Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1936. Fundo do Departamento

de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan).

Figura 53 – Acampamento na estrada de Pirapora

Fonte: Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1936. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

O documento aborda os feitos da instituição com relação a estruturação de seus equipamentos desde as construções iniciais dos asilos e o processo de internação dos doentes. Imagens da primeira colônia de Pirapitingui, com casas ainda de madeira e sem iluminação são apresentadas e na sequência, fotografias das construções dos demais asilos em plano aberto ou vista aérea. O crescimento das dependências asilares teria demandado maior organização “clínico-científica-administrativa” tanto da Sede como dos Asilos, para isso em 1934, teve início a implantação da “Organização Racional do Trabalho”, um método que promoveria domínio gerencial eficaz na instituição.

A administração do D.P.L., de acordo com os métodos modernos preconizados pela ciência da organização racional do trabalho, tem todos os seus movimentos controladíssimos; as atribuições de todas as seções dependentes e a sua ligação com outras seções são compreendidas num só golpe de vista pelos gráficos. (Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1936. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan).

Um dos resultados dessa modernização administrativa, teria sido o recolhimento de 1.954 doentes no ano de 1935, o que teria feito o DPL bater recorde mundial de internação, conforme dado do relatório fotográfico.

Logo na sequência são apresentadas imagens que comparam a situação dos doentes antes e depois da internação: os doentes acomodados em barracas na beira de estrada (Figura 53) e por outro lado, as residências nos asilos. São imagens tanto dos aspectos externos quanto internos das acomodações, fotos do refeitório, de paciente sendo assistido em clínica médica, consultório dentário, de atividades físicas em campo de esportes, de salas de aula, espaço de biblioteca, clube de jogos e bilhar e da igreja, apresentadas na sequência (Figuras 54, 55 e 56).

Figura 54 – Lar, interior de residência

Fonte: Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1936.
Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde
Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 55 – Assistência médica

Fonte: Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1936. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 56 – Alimentação

Fonte: Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1936. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Segundo o documento, se por um lado a internação resolvia o problema da profilaxia, por outro desorganizava suas famílias e os filhos sadios padeciam com a falta de assistência, preconceito e estigmatização causados pela doença. Almejando resolver tal situação, as crianças recém-nascidas ou muito pequenas eram encaminhadas ao Asilo Santa Terezinha. No álbum, seguem fotos das instalações do asilo e dos internos. Já o Preventório Jacarehy foi criado para assistir crianças maiores, ele é apresentado com fotos do diretor do Preventório, da fachada da instalação, do refeitório, recreio, dormitório, sala de aula e da banda formada pelas crianças.

Na seção subsequente, o relatório fotográfico apresenta dados atualizados de sua administração, com relação à sua estrutura e equipamentos:

Quadro 07 – Estrutura administrativa do DPL, 1935

Geral

O Departamento de Prophylaxia da Lepra, tem a sua sede situada na Capital do Estado, à Avenida Dr. Arnaldo, 87.

Da Sede dependem e são controlados os Asilos-Colônias:

Santo Angelo com 1321 doentes

Pirapitingui com 1696 doentes

Cocães com 1385 doentes

Aymorés com 610 doentes

Sanatório Padre Bento com 487 doentes

Preventório Jacarehy com 149 menores sãos

Posto central – Av. Dr. Arnaldo, 87.

Ambulatório Conde Lara – Rua Tenente Pena n. [?]⁴⁰

Ambulatório do Braz – Rua [?]

As inspetorias regionais de Santos, Campinas, Jundiahy, São Carlos, Ribeirão Preto, Sorocaba, Baurú.

Fonte: Álbum Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, 1936. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

⁴⁰ A informação de endereço estava incompleta tanto no Ambulatório da Rua Tenente Pena quanto do Ambulatório do Brás.

Dando continuidade à apresentação de sua organização administrativa, o relatório discorre sobre as áreas de atuação do DPL.

A *Parte Clínica* fazia controle dos fichários e arquivos dos doentes e comunicantes, da atuação dos médicos e funcionários com relação ao diagnóstico, remoção e internação dos pacientes. Na página seguinte havia a indicação de local para fotografia do: “King Kong, ambulâncias, médicos, guardas, etc.”, no entanto, não havia nenhuma imagem compondo a página.⁴¹

A estrutura da *Parte Científica* era composta pelas seções especializadas de Análise, Laboratório e Bacteriologia. A área da Biblioteca recebe especial atenção, devido ao seu alto grau de especialização e suporte às áreas de pesquisa e desenvolvimento do campo científico. Seu esquema organizacional é apresentado.

Finalmente o relatório fotográfico discorre sobre a *Parte Administrativa*, com a Seção de Estatística, Controle e Contabilidade que registrava e apresentava mensalmente um total de 1.860 dados e informações administrativas sobre as atividades do Departamento de Profilaxia da Lepra. Traz o fluxo de trabalho da Seção de Estatística e Contabilidade e os gastos detalhados de cada asilo, da sede e da biblioteca.

Na sequência, parte para o detalhamento da organização dos asilos-colônias: zona sã, zona doente, administração, prefeitura, delegacia, almoxarifado, cozinha, oficinas, rouparia e caixa beneficente. Apresenta também os dados de cada asilo, como localização, número de doentes e inúmeras fotografias dos locais de internação, com imagens dos diretores, portaria, fachadas, vista aérea, das ruas, das instalações externas e internas, áreas coletivas, clínicas e de recreação. A imagem dos asilos é encadeada de forma a apresentar as instalações do exterior da instituição para o seu interior, da zona sã para a zona doente, provocando a sensação de imersão naquela sociedade apartada.

Algumas considerações merecem ser tecidas acerca dos álbuns fotográficos, tanto com relação sua conformação mais tradicional, quanto seu uso de maneira menos heterodoxa, como explicitado acima. Os álbuns fotográficos, passam a circular

⁴¹ Esse não é um caso isolado, em outras páginas do álbum havia a identificação das fotografias que deveriam figurar naquele espaço, no entanto, estavam os exemplares estavam ausentes.

após a invenção dos *carte-de-visite*⁴², e tornam-se uma “necessidade para a mentalidade classificadora do século passado” (FABRIS, 2008, p. 42). Os álbuns, a princípio, formados nas casas com os retratos familiares, passam a ser compostos pelos mais variados critérios e temáticas. A circulação da imagem por meio dos álbuns exprime uma mentalidade colecionista e um interesse em conhecer realidades e acontecimentos do mundo moderno mesmo que distantes.

Sobre a materialidade do álbum e sua composição Walter Benjamin o descreve como: “grandes volumes encadernados em couro, com horríveis fechos de metal, e as páginas com margens douradas, com a espessura de um dedo, [...]” (BENJAMIN, 2012, p. 104). Esse tipo de álbum “clássico”, apresentado como livro, de capa elegante e muitas vezes de grande dimensão é o tipo de material produzido pelo DPL. Esse investimento no suporte por meio de técnicas muitas vezes elaboradas de material e acabamento, valorizam o objeto.

No entanto, para além da sua forma de apresentação estética, a composição do álbum denota uma série de questões: começando pelo fato de que ele produz uma narrativa. Ao contrário da fotografia solta, o álbum induz a uma leitura sequencial com início e fim, dentro de uma ordem pré-estabelecida. “Ele possui uma ordem, em que uma foto se encadeia à outra, e, portanto, *sua visão produz a figura de um ‘salto’* – (...) tendo em vista que devemos ‘saltar’ de uma foto para outra, para recompor um propósito global” (SILVA, 2008, p. 32). Apesar do processo levar à ideia de começo e fim, não necessariamente tal ordenação coincide com a noção de tempo cronológico. A disposição dos itens pode ser temática, por exemplo.

Por aspecto material do álbum entendemos, pois, tudo aquilo que intervém, de modo, distinto do sentido de realização fotonômica, físico-químico, da própria foto. Ou seja, falo, além dos objetos que são colados junto das fotos, de materiais referentes ao álbum, do tamanho das fotos, das condições cromáticas, dos acréscimos às fotos, das páginas dos álbuns e do número delas cheias e vazias. Pode-se dizer que aqui falamos de expressões acrescentadas ao valor primário da foto e de seus relatos. (SILVA, 2008, p. 64)

Dessa forma o álbum se configura de forma bastante óbvia como documento de arquivo, pois armazena imagens a partir de uma intenção classificatória. Nele, são

⁴² Esse tipo de formato fotográfico, os *carte-de-viste* ou “cartão de visita” foi inventado e patenteado pelo francês Disdéri em 1854, seu feito foi criar uma câmara fotográfica com quatro lentes para obter oito retratos em apenas uma chapa de vidro, seu formato era de 09x06 cm montado em cartão rígido, foi chamado dessa forma porque era trocado por amigos, familiares e colecionadores (BRASILIANA FOTOGRAFICA, 2016).

incluídos outros itens que nem sempre são de natureza fotográfica a exemplo do *Boletim do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo*. Nele, mesclam-se às fotos diferentes tipologias de registro, dados e recursos, dando outros sentidos às imagens e possibilidades de leitura.

Corresponde também ao grupo *Seção de documentação e biblioteca* e sub-grupo *Organização dos serviços e atividades* a série *Inventário fotográfico*.

Figura 57 – Página do Álbum Fotografia de Lepra n.1. Imagens de retrato de doente e detalhe de lesão

Fonte: Álbum Fotografia de Lepra n.1. Instituto de Leprologia. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

f) Nível Série: Inventário fotográfico;

Nome subgrupo: Organização dos serviços e atividades

Nome subgrupo: Seção de Documentação e Biblioteca

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: fotografias da sede, asilos-colônias, preventórios, dispensários, acomodações dos doentes, equipamentos médicos e laboratórios científicos, formada por fotografias avulsas e álbuns fotográficos.

Como *inventário fotográfico* compreendemos um conjunto de fotografias produzidas para efeitos de levantamento exaustivo de determinados lugares, objetos ou bens. Essa série retrata os espaços institucionais do DPL por meio das fotografias das instalações que compõem a estrutura da instituição.

Com relação aos álbuns, podemos afirmar que a maioria deles datam de meados da década de 1930, momento em que o Decreto Estadual n. 7.070, de 06 de abril de 1935 transformou a Inspetoria de Profilaxia da Lepra em um Departamento (SÃO PAULO, 1935). Segundo Nelson Souza Campos, a partir de 1931 a então Inspetoria sob a administração de Francisco Salles Gomes Jr., “atingiu alto grau de desenvolvimento técnico e hospitalar que hoje possui” (SOUZA CAMPOS, 1934, p. 480). Conforme o autor, ao assumir a Inspetoria os Asilos-Colônias Cocais e Aymores estavam com suas construções paradas por falta de recursos. “Já no final da década de 1930, estava fortemente consolidado o modelo isolacionista paulista com seu serviço profilático [...]” (OPROMOLLA; LAURENTI, 2011, p. 03). Dessa forma, os asilos-colônias como principal medida de contenção da doença, por meio da separação da população doente daquela sadia, estavam à pleno funcionamento. As imagens que compõem a série *inventário fotográfico* (Figuras 51 a 56) tem como um de seus objetivos apontar justamente essa estruturação.

Os asilos-colônias e seu aparelhamento técnico passam a ser um objeto importante dos registros fotográficos, compondo álbuns temáticos. Algumas fotos possuem identificação de fotógrafos ou laboratórios locais, no caso dos asilos do interior, outras constam no verso o carimbo do Instituto de Leprologia/ Laboratório Fotográfico, indicando quem produziu a ampliação fotográfica. Já os álbuns, a Seção de Biblioteca e Documentação que se encarregava de manufaturá-los.

Os álbuns fotográficos de temática urbana apresentam a concretização de uma imagem comprometida com a construção física e simbólica daqueles espaços (Figuras 58 e 59). Características presentes nas fotografias dos asilos-colônias, tanto com relação ao exaustivo detalhamento de sua estrutura física quanto à atmosfera apresentada.

Figura 58 – Vista aérea, Asilo-Colônia Aimorés

Fonte: Álbum Asylo-Colônia "Aymorés". 1936. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 59 – Portaria: "Aqui renasce a esperança", Asilo-Colônia Santo Ângelo

Fonte: Asilos. Caixa 10. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Os álbuns dos asilos-colônias, trazem imagens, sobretudo, das recentes construções e obras realizadas para adequar o serviço do DPL com relação a uma das suas principais atribuições: isolar os pacientes acometidos pela hanseníase em todo o Estado de São Paulo. As vistas áreas, gerais, das instalações, edifícios, residência e moradias de doentes são exaustivas. Nesse conjunto figuram pelo menos um álbum específico para cada asilo-colônia.

No que se refere à trajetória da fotografia, é possível afirmar que as 'vistas' contribuíram para o desenvolvimento de uma linguagem própria que, através da exploração de qualidades específicas, começa a impor parâmetros estéticos distintos daqueles da pintura. No discurso que a fotografia engendra nesse momento a palavra-chave é a comunicação. Comunicação de referentes que se pretendem comuns para o conjunto da sociedade. A fotografia abstrai o tempo e reordena elementos do real na síntese da imagem. Elimina as relações sociais. (LIMA, 2008, p. 79)

A comunicação proposta nessas fotografias elimina as possíveis contradições sociais também. Os espaços apresentados de forma organizada são valorizados em detrimento dos indivíduos, sobretudo, daqueles doentes. As imagens aéreas dos asilos-colônia do DPL passam a ideia de grandiosidade do espaço e provavelmente procuram convencer de que as instituições tinham condições de receber todos os doentes (PORTO, 2018, p. 88). Predominam imagens das recentes obras públicas e construção das instalações, gerando uma noção de progresso, modernização e de justa adequação e atendimento aos pacientes (Figura 60).

Figura 60 – Via em obras, Asilo-Colônia Aimorés

Fonte: Asilos. Caixa 10. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

As imagens mostram o loteamento dos espaços rurais para construção e ampliação desses asilos. Apesar de ser apresentado como um local amplo e aberto, a circulação dentro do asilo era bastante controlada. Os espaços eram divididos em três zonas: sã, intermediária e doente (MONTEIRO, 1995). A arquitetura dos asilos-colônias construídos no estado de São Paulo foi inspirada no modelo norte-americano de leprosário da cidade de Carville no estado da Lousiana (Ducatti, 2009). Seguindo uma lógica de distribuição do espaço no plano térreo, compostos de diversos edifícios isolados, distribuídos sobre uma vasta superfície (PESSOTTI, 2001, p. 157), diferente do modelo hospitalar verticalizado, por exemplo.

Na zona sã estavam alocados os serviços administrativos, diretoria e secretaria, por exemplo, na intermediária ficava a fiscalização de visitas, cadeia, manicômio e finalmente, na parte doente ficavam os dormitórios, pavilhões de enfermarias, casas de doentes e áreas de recreação e esportes (Figuras 61 a 64).

Figura 61 – Igreja, Asilo-Colônia Pirapitingui

Fonte: Álbum Asilo-Colônia Pirapitingui. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 62 – Dormitório, Preventório Jacareí

Fonte: Asilos. Caixa 10. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 63 – Armazém, Asilo-Colônia Santo Ângelo

Fonte: Asilos. Caixa 10. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 64 – Padaria, Asilo-Colônia Cocais

Fonte: Asilos. Caixa 10. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Os leprosários foram projetados visando sua autossuficiência, por isso grandes áreas reservadas às atividades agropecuárias e oficinas supriam as necessidades de consumo local. Uma quantidade expressiva de fotografias retrata esses espaços e atividades. Em geral, as imagens não mostram o cotidiano da vida asilar, apresentam os espaços bem organizados e os serviços prestados.

As fotografias só contemplam os indivíduos que estavam asilados nesses espaços quando há intenção de registrar atividades de lazer, recreação e instrução (Figuras 65, 66 e 67), caso contrário são os espaços e as acomodações vazios que figuram nas imagens.

Figura 65 – Pátio, Preventório Jacareí

Fonte: Asilos. Caixa 10. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 66 – Natação, Asilo-Colônia Santo Ângelo

Fonte: Asilos. Caixa 10. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 67 – Galeria, Asilo-Colônia Aimorés

Fonte: Asilos. Caixa 10. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

O desenho paisagístico também é tema das fotografias, valorizando os espaços para recreação e passeios, a presença de fontes de água e os elementos de composição enquadrados de forma simétrica criam uma atmosfera visual agradável, como retratam as Figuras 68, 69 e 70.

Figura 68 – Praça, Asilo-Colônia Aimorés

Fonte: Álbum Asylo-Colonia Aymorés. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra.
Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figuras 69 e 70 – Anverso e verso do Álbum Asilo-Colônia Aymorés

Fonte: Álbum Asilo-Colônia Aymorés. Fundo Departamento de Profilaxia da
Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

“O modesto leprosário “Aymorés” apresenta-se transformado numa verdadeira
‘cidade jardim’ – considerado o mais belo leprosário do mundo. Abril de 1940” (Figura

69). As fotografias dos espaços urbanos, das cidades, vistas e jardins relacionam-se com uma imagem e concepção de saúde presente na primeira metade do século XX:

Quando se diz então que a saúde pública estava preocupada com a imagem da cidade e do estado é possível entender por *imagem* a aparência mesma do espaço urbano, do campo e da população. Esses propósitos, assim como as disposições saneadoras, caminhavam juntos com a ideia de plasticidade, a qual permeou tanto as ações higienistas como a expressão desses propósitos em imagens positivas de uma realidade almejada. Essa dimensão estava representada nas fotografias de nossas instituições de saúde, nos álbuns de vistas de São Paulo e nos cartões postais; e estava presente também no noticiário impresso. (SILVA, 2009, p. 96-97)

Vale ressaltar que, para além dos álbuns, existe uma quantidade expressiva de imagens dos asilos-colônias e das dependências institucionais do DPL, como fotografias da sede e de laboratórios (Figuras 71 e 72), em formato de cópias avulsas.

Figura 71 – Laboratório, Instituto de Leprologia – Fundação Paulista contra a Lepra

Fonte: Fundação Paulista contra a Lepra. Caixa 10. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 72 – Detalhe dos álbuns fotográficos expostos no Instituto de Leprologia – Fundação Paulista contra a Lepra

Fonte: Fundação Paulista contra a Lepra. Caixa 10. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Os descritores, que fazem parte do âmbito descritivo do documento como forma de padronizar a recuperação por assunto, uma vez que as séries já estejam classificadas, no caso da série *inventário fotográfico* contemplam termos referentes aos espaços, seus usos e atividades desenvolvidas. A seguir algumas possibilidades:

- Instituição médica
 - Instalação dotada de instrumental e aparelhagem técnica
 - Construção e obras
- Moradia
- Paisagem rural
- Grupo de profissionais técnicos ou da saúde
- Grupo de doentes ou internos
- Retrato de médico
- Retrato de autoridade pública

Dessa forma, os termos descritores que poderiam ser indexados à Figura 71 seriam: Instituição médica; Instalação dotada de instrumental e aparelhagem técnica.

O segundo subgrupo da *Seção de Documentação e Biblioteca* referencia-se aos *Elementos estatísticos e dados discriminativos* produzidos pela instituição, que formam as seguintes séries documentais de acordo com a tipologia identificada: *gráficos, tabelas, plantas arquitetônicas e organogramas funcionais*.

g) Nível série: Gráficos, tabelas, plantas arquitetônicas, organogramas funcionais.

Nome subgrupo: Elementos estatísticos e dados discriminativos

Nome subgrupo: Seção de Documentação e Biblioteca

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Ampliações fotográficas de diferentes tipologias documentais, tais como gráficos, tabelas, plantas arquitetônicas, organogramas funcionais.

Existe uma profusão de documentos que não podem ser considerados *stricto sensu* fotográficos do ponto de vista arquivístico, mas foram originalmente agrupados juntos e considerados dessa forma pelas suas características físicas. São sobretudo, plantas arquitetônicas, tabelas, gráficos e organogramas em suporte fotográfico, ou seja: são cópias dessas tipologias documentais realizadas a partir da ampliação em papel fotográfico. Esses itens são encontrados no formato de ampliações avulsas (10x15cm ou formato maior) e nos álbuns. Assim sendo, o conteúdo informativo do documento e suas características internas indicam uma tipologia documental que diverge da conceituação de seu suporte, no entanto, são colocadas lado a lado com as imagens fotográficas, intenção que se evidencia principalmente nos álbuns com a apresentação desses dados e imagens harmonicamente em conjunto.

Essas tipologias serão trabalhadas aqui agrupadas. Os mapas e plantas (Figuras 73 e 74) são considerados documento cartográficos, um gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície e desenhos técnicos: mapa – documento que descreve, de forma gráfica ou fotogramétrica, geralmente em escala e em meio plano, características físicas e abstratas selecionadas da superfície terrestre ou de um corpo celeste; planta – documento em forma gráfica ou fotogramétrica representando, em seção horizontal, a organização de uma estrutura ou fração do solo (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Figura 74 – Planta arquitetônica de equipamento de saúde para atendimento de doentes de hanseníase

Fonte: Ampliação fotográfica. Dados estatísticos. Catálogo Descritivo do Acervo Iconográfico da Hanseníase. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Os gráficos, tabelas e organogramas são espécies documentais textuais conceituadas a seguir: gráfico – comunicação representada por desenho técnico; em geral, resultado de pesquisa; tabela – quadro no qual se registram esquematicamente

cálculo, nomes, números ou gráficos; e organograma – quadro descritivo, em forma geométrica, de uma organização ou serviço, indicando as interligações das suas unidades constitutivas (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1997), como apresentado nas Figuras 75 e 76.

Figura 75 – Gráfico com demonstração de afecções da cárie nos molares – Clínica dentária Asilo Santa Terezinha, 1938

Fonte: Ampliação fotográfica. Dados estatísticos. Catálogo Descritivo do Acervo Iconográfico da Hanseníase. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 76 – Gráfico com dados comparativos de fugas nos asilos-colônias de 1928 a 1950

Fonte: Ampliação fotográfica. Dados estatísticos. Catálogo Descritivo do Acervo Iconográfico da Hanseníase. Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Às séries de gráficos, tabelas, plantas arquitetônicas e organogramas funcionais não foram incluídos termos descritores, pois os documentos possuem tipologias diversas identificáveis partir das configurações explícitas na nomeação do próprio documento, portanto são acessados a partir das espécies/tipologias.

4.3.3 Prontuário de paciente: Seção de Arquivo Médico

A seção de Arquivo Médico era responsável pelo controle de toda documentação referente aos pacientes e seu tratamento, como explicitado no Decreto Estadual n. 25.188, de 06 de dezembro de 1955, que aprova o regulamento do Departamento da Profilaxia da Lepra, da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública da Assistência Social e suas competências (SÃO PAULO, 1955):

“Artigo 36 - A Seção de Arquivo Médico compete:

I - Numerar o prontuário, após verificar se o paciente já foi fichado anteriormente no Serviço;

II - Proceder ao registro do paciente;

III - Manter em dia o registro de entrada e saída de pacientes e outras ocorrências mediante comunicações recebidas das Divisões de Sanatórios e de Dispensários;

IV - Anotar as transferências dos pacientes entre os sanatórios e os dispensários;

V - Fornecer informações sobre o estado de saúde dos pacientes matriculados;

VI - Informar sobre vagas existentes nos sanatórios;

VII - Anotar os óbitos verificados e dar baixa nas respectivas fichas;

IX - Classificar e arquivar prontuários médicos;

X - Fornecer informes e dados à Secção de Epidemiologia sobre pacientes e comunicantes;

XI - Comunicar o parecer da Comissão de Altas aos Sanatórios e Dispensários anotando -o nos respectivos prontuários;

XII - Anotar e controlar os pacientes recambiados para outros Estados;

XIII - Manter o fichário e contrôlê dos pacientes com isolamento domiciliar;

XIV - Fornecer dados para elaboração da fôlha de pagamento aos pacientes que fazem jús à pensão do Estado de acôrdo com a legislação vigente;

XV - Encaminhar para laudo médico os candidatos que pretendem a pensão do Estado;

XVI - Fornecer atestados de vida e de incapacidade aos pacientes e comunicantes segurados nas caixas e pensões e aposentadorias, ao Departamento Médico e outras entidades oficiais do Estado;

XVII - Manter registro e anotações sobre os filhos dos pacientes recolhidos em educandários do Estado ou em entidades particulares;

XVIII - Registrar dados referentes aos comunicantes no Estado de São Paulo;

XIX - Fornecer informações ao Departamento Médico do Estado referentes a pacientes e comunicantes;

XX - Providenciar meios para manter em dia o registro de comunicantes.

Artigo 37 – A Secção de Arquivo Médico compreende:

I - Arquivo de Prontuários de Pacientes;

II - Arquivo de Prontuários de Comunicantes;

III - Setor de Informações.”

(SÃO PAULO. Decreto Estadual n. 25.188, de 06 de dezembro de 1955)

O grupo *Secção de Arquivo Médico* contém a série de *prontuários de pacientes*, que além da documentação clínica referente ao paciente incluía pequenos retratos fotográficos. Havia, inclusive, um espaço destinado à fotografia do paciente na primeira ficha que compunha os prontuários.

Quadro 08 – Subgrupo Seção de Arquivo Médico

Subgrupo	Série
Seção de Arquivo médico	Prontuário de paciente

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

h) Nível Série: Prontuário de pacientes;

Nome subgrupo: Seção de Arquivo Médico;

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Retrato de doente que compõem prontuários de paciente.

Dentre à Seção de Arquivo Médico, portanto, são os retratos de pacientes que figuram como documentação fotográfica compondo a documentação dos prontuários. Verificados, em sua maior incidência, nos primeiros anos de acumulação desses registros (décadas de 1920 e 1930).

Faz parte do prontuário do paciente⁴³ todo acervo documental padronizado, organizado e conciso, referente ao registro dos cuidados médicos prestados, assim como aos documentos pertinentes a essa assistência. O procedimento realizado pelo DPL era, fichar o suspeito da doença e uma vez confirmado o diagnóstico, esse indivíduo recebia um número de prontuário que lhe acompanharia para o resto da vida e serviria para “identificação, controle e localização, praticamente imediatos, de cada um dos doentes” (MONTEIRO, 1995, p. 227).

O prontuário era composto inicialmente por uma “Ficha Clínica Epidemiológica” que tinha a seguinte disposição: primeira parte, data de abertura da ficha, dados pessoais, número de prontuário e informações sobre a manifestação da doença e do diagnóstico; segunda parte, “Inquérito epidemiológico” com dados pessoais dos familiares (pai, mãe, irmãos, cônjuge, filhos ou outras pessoas do convívio), que incluía nome, idade, nacionalidade, residência, ocupação e alguma relação com a

⁴³ A resolução do CFM nº 1.638/2002 define prontuário como: “documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo” (BRASIL, 2002, p. 184-185)

doença; terceira parte, “História da moléstia” onde constavam informações clínicas: histórico dos sintomas, forma clínica detalhada do tipo e local das lesões, os exames laboratoriais realizados e o tipo de tratamento/isolamento dispensado. Ao final constavam os campos de “Observações”, que trazia informações sobre a vida do doente após internação como local de internação, remoções, dispensas, incidentes e finalmente, um campo para a fotografia do paciente. O retrato do doente, além de servir para a identificação do paciente, já evidencia as lesões causadas pela doença nos membros superiores do indivíduo, por exemplo.

Sequencialmente à “Ficha Epidemiológica”, uma série variada de documentos estavam anexados, como registros clínicos, mas também cartas, solicitações, certidões de casamento e óbito, também continha circulares internas, respostas a pedidos realizados, registros de remoção e transferência tanto do próprio paciente quanto de seus familiares.

Os prontuários têm por finalidade registrar os dados referentes à saúde e o tratamento prestado ao paciente (valor primário), mas também fornecem dados para fins estatísticos, informam sobre o histórico de um serviço (valor secundário) e funcionam como elemento de valor probatório. A série de prontuários dos pacientes do DPL do estado de São Paulo, composta por mais de 110 mil registros, preservados no Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, hoje são objeto de consulta dos pacientes e de seus familiares para comprovação do período de isolamento e solicitação de pedidos de pensão ao Estado.

4.3.4 Grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo

Outro grupo que compõe a documentação do DPL é o *Serviço do Pênfigo Foliáceo*. Este serviço foi criado através do Decreto Estadual n. 9.523, de 17 de julho de 1938 (SÃO PAULO, 1938), já subordinado à Diretoria do Serviço da Lepra, julgando-se que sua aparelhagem científica-administrativa teria condições também de se responsabilizar pela pesquisa e o tratamento dos doentes acometidos pelo Pênfigo Foliáceo, outra doença dermatológica, além da própria Hanseníase.

Figura 77 – Quadro de arranjo do Grupo Serviço do Pênfigo Foliáceo

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Com relação ao Serviço do Pênfigo Foliáceo, a área ligada a produção de imagens clínicas, conforme o Decreto n. 24.853, de 9 de agosto de 1955, era o setor Médico-Auxiliar (SÃO PAULO, 1955):

“Artigo 6.º - Ao setor Médico-Auxiliar com os serviços de raios X, anatomia patológica e de laboratório clínico cabe:

I - fazer as radioscopias e radiografias necessárias para a elucidação do diagnóstico;

II - preparar os reveladores e fixadores usuais;

III - guardar e conservar em bom estado o material de raio X;

IV - orientar os pedidos de radiografias tendo em vista a eficiência do método e a economia do material;

V - fiscalizar o uso dos aparelhos de raios X;

VI - fiscalizar rigorosamente a observância das instruções técnicas baixadas para o uso dos aparelhos;

VII - proceder às autópsias, biópsias e exames anátomo-patológicos necessários à verificação de óbito ou esclarecimento do diagnóstico e pesquisa científica;

VIII - fazer demonstrações anátomo-clínicas;

IX - organizar o museu para a conservação das peças mais importantes;

X - guardar e conservar em bom estado o material de anatomia patológica;

XI - manter serviços de microfotografia, bem como zelar pela guarda e conservação do material;

XII - proceder às análises clínicas necessárias para esclarecer diagnósticos e acompanhar a evolução da doença;

XIII - estudar e propor varios métodos de análise clínicas, bem como preparar e conservar em bom estado os reativos, corantes e meios de cultura;

XIV - manter o biotério;

XV - registrar dados de suas atividades.”

(SÃO PAULO. Decreto Estadual n. 25.188, de 06 de dezembro de 1955. Grifo nosso.)

No caso do Pênfigo Foliáceo, as séries se repetem dentro da classe de fotografia clínica: retrato de doente, detalhe de lesão e micrografia (Figuras 78, 79 e 80). Elencadas abaixo de maneira resumida:

i) Nível subsérie: Retrato de doente;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome do subgrupo: Seção Médica-Auxiliar;

Nome do grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo

Âmbito e conteúdo: Fotografias de retrato de doentes.

j) Nível subsérie: Fotografia de detalhe de lesão;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome do subgrupo: Seção Médica-Auxiliar;

Nome do grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo

Âmbito e conteúdo: Fotografias de detalhe de lesão; partes do corpo.

k) Nível subsérie: Micrografia;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome do subgrupo: Seção Médica-Auxiliar;

Nome do grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo

Âmbito e conteúdo: Micrografia; ampliações fotográficas de imagens microscópicas.

Figura 78 – Fotografia clínica, retrato de doente

Fonte: VIEIRA, 1940.

Figura 79 – Fotografia clínica, detalhe de lesão

Fonte: Serviço do Pênfigo Foliáceo. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 80 – Fotografia clínica, micrografia

Fonte: Serviço do Pênfigo Foliáceo. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.
Aumento de 250x cf. verso.

No entanto, além das variações de fotografias já vistas e detalhadas anteriormente, adiciona-se uma nova série: de reprodução fotográfica de radiografias (Figura 81).

I) Nível subsérie: Reprodução de radiografia;

Nível série: Fotografia clínica

Nome subgrupo: Seção Médico-Auxiliar;

Nome do grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo

Âmbito e conteúdo: Ampliações fotográficas de radiografias.

Figura 81 – Fotografia clínica, radiografia

Fonte: Serviço do Pênfigo Foliáceo. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

“Ao vivo e sem lesão, o radiologista procede uma verdadeira autópsia; faz, pela primeira vez, o olhar penetrar nas profundezas das carnes e dos órgãos” (ROUILLÉ,

2009, p. 121). A radiografia⁴⁴ tem características semelhantes à micrografia, com relação à mudança do ponto de vista gerado por esse tipo de imagem. Mais uma vez, o que antes era invisível ao olho humano é trazido à superfície. Mas dessa vez, sem a necessidade de gerar cortes ou lesões para análise.

Nesse caso, a relevância das imagens de raio X em ampliações fotográficas deve-se ao fato de que a doença do Pênfigo Foliáceo produzia alterações no metabolismo do cálcio, provocando osteoporose (VIEIRA, 1940). Portanto as imagens dos ossos eram objeto de análise das investigações clínico-científicas.

Algumas fotografias do Serviço do Pênfigo Foliáceo (SPF) possuem carimbo no verso do Instituto de Leprologia/Laboratório Fotográfico. Dessa forma, essas ampliações também eram realizadas no Instituto de Leprologia Conde Lara da Fundação Paulista contra a Lepra.

4.4 Fotografia e tipografia: divulgação e circulação de imagens

Entre fotografia e divulgação existiria uma vinculação lógica, pois, a reprodutibilidade é característica inerente à fotografia. A facilidade de se produzir diversas cópias a partir de uma matriz única propiciou a circulação, sobretudo, quando vinculadas à impressão tipográfica (SILVA, 2009, p. 145-146).

Uma determinada fotografia poderia ter sido tirada inicialmente com propósitos clínicos, para acompanhamento do estágio da doença, mas também poderia ilustrar um artigo científico, como um estudo de caso ou como representação exemplar de um tipo de enfermidade. Nesse caso, novos usos são gerados, novos documentos produzidos e diferentes intenções documentárias são mobilizadas, muitas vezes com a mesma matriz documental. Essas variações não devem ser ignoradas, a imagem isolada e tratada apenas como duplicata entre esses vários documentos não denota sua intenção de uso e diferentes funções em cada caso, por exemplo: acompanhamento do quadro clínico de um paciente ou difusão desse mesmo quadro específico à comunidade científica.

⁴⁴ Em 1895, Wilhem Conrad Röntgen, físico alemão, descobre os raios X, que são incorporados rapidamente por A. Londe, que irá organizar meses depois o primeiro laboratório radiográfico para hospitais em Paris. (SILVA, 2009).

Conforme o Decreto Estadual n. 25.188, de 06 de dezembro de 1955 também era atribuição do DPL o incentivo à pesquisa e a difusão do conhecimento produzido na área por meio das revistas científicas (SÃO PAULO, 1955):

“Artigo 14 – Ao Conselho Científico com função consultiva cabe:

II – Sugerir e discutir com os encarregados de direção dos órgãos do I.P.C. os planos de pesquisas leproológicas a serem executados;

VIII – Publicar, ou cooperar com outras organizações, para a publicação de revista leprologia de cunho científico.”

(SÃO PAULO. Decreto Estadual n. 25.188, de 06 de dezembro de 1955. Grifo nosso.)

Uma análise desses documentos em conjunto, publicações e itens fotográficos, poderia gerar o relacionamento dessas imagens e documentos, suplementando as informações de contexto e conteúdo das fotografias a partir das informações fornecidas pelos textos impressos, suas considerações e legendas descritivas das imagens⁴⁵. A maioria dessas revistas são iniciativas do próprio Departamento de Profilaxia da Lepra ou possuem suas contribuições; e utilizaram de forma recorrente imagens fotográficas originais do Fundo DPL para ilustrar essas publicações⁴⁶.

Além das fotografias, como já foi pontuado, diferentes manifestações dentro das artes plásticas foram mobilizadas como área de apoio à atividade científica, como a ceroplastia e a pintura. Nas imagens abaixo (Figura 82 e 83), o mesmo retrato de um paciente é mobilizado e acumulado de diversas formas dentro da documentação do fundo: como pintura, fotografia disposta em álbum e finalmente, em publicações impressas.

⁴⁵ Ver APÊNDICE C – Lista das publicações com imagens originais do arquivo fotográfico do DPL.

⁴⁶ Como é possível observar nas seguintes publicações:

REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA. 2. Série da Revista de Leprologia de S. Paulo. Vol. IV, n.1, S. Paulo – Brasil, março de 1936. Publicado sob os auspícios do Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro. Redação e administrador Av. Dr. Arnaldo, 87, S. Paulo, Brasil. Direção Científica do Prof. Eduardo Rabello; Redator-chefe Dr. Nelson Sousa Campos e secretário Dr. Abrahão Rotberg.

REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA. 2. Série da Revista de Leprologia de S. Paulo. Vol. IV, n.2, S. Paulo – Brasil, junho de 1936. Publicado sob os auspícios do Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro. Redação e administrador Av. Dr. Arnaldo, 87, S. Paulo, Brasil. Direção Científica do Prof. Eduardo Rabello – Presidente do Centro Internacional de Lepra do Rio de Janeiro; Redator-chefe Dr. Nelson Sousa Campos – Sub-diretor do Departamento de Profilaxia da Lepra de São Paulo e Secretário Dr. Abrahão Rotberg – Médico do Sanatório Padre Bento.

Figura 82 – Retrato de doente, pintura

Fonte: Pintura sobre madeira. Ass. Della Maries. Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 83 – Retrato de doente, fotografia clínica

Fonte: VIEIRA, 1940.

Outra tipologia documental observada no arquivo e armazenada em conjunto com as fotografias são as impressões digitais em Fichas do Serviço de Identificação (Gabinete de Investigações, Sistema Vicetich e Galton⁴⁷) em seu formato original, copiadas e ampliadas em suporte fotográfico e impressas nas publicações científicas.

Figura 84 e 85 – Dedo com tinta para coleta de impressão digital e detalhe de impressão digital

Fonte: Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra, Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan. Imagem 85 – Verso com anotação manuscrita: “início de alteração” e número de registro. Carimbo em relevo do Serviço de Identificação, S. Paulo.

Os documentos das Figuras 84 e 85 são fotografias de um dedo com tinta para coleta da impressão digital e uma ampliação fotográfica de ficha dactiloscópica. Abaixo (Figura 86 e 87), o mesmo tipo de ficha sendo utilizado em publicações científicas.

⁴⁷ Papiloscopia é ciência que trata da identificação humana através das papilas dérmicas existentes na palma das mãos e na sola dos pés, mais conhecida pelo estudo das Impressões Digitais. Os sistemas apontados são formas de classificação, onde são utilizadas as impressões dos dez dedos das mãos do indivíduo para a classificação e arquivamento, produzindo as chamadas fichas dactiloscópicas.

Figura 86 – Ficha datiloscópica. Departamento Estadual do Trabalho, Sistema Vucetich e Galton. São Paulo, Brasil. 1941

Departamento Estadual do Trabalho
SISTEMAS VUCETICH E GALTON
S. PAULO - BRASIL

SÉRIE		SÉRIE				
MÃO DIREITA		POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MINIMOS
MÃO ESQUERDA <td colspan="5">SECCÃO</td>		SECCÃO				
MÃO ESQUERDA		POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MINIMOS

Mod. 195

Fonte: Fundo Departamento de Profilaxia da Lepra, Acervo Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/Instituto Butantan.

Figura 87 – Ficha datiloscópica publicada em revista

S. PAULO - BRASIL

SÉRIE		SÉRIE				
MÃO DIREITA		POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MINIMOS
MÃO ESQUERDA <td colspan="5">SECCÃO</td>		SECCÃO				
MÃO ESQUERDA <td>POLEGARES</td> <td>INDICADORES</td> <td>MÉDIOS</td> <td>ANULARES</td> <td>MINIMOS</td>		POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MINIMOS

Ficha Dactyloscópica de um leproso com numerosas cicatrizes de queimadura.

S. PAULO - BRASIL

SÉRIE		SÉRIE				
MÃO DIREITA		POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MINIMOS
MÃO ESQUERDA <td colspan="5">SECCÃO</td>		SECCÃO				
MÃO ESQUERDA <td>POLEGARES</td> <td>INDICADORES</td> <td>MÉDIOS</td> <td>ANULARES</td> <td>MINIMOS</td>		POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MINIMOS

Typo de Ficha Dactyloscópica de um leproso (Alterações mais accentuadas para os anulares e dedos minimos).

Fonte: REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA, 1938.

A ficha datiloscópica (Figura 87) publicada no artigo *Contribuição ao estudo das modificações papillares na lepra*. De João Paulo Vieira (Livre Docente de Clínica Dermatológica da Faculdade de Medicina de S. Paulo) e Manoel de Abreu (Diretor do Asilo- Colônia de Santo Ângelo) tecia sobre as modificações que a lepra poderia causar nas impressões digitais dos indivíduos acometidos pela doença⁴⁸. O trabalho teria sido feito baseado em um estudo que analisou 239 fichas com casos variados de doentes internados. Chama atenção a informação de que os casos severos da doença com mutilação foram evitados, haja visto que a identificação por meio das impressões digitais desses indivíduos não seria de grande interesse sob o ponto de vista criminológico. Pois, tratava-se de enfermos isolados e, portanto, segregados do convívio social. Sobretudo, “Estão identificados por si mesmo pelas terríveis mutilações determinadas pela lepra” (VIEIRA; ABREU, 1938, p.16).

De acordo com Silva (2009), Albert Londe, já em seu manual *La photographie médicale: application aux sciences médicales et physiologiques* (1893) orienta aspectos minuciosos da utilização da fotografia na medicina, por exemplo, como se deveria fotografar os pacientes, cadáveres, peças anatômicas e micrografias do ponto de vista técnico para melhor aproveitamento e uso dessas imagens. Isto posto, os registros clínicos encontrados na documentação fotográfica do DPL não são um recurso utilizado de maneira exclusiva por essa instituição, já eram observados desde o final do século XIX, como uma prática médica e investigativa.

A cobertura fotográfica das atividades, estrutura e espaços que compõe a organização do DPL, servem para divulgar, comprovar e prestar contas das ações institucionais de um órgão que tinha como atribuição principal isolar pacientes de seu convívio social. A política de profilaxia da hanseníase foi bastante controversa, gerando impactos permanentes na vida desses indivíduos, diante disso a produção de documentos, inclusive os fotográficos, serviam também para subsidiar e justificar suas ações. Produzem dados que compõe relatórios, atestam a aplicação dos investimentos financeiros, produzem um inventário institucional das diversas instalações espalhadas pelo estado e são instrumento da pesquisa e da atividade clínica. Logo, a fotografia é ferramenta fundamental de viabilização da instituição.

⁴⁸ Comunicação feita na Sociedade de Leprologia em 11 de Setembro de 1937 e na 1. Semana de Medicina Legal, na Escola de Polícia de São Paulo (VIEIRA; ABREU, 1938).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia é comumente vista como um documento “especial”, em decorrência da “aura” da imagem ou pelo vínculo com o real que estabelece. Sua lógica indicial é decorrente do efêmero momento em que um instante da realidade é capturado por um mecanismo formador de imagens e através da luz e da sensibilidade de seu suporte são fixados, tornando-se objeto ou suporte de memória. No entanto, apesar da sua caracterização, a fotografia, assim como os demais gêneros documentais podem ser considerados documentos de arquivo quando nesse contexto. E os procedimentos de organização e recuperação da informação não deveriam renunciar aos seus princípios norteadores apesar das diferenças com relação ao suporte e configuração interna do documento.

A fragilidade de seu suporte é um dos motivos que leva à separação das fotografias do restante da documentação do qual fazem parte, mas a dissociação física⁴⁹ do material pode acabar gerando a sua dissociação lógica, ou seja, perda da capacidade de recuperar ou associar dados e informações ao seu objeto correspondente (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2013). Impossibilitando o controle e o conhecimento da documentação. As especificidades da preservação do material fotográfico não devem interferir na contextualização lógica e no relacionamento dos documentos com diferentes tipologias documentais de um mesmo fundo de arquivo.

No entanto, o contexto de produção de um registro não pode ser percebido apenas através da análise minuciosa do documento que tivermos em mãos, sobretudo do documento visual, como então tal contexto pode ser reconstruído? Conhecendo a história do organismo produtor e detectando as funções primordiais assumidas por ele; utilizando fontes que forneçam tais informações, como documentos de apoio; e no caso da identificação das atividades geradoras de fotografias institucionais, considerar outras tipologias documentais presentes no arquivo produzidas pela instituição. Diversos aspectos do artefato fotográfico, que não se esgotam no conteúdo da imagem, também são fontes de análise. Dessa forma, uma abordagem

⁴⁹ Por motivos de preservação, os acervos precisam ser separados fisicamente uns dos outros, materiais mais frágeis demandam especificidades no seu tratamento e acondicionamento.

dos documentos fotográficos que extrapola a identificação individual dos conteúdos presentes na imagem leva à compreensão de grupos de documentos produzidos com finalidades e propósitos distintos de acordo com as atividades da entidade produtora/acumuladora.

Essa foi a perspectiva adotada para o trabalho, a problematização do tratamento de fotografias a partir da contextualização da produção dos documentos de arquivo e da investigação das funções produtoras dos registros de imagem. Buscou-se gerar uma classificação das fotografias que promovesse visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor, deixando claras as ligações entre os documentos e o restante da documentação. Documentos iconográficos, caracterizados pelo uso da linguagem visual, serão “lidos” de forma diferente dos documentos típicos textuais, consequentemente, a intenção de sua criação, refletindo ou atestando determinadas funções institucionais, não são apreendidas aprioristicamente.

Para viabilizar a identificação da intenção documentária das fotografias do DPL foi necessário compreender o uso da fotografia nas instituições de saúde como uma ferramenta auxiliar à atividade médico-científica. A atividade fotográfica, após seu advento em meados do século XIX, foi rapidamente incorporada pelas ciências. Esse recurso trazia como novidade a ideia de representação da realidade de forma objetiva. A mão do artista e sua interpretação são suprimidos por uma técnica baseada em princípios físico-químicos que captam um dado da realidade, ou seja, o referente e fixam esse instante do tempo/espço em um suporte que poderia ser reproduzido inúmeras vezes. O uso da fotografia foi expressivo na área médica. Nas especialidades psiquiátricas e dermatológicas, por exemplo, a fotografia sintetizou descrições textuais, nos casos de doenças que provocavam sintomas físicos ou de vítimas com ferimentos e lesões dermatológicas, de uma maneira rápida e eficiente.

A concepção problematizada, de que a fotografia produziria uma “representação fiel da realidade” e que não estaria sujeita a alterações ou manipulações foi defendida por aqueles que advogaram seu uso nas mais diversas áreas de produção do conhecimento. Sendo assim, seu uso é rapidamente incorporado como uma técnica “confiável” e “imparcial” de conhecer. O uso da fotografia com intenção documental é resultado da verossimilhança entre a imagem e a realidade capturada. Fato observável na sua rápida incorporação no universo

científico e médico. No mundo moderno passa-se a fotografar todos os tipos de acontecimentos, por meio dos registros, o que estava distante é aproximado, outras culturas, realidades e naturezas tornam-se conhecidas. O infinitamente longínquo, como o céu, passa a ser fotografado com a associação do telescópio e da câmera, e o infinitamente pequeno, como as células, passam a ser registradas com a junção do microscópio e a câmera fotográfica. Portanto, a imagem não se restringe ao que o olhar humano é capaz de captar, vai além.

No entanto, apesar da ideia de transparência da imagem fotográfica, sua “expressão de verdade” é questionada e a fotografia passa a ser compreendida como uma “expressão cultural”, uma forma de linguagem produzida por diversas camadas e condicionada por uma série de elementos constitutivos: tanto com relação ao objeto (configuração externa) quanto à imagem (conteúdo), como tecnologia disponível, olhar do fotógrafo, recortes, enquadramento, composição estética etc. Isso não quer dizer que a fotografia não registre ou documente um determinado referente, mas que a linguagem fotográfica produz uma narrativa, que como qualquer outra, é um constructo social e está sujeita a variadas “leituras”.

A configuração complexa da imagem fotográfica implicará em dificuldades com relação ao seu tratamento e identificação nas instituições custodiadoras. Tornam-se desafiadoras aos profissionais responsáveis pela catalogação e disponibilização desse tipo de registro imagético. Dessa forma, a importância da contextualização das imagens dentro da estrutura institucional que produziu os registros está diretamente ligada à proposição de compreender os documentos visuais em uma perspectiva de arquivo. A identificação dos documentos a partir de séries e tipologias documentais possibilitou enquadrar os registros dentro de uma lógica organizacional. Ou seja, a identificação das fotografias a partir de suas funções e o estabelecimento de um quadro de arranjo que fornecesse os parâmetros da produção documental foram propostos como parâmetro de classificação.

Para compreender a produção da imagem e seus efeitos sociais, as bases teóricas que versam sobre semiótica, informação e comunicação foram fundamentais. Norteando, sobretudo, as metodologias adotadas pela Ciência da Informação para os procedimentos de análise documentária e representação da imagem, visando a descrição desses documentos e a disponibilização de instrumentos de pesquisa. Os desafios enfrentados pelas instituições custodiadoras de acervo que visem a

disponibilização de imagens a partir de instrumentos de pesquisa ancorados na descrição do conteúdo das imagens perpassam pelas implicações semióticas dentre o referente denotado na imagem e a ideia de que a fotografia é também uma linguagem socialmente construída e interpretada.

Em perspectiva, foram analisadas as abordagens da Arquivologia que tecem sobre o tratamento arquivísticos dos ditos “novos documentos”: fotográficos, fílmicos e eletrônicos (apesar de não tão novos assim). São documentos que possuem uma configuração interna e externa, ou de estruturação e de suporte que fogem dos padrões dos documentos textuais típicos. Tanto com relação ao efeito que a documentação produz, disparando ou atestando atividades, quanto com relação ao seu formato, espécie ou tipologia. No entanto, apesar da falta de estabilidade com relação ao seu sentido e intenção de produção, esses documentos quando partem de um arquivo, estão organicamente relacionados ao restante da documentação, portanto podem e devem ser tratados a partir dessa perspectiva. A produção de fotografias por parte de uma entidade obedece a critérios de documentação e registro das atividades que lhe são fundamentais, por esse motivo, as imagens quando separadas de seu contexto de produção, por inúmeras razões (são consideradas especiais, autorreferentes ou mesmo por questões de conservação), levam à dissociação da informação, perda de significado e conexão com o restante da documentação. O alcance dos documentos fotográficos e sua potência em comunicar são esvaziados, produzindo, muitas vezes, conjuntos extensos de imagens não identificadas, acumuladas pelas instituições de guarda, sem possibilidade de recuperação ou extroversão.

No caso do DPL, o registro fotográfico configura-se como um documento que ampara a pesquisa, a elucidação de diagnóstico e serve para o acompanhamento do desenvolvimento das doenças e dos resultados de seus tratamentos. Também fixa e caracteriza certos tipos de deformação e patologias a serem divulgadas por meio de publicações científicas, entre outras funções atribuídas à *fotografia clínica*. Por outro lado, as atividades administrativas, a ampliação das estruturas do órgão e a complexificação de seu aparato são exaustivamente registrados e documentados por meio de *inventários fotográficos*. Esses registros compõem álbuns e relatórios, portanto, comunicam e informam sobre suas funções e atribuições e justificam suas ações.

Sendo assim, o tratamento arquivístico proposto levou em consideração a perspectiva da classificação do fundo, por meio da identificação das funções e atividades da entidade produtora como parâmetro para organização lógica dos documentos, gerando a contextualização das imagens fotográficas dentro de uma estrutura maior de produção documental. Já a identificação por assunto de cada imagem ou item documental foi compreendida como parte da descrição de conteúdo dos documentos, e não da organização propriamente dita. Ambas são úteis no tratamento, desde que o assunto das imagens não passe a ser o principal fator norteador da classificação dos documentos de arquivo, mas que produza resultados no âmbito temático.

A proposta de abordagem do tratamento documental arquivístico de documentos fotográficos foi aplicada à documentação do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, uma instituição que tinha como atribuição ser responsável pela política pública de saúde e o tratamento dos pacientes de hanseníase de todo o estado de São Paulo, e para isso precisou desenvolver mecanismos de registro e documentação bastante eficazes, produzindo uma profusão de exemplares fotográficos, bem como outras tipologias documentais.

A fotografia, portanto, foi fundamental para registrar as atividades desenvolvidas pela instituição, atestar seu desenvolvimento e os investimentos públicos despendidos, compondo os discursos sobre a eficácia do isolamento dos pacientes de hanseníase e justificando essa abordagem. Produz também uma vasta fonte de pesquisa e análise clínica, que subsidia os diagnósticos, os tratamentos despendidos e apoia as atividades investigativas. No caso das doenças dermatológicas a imagem substituiria tanto a necessidade da presença do paciente quanto as descrições imprecisas das afecções. Possibilitando ao especialista ter acesso a caracterização da doença de maneira clara e sucinta, mesmo que distante do corpo doente. Mais uma vez se coloca a questão da tradução de diferentes códigos e linguagens. O uso da fotografia na medicina foi uma tentativa de tentar resolver os ruídos entre a descrição do referente e as especificações do mal que lhe foi acometido, de forma imediata, pois a representaria. A interpretação dos aspectos de uma determinada lesão e sua “transcodificação” em linguagem verbal seriam sempre imprecisas. A fotografia foi valorizada pela sua pretensa “transparência”.

Já o tratamento documental dessas imagens pressupõe o movimento inverso: a interpretação do que a imagem representa e sua tradução em linguagem verbal. Busca a compatibilização de um código icônico para o verbal, logo a perda de precisão será sempre um efeito desse processo. Consequentemente, a identificação de aspectos que promovam sentido a essas imagens do ponto de vista da intenção do registro pode resolver em certa medida a falta de informação, ajustando o documento ao seu ato gerador, inserindo-o dentro da lógica de produção documental da entidade produtora do documento. Dessa forma, qual a metodologia mais adequada para o tratamento de fotografias assumindo o seu valor de arquivo? Nesse caso, optamos pela Diplomática contemporânea como recurso teórico para orientar o tratamento de documentos visuais, mais especificamente das fotografias.

Partindo dessa perspectiva chegamos à algumas conclusões, a saber: fotografias administrativas podem lembrar documentos administrativos escritos, pois precisam ser objetivas e documentar ações. Possuem fórmulas e uma linguagem marcada, sobretudo, pela impessoalidade. As fotografias institucionais são produzidas a partir de uma demanda ou autoridade competente, possuem valor de prova, portanto, são consideradas documentos assim como os textos administrativos convencionais. Com relação às fotografias institucionais é preciso levar em consideração também tanto o órgão produtor quanto o receptor das imagens, ou seja, seu público-alvo. Para que o trabalho de autenticação da origem e do propósito da fotografia possam ser confirmados. Pois, é raro reconhecermos na fotografia um ato deliberado para produção de alguma ação administrativa para além da informação ali contida, mas as fotografias também podem ter uma expressão documentária.

Conceitos caros à Diplomática como autenticidade, autoridade e confiabilidade foram aplicados à fotografia e analisados em perspectiva. Com relação à confiabilidade da fonte documental, a fotografia não atesta necessariamente sua confiabilidade por apresentar em seu conteúdo uma transcrição da realidade, ideia que poderia gerar uma confusão conceitual, mas sua confiabilidade pode ser revelada pela intenção de documentar, pelo órgão produtor, pelo seu intuito de registro e observada pelos carimbos, inscrições nas fotografias e títulos dos álbuns.

O conceito de originalidade, que na Diplomática é utilizado para distinguir documentos originais de cópias, no caso da fotografia esbarra em seu princípio de reprodutibilidade. Originalidade, nesse caso é pensada de forma diferente: uma matriz

pode gerar inúmeras cópias ou ampliações fotográficas, que podem ser usadas de diferentes formas e apontar para a existência de diversos documentos originais, baseados na mesma imagem, mas que se utilizados para diferentes funções passam a ter propósitos distintos.

Com relação a questão da autoria, para a Diplomática ela está centrada sobre a importância do autor do ato ou a quem ele é endereçado. Na fotografia institucional, por exemplo, o fotógrafo não é o único agente do processo. As fotografias tendem a expressar atividades de forma intencional, de maneira orientada. Dito isso, o fotógrafo é um dos autores no processo de criação do documento, conjuntamente com as seções que o solicitam, quem os edita, manipula, fazem circular e o difundem.

Dessa forma, não estão facilmente explicitados nos formatos fotográficos os elementos característicos de identificação de tipos documentais. Sua identificação demanda procedimentos específicos, uma vez que o valor de arquivo nas fotografias está depositado na relação entre o objeto e as estruturas que os criaram. Por isto, é justamente o contexto que transforma imagens fotográficas em documentos fotográficos.

Para a realização do tratamento documental proposto e o estabelecimento de um quadro de arranjo como ponto de partida para a classificação dos documentos, uma análise comparativa das tipologias documentais e agrupamento dos conjuntos que registrassem uma mesma atividade foram fundamentais. Levando em consideração, por sua vez, todas as implicações e complexidade apresentadas anteriormente. A compreensão do contexto de produção de um documento de arquivo exigiu o reconhecimento da história da entidade produtora e das funções e atividades por ele desenvolvidas, que esclarecesse seu funcionamento, a produção e acumulação de documentos. Portanto, o histórico da instituição foi investigado com o auxílio de fontes diversas, como o próprio arquivo, da legislação e de bibliografia já produzida sobre o tema. Essas informações reunidas permitiram compreender o contexto geral de produção das fotografias, explicitando as relações orgânicas entre os documentos gerados a partir das atividades e finalidades organizacionais. Refletidas, por sua vez, no quadro de arranjo para as fotografias do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra, aqui apresentado como resultado de operações intelectuais e físicas que visaram refletir sobre a organização dos documentos visuais de arquivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marta. São Paulo na virada do século XX: um laboratório de saúde pública para o Brasil. **Tempo**, Niterói, v. 10, n. 19, p. 77-89, dez. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jul. 2016.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 06 mai. 2018.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1990.

BARTLETT, Nancy. Diplomatics for photographic images: academic exotism? **American Archivist**, vol.59, 1996.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise Diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como fazer, 8).

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

BEZERRA, Olívia Maria de P. A. Pênfigo Foliáceo Endêmico (Fogo Selvagem) e sua associação com fatores ambientais e ocupacionais em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 225-232, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2017000200225&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 Jan. 2019.

BLOUNT, John Allen. A administração da saúde pública no estado de São Paulo o serviço sanitário 1892-1918. **Revista de Administração de Empresas**: São Paulo, v. 12, n. 4, p. 40-48. Dez de 1972. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901972000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. Decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. **Diário oficial da União**, Rio de Janeiro, [1923]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16300.htm. Acesso em: 06 mai. 2018.

BRASIL. Lei n. 610, de 13 de janeiro de 1949. Fixa normas para a profilaxia da lepra. Rio de Janeiro, DF, [1949]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-610-13-janeiro-1949-366190->

[publicacaooriginal-1-pl.html](#). Acesso em 13 mar. 2019.

BRASIL. Decreto N. 968, de 7 de maio de 1962. Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate à Lepra no País e dá outras providências. Brasília, DF, [1962]. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/historiadahanseníase/media/Decreto968.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Lei federal n. 9.010, de 29 de março de 1995. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. Brasília, DF, [1995]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9010.htm. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM n.1.638 de 10 de julho de 2002. Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde. **Diário Oficial da União**: Seção I, p.184-5, Brasília, DF, 9 de agosto de 2002.

BRASIL. Lei federal n. 11.520, de 18 de setembro de 2007. Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11520.htm. Acesso em: 15 out. 2108.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM n. 1931 de 24 de setembro de 2009. Aprova o Código de Ética Médica. **Diário Oficial da União**: Seção I, Brasília, DF, p. 90.

BRASIL. Lei federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 01 mai. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM n. 1997, de 16 de agosto de 2012. Altera a redação do artigo 77 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM n. 1.931, de 17 de setembro de 2009. [2012]. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1997_2012.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASILIANA FOTOGRÁFICA. **Cartões de vista – cartes de visite**. 05 de jan. de 2016. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=cartes-de-visite>. Acesso em: 04 de abr. 2018.

BUCKLAND, Michael. What is a “document”? **Journal of the American Society for Information Science** (1986-1998), v.48, n.9, p.804-809, 1997.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Editora UNESP, 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso / Ana Maria de Almeida Camargo, Silvana Goulart. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPOS, Nelson Souza. A campanha contra a lepra no Estado de São Paulo. **Boletim Oficina Sanitaria Panamericana**. 1934.

CAMPOS, Nelson Souza. **História da endemia leprótica em São Paulo** – da organização do atual DPL. Separata, São Paulo, 1942.

CANNABRAVA FILHO, P. **Adhemar de Barros**: trajetória e realizações. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2004.

COELHO NETTO, Joaquim Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. Editora Perspectiva, São Paulo: 1999.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf. Acesso em: 06 mai. 2018.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Ciência e Arte**: a trajetória de Lilly Ebstein entre Berlim e São Paulo (1910-1960). Editora Narrativa Um: São Paulo, 2013.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?**: Textos escolhidos; tradução Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DEPARTAMENTO DE PROFILAXIA DA LEpra. **O que se deve saber sobre a moléstia de hansen**. Contribuição do Instituto Hormoquímico e Biológico S/A. Departamento de Profilaxia da Lepra. S.d. (Folheto)

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico**. Campinas, SP: Papirus, 2015.

DUCATTI, Ivan. **Aparelho ideológico de estado e violência**: o caso particular dos antigos leprosários. Projeto História, São Paulo, n.38, p. 141-163, jun. 2009.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New uses for an old Science. **Archivaria**: the journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n. 28, 1989.

FABRIS, Annateresa. A imagem técnica: do fotográfico ao virtual. In: KERN, Maria Lúcia Bastos; FABRIS, Annateresa (orgs.). **Imagem e conhecimento**. São Paulo: Edusp, 2006.

FABRIS, Annateresa. Discutindo a imagem fotográfica. **Domínio da Imagem**. Londrina, v.1, n.1, p.31-41, nov. 2007.

FABRIS, Annateresa. (org.) **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FORGERINI, Elisângela.; ROSSINI, Carlos (org.). **Mestres da dermatologia paulista**. São Paulo: JSN Editora, 2002.

GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.23, supl., p.171-194. dez. 2016.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIOPPO, Christiane. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 12, p. 167-180, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100015&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 12 out. 2018.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer; v. 2).

GONZÁLEZ, J. A. M; ARILLO, J. R., **O conteúdo da imagem**. Tradução Leilah Santiago Bufrem. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.

HEREDIA HERRERA, Antonia. La fotografía y los archivos. **Foro Iberoamericano de la Rábida**. Jornadas Archivísticas, 2, 1993, Palos de la Frontera. La fotografía como fuente de información. Huelva: Diputación Provincial, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (BRASIL). **Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. 2013.

KOSSOY, Boris. **História & Fotografia**. 5ª ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2014.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. 3 ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2014.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

LACERDA, Aline Lopes. **A Fotografia nos Arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, Solange Ferraz. Espaços projetados: as representações da cidade de São Paulo nos álbuns fotográficos do início do século. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, jan/dez 1993.

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos**: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. 2000, Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto como fazer; v. 6).

MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos. **Contribuição para o estudo da administração sanitária estadual em São Paulo**. Tese (Concurso de livre-docência da Cadeira de Técnica da Saúde Pública) – Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1949.

MAURANO, Flávio. **História da Lepra em São Paulo**. Vol. I e II. Serviço de Profilaxia da Lepra. Departamento de Saúde do Estado de São Paulo, 1939.

MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. **Revista Studium**, n.15, 2004. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>. Acesso em: 3 mar. 2019.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa**: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MONTEIRO, Yara Nogueira. **Da maldição divina à exclusão social**: um estudo da hanseníase em São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Profilaxia e exclusão: o isolamento compulsório dos hansenianos em São Paulo. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, vol. 10 (suplemento 1): 95-121, 2003.

MELLO, Maria Teresa V. B.; PIRES-ALVES, Fernando A. Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913). **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos: Rio de Janeiro, v.16, supl.1, p.139-179, jul. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000500008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 ago. 2018.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. 'Viagem científica ao norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goyaz'. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, Manguinhos. 1916.

OPROMOLLA, Paula Araujo. **Informação em saúde**: a trajetória da hanseníase no Estado de São Paulo, 1800-2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

OPROMOLLA, Paula Araujo; LAURENTI, Ruy. Controle da hanseníase no Estado de São Paulo: análise histórica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v .45, n.1. p.195-203, fev. 2011.

PANOFSKY, Erwing. **Significado nas artes visuais**. Tradução Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PARINET, Elisabeth. Diplomatics and institucional photos. **American Archivist**, vol. 59, fall, 1996.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2015.

PESSOTTI, Isaias. **O século dos manicômios**. São Paulo: Editora 34, 2001.

PORTO, Carla Lisboa. **Memórias da exclusão**: narrativas de ex-portadores do mal de Hansen na cidade de Bauru (1945-1969), 1. ed. Jundiaí, São Paulo: Paco, 2018.

REVISTA DE LEPROLOGIA DE SÃO PAULO. Redação e administração: Sanatório Padre Bento. Linha Cantareira, Gopouva. São Paulo. Vol.I, n.4 novembro de 1934.

REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA. 2. Série da Revista de Leprologia de S. Paulo. Vol. IV, n.1, S. Paulo – Brasil, março de 1936.

REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA. 2. Série da Revista de Leprologia de S. Paulo. Vol. IV, n.2, S. Paulo – Brasil, junho de 1936.

REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA. 2. Série da Revista de Leprologia de São Paulo. Publicada sob os auspícios do Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro e do Departamento de Prophylaxia da Lepra do Est. de S. Paulo. Vol. V, dezembro n.4. 1937.

REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA. Vol.14, n.2, 1946. Disponível em: <http://hansen.bvs.ils.br/textoc/revistas/brasleprol/1946/pdf/v14n2/v14n2splepro.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

ROTBERG. Abrahão. **Organização e funcionamento de dispensários**. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de janeiro, 1951.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. Tradução Constancia Egresas. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 12, de 28 de outubro de 1891. Organiza o Serviço Sanitário do Estado. São Paulo, [1891]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1891/lei-12-28.10.1891.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 87, de 29 de julho de 1892. Regulamenta a Lei n. 43, de 18 de julho do corrente ano, que organiza o Serviço Sanitário do

Estado. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, [1892]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/137581>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Lei n.1.582, de 20 dezembro de 1917. Autoriza o Governo a entrar em acordo com a Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, para a prophylaxia da lepra. São Paulo, [1917]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1917/lei-1582-20.12.1917.html>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 3.876, de 11 de julho de 1925. Reorganiza o Serviço Sanitário e repartições dependentes. São Paulo, [1925]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto-3876-11.07.1925.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 2.416, de 31 de dezembro de 1929. Altera disposições das leis ns. 2.121 de 30 de dezembro de 1926 e do Decreto n. 3.876, de 1925, relativamente à prophylaxia da lepra. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, [1930]. P. 349. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/66719>. Acesso em 17 abr. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 4.891, de 13 de fevereiro de 1931. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, [1931] Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1931/decreto-4891-13.02.1931.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 7.070, de 6 de abril de 1935. Desliga do Serviço Sanitário do Estado a Inspetoria de Profilaxia da Lepra, que passa a constituir o Departamento de Profilaxia da Lepra, diretamente subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública e dá outras providencias. **Diário oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, [1935]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-7070-06.04.1935.html>. Acesso em: 06 mai. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 9.247, de 17 de junho de 1938. Cria o Departamento de Estado da Saúde. **Diário oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, [1938]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-9247-17.06.1938.html>. Acesso em: 06 mai. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 9.523, de 17 de julho de 1938. Cria o Serviço de Profilaxia do Pênfigo Foliáceo, no Estado de São Paulo (Fogo Selvagem). São Paulo, [1938]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/124850>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-lei n.12.784, de 24 de junho de 1942. Reorganiza o Serviço do Interior, do Departamento de Saúde. São Paulo, [1942]. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1942/decreto.lei-12784-24.06.1942.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 24.853, de 9 de agosto de 1955. Aprova o Regulamento do Serviço do Pênfigo Foliáceo do Departamento de Profilaxia da Lepra da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social. São Paulo, [1955]. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24853-09.08.1955.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 25.188, de 06 de dezembro de 1955. Aprova o Regulamento do Departamento da Profilaxia da Lepra, da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública da Assistência Social. São Paulo, [1955]. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-25188-06.12.1955.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SCHWARTZ, Joan. M. We make our tolls and our tools make us. Lessons from photography for the practice, politics and poetics of diplomatics. *In: Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivists*, Ottawa, n. 40, p. 40-74, 1995.

SCHWARTZ, Joan. M. Record of simple Truth and Precision: Photography, Archives, and the Illusion of Control. *Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivists*, Ottawa, n.50, p.1-40, 2000.

SCHWARTZ, Joan. M. Negotiating the visual turn: new perspectives on images and archives. *The American Archivist*, vol. 67, spring/summer 2004.

SHATFORD, Sara. Analyzing the subject of a Picture: A theoretical approach.

Cataloging & Classification Quartel, 6:3, 39-62, 1986. Disponível em:

https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J104v06n03_04. Acesso em: 17 abr. 2019.

SHATFORD, Sara. Some issues in the indexing of images. **Journal of the American Society for Information Science**. 45(8): 583-588, 1994.

SHATFORD, Sara. Subject access to art images. **Introduction to art image access: issues, tools, standards, strategies**. Edit by Murtha Baca. Getty Reserach Institute, Los Angeles; Lybrary of Congress Cataloging-in-Publication Data. 2002.

SILVA, Armando. **Álbum de família: a imagem de nós mesmo**. Trad. Sandra Martha Dolinsk. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2008.

SILVA, James Roberto. **Doença, fotografia e representação: Revistas médicas em São Paulo e Paris, 1869-1925**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, James Roberto. Fotografia e ciência: a utopia da imagem objetiva e seus usos nas ciências e na medicina. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 2, p. 343-360, maio-ago. 2014.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A análise da imagem: um primeiro plano. **Análise documentária: análise da síntese**. Coord. Johanna W. Smit. Brasília: IBCICT, 1987.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A representação da imagem. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p.28-36, 1996.

SVENONIUS, Elaine. Access to nonbook materials: the limits of subject indexing for visual and aural languages. **Journal of American Society for Information Science**. 45(8): 600-606, 1994.

TAVARES, Gonçalo M. **Matteo perdeu o emprego**. Rio de Janeiro: Foz, 2013.

TEIXEIRA, Luiz A. **Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903 – 1916**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

THIELEN, Eduardo Vilela.; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas fotobiográficas. **História, Ciência, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 387-404, 2002. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000200008&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 12 out. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo**. [Universidade de São Paulo: USP] Sistema de Arquivo da Universidade de São Paulo: SAUSP, outubro/1997.

VIEIRA, João Paulo. Novas Contribuições ao Estudo do Pênfigo Foliáceo (Fogo-Selvagem) no Estado de São Paulo. Trabalho do Serviço do Pênfigo Foliáceo subordinado a Diretoria do Serviço da Lepra no E. de S. Paulo. São Paulo: Empresa gráfica da “Revista dos Tribunais”, Rua Conde de Sarzedas, 38, 1940.

VIEIRA, João Paulo. Considerações sobre o Pênfigo Foliáceo no Brasil. Prêmio Souza Araújo da Academia Nacional de Medicina (1946). São Paulo: 1948.

VIEIRA; ABREU. Contribuição ao estudo das modificações papillares na lepra. In: **Revista Brasileira de Leprologia**. 2. Série da Revista de Leprologia de S. Paulo. Vol. VI, n.1, S. Paulo – Brasil, março de 1938. Publicado sob os auspícios do Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro e do Departamento de Prophylaxia da Lepra de Est. de S. Paulo.

ANEXO A – Verbetes do Guia do acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas/ Instituto Butantan.

Nível Fundo

DEPARTAMENTO DE PROFILAXIA DA LEpra

Área de identificação

Código de referência: BR SPMUSP DPL

Título: Departamento de Profilaxia da Lepra

Data limite: 1924-1985

Nível de descrição: Fundo

Natureza jurídica: Público

Dimensão e suporte: textual: 295 metros lineares; iconográfico: 26 álbuns, fotografias e negativos avulsos; bibliográfico: aproximadamente 2500 volumes e tridimensional: 21 peças cero-plásticas do Augusto Esteves, equipamentos fotográficos, armaria, aparelho para exame oftalmológico e 03 quadros retratando o Dr. Francisco Salles Gomes Júnior, de 1939 por A. Pacheco, Padre Bento, pintado em 1940 por Monteiro (doente de hanseníase) e o Doutor Mário Nazareth.

Área de Contextualização

Nome do produtor: Departamento de Profilaxia da Lepra

História administrativa: No Brasil, a política de profilaxia da “lepra” foi implementada através do Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923, que determinou o isolamento das pessoas com hanseníase. A partir da década de 1930, o modelo isolacionista ganhou força e diversos atos normativos foram criados para potencializar o controle da doença. Em 1925 cria-se o primeiro órgão da esfera pública especializado na doença no Estado de São Paulo – a Inspetoria de Profilaxia da Lepra. Em 1929, foi determinada a construção de sanatórios e hospitais para os doentes e ampliação da organização desse órgão. O decreto Estadual n. 7.070 de 06 de abril de 1935, desliga o Instituto de Profilaxia da Lepra do Serviço Sanitário de São Paulo, que passa a constituir o Departamento de Profilaxia da Lepra subordinado diretamente à Secretaria de Educação e Saúde Pública.

A partir dos anos 60, decretos importantes são criados para romper com o modelo isolacionista, como o Decreto nº 968/1962, que dizia que deveria ser evitada a aplicação de medidas que impliquem na quebra da unidade familiar e na criação de outros problemas sociais. No entanto, em São Paulo, não foi cumprido integralmente suas resoluções com a justificativa de que “um decreto não poderia revogar uma lei. Isso porque, até o ano de 1968, ele vigorou concomitantemente com a Lei nº 610/1949, que endureceu o isolamento aos “leprosos” e ainda era referência para médicos da época. Sendo assim, o DPL continuou realizando internações dos doentes até 1967.

A reforma administrativa da Secretaria de Saúde, em 1969, extinguiu o DPL e criou a Divisão de Hansenologia e Dermatologia Sanitária, ligada ao Instituto de Saúde. Os antigos sanatórios especializados foram transformados em Hospitais de Dermatologia Sanitária para a progressiva desativação como hospitais de hanseníase.

Em 1976, o Ministério da Saúde deu um novo passo rumo ao fim do modelo baseado na segregação, com a publicação da Portaria do Ministério da Saúde nº 165, de

14/05/1976, que garantiu o oferecimento, por parte do Estado, de mecanismos para diagnóstico e tratamento adequados em serviços públicos de saúde, rompendo definitivamente com o modelo isolacionista e de exclusão social.

Tentando reconhecer as violações geradas pela internação compulsória, a “Lei nº 11.520/2007, autoriza a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, às pessoas atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia, até 31 de dezembro de 1986.” Também estava ligado ao Departamento de Profilaxia da Lepra o Serviço do Pênfigo Foliáceo (Grupo) que por meio do Hospital Adhemar de Barros era responsável pelo tratamento do Pênfigo Foliáceo, também conhecido como fogo selvagem.

História arquivística: Os documentos foram produzidos em decorrência das atividades administrativas do órgão e de suas instituições subordinadas. Posteriormente foram transferidos ao Museu de Saúde Pública Emílio Ribas para compor o acervo arquivístico da instituição.

Procedência: Instituto de Saúde, Hospital Padre Bento, Hospital Santo Ângelo e Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados.

Área de Conteúdo e Estrutura

Âmbito e conteúdo: Documentação de natureza jurídica pública, composta por uma série de prontuários de paciente, série de dossiês do departamento jurídico, minuta de ofício, ofício, livro de contabilidade, livro de apontamento, livro de movimento de doentes, boletim diário, índice bibliográfico, recortes de jornal, livro de laboratório, livro de expediente, livro de registro, livro de protocolo, livro de baciloscopia, livro de registro de consulta, livro de controle de gastos, álbuns de fotografias e fotografias avulsas.

Sistema de arranjo: estágio de tratamento: parcialmente processado

Área de Condições de Acesso e Uso

Condições de acesso: com restrição de acesso e reprodução dos prontuários por se tratar de uma documentação de caráter pessoal. CFM na resolução nº 1997/2012. O acesso é permitido nos demais documentos, e a consulta é autorizada mediante a assinatura do termo de responsabilidade.

Condições de reprodução: não é permitido a reprodução dos prontuários e fotografias de pacientes.

Idioma: português

Características físicas e requisitos técnicos: sem requisitos técnicos para acesso

Instrumentos de pesquisa: listagem por amostragem

Fontes relacionadas: Instituto Lauro de Souza Lima. Site: <http://www.ilsil.br/>.

Área de Notas

Nota sobre conservação: documentos em bom estado de conservação

Área de Controle da Descrição

Nota do arquivista: Descrição preparada por Elisandra Gasparini Silva e atualizada por Maria Talib Assad, documentalistas do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas. A

fonte de informação utilizada para a elaboração da História administrativa e História arquivística foi a documentação do próprio fundo e as informações retiradas do site do CREMESP. Disponível em: <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=227>, Scielo. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000100022

Acesso em: 03/11/2015 e o site da Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11520.htm.

Regras ou convenção: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.

Data da descrição: 2014-05

Data da revisão: 2015-11

ANEXO B – Catálogo descritivo do acervo iconográfico de hanseníase

**INSTITUTO DE SAÚDE
NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO EM MEMÓRIA E SAÚDE**

**CATÁLOGO DESCRITIVO DO ACERVO
ICONOGRÁFICO DE HANSENÍASE**

Projeto:

"Organização e Informatização do Arquivo Iconográfico de Hanseníase"

Coordenação: Prof.a. Dra. Yara N. Monteiro

Financiamento: pela Fundação Paulista Contra a Hanseníase

METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO

Para a organização do "Acervo Iconográfico de Hanseníase do Estado de São Paulo" foram feitas fichas individualizadas para cada uma das imagens, contendo informações que obedeceram aos seguintes critérios de classificação:

1) NÚMERO DE TOMBO:

Cada foto recebeu um número de tombo. O critério utilizado foi o alfanumérico, por ser o que melhor se adequou às características do acervo. Esse critério, por mesclar letras e números, possibilita uma rápida identificação das imagens utilizando menos caracteres.

CÓDIGOS ADOTADOS

O Acervo foi dividido em duas grandes partes. Uma delas constituída por fotos clínicas e por fotos de cortes histopatológicos, outra por fotos que retratam

A - Fotos não clínicas

B - Fotos clínicas

a - Período anterior ao DPL

b - Asilo Santo Angelo

c - Asilo Cocaís

d - Asilo Pirapitingui

e - Asilo Aimorés

f - Sanatório Padre Bento

g - Preventórios (Santa Teresinha e Jacareí)

h - Dispensários

i - Personalidades

j - DPL-Sede

l - Dados Estatísticos

m - Preventórios (Outros Estados)

n - Fundação Paulista Contra a Hanseníase

o - Outros

Exemplo: A c 14 A= fotos não clínicas,
 c= Asilo Cocaís e
 14 = número da foto com relação à série pertencente ao Asilo
 Cocaís.

2) LOCALIZAÇÃO: FOTOS AVULSAS OU ÁLBUNS

Foram atribuídos os códigos 00 a 16 para facilitar a localização das fotos originais, ou seja, se se tratam de fotos avulsas ou daquelas que compõem os álbuns.

- 00 - Fotos Avulsas
- 01 - Aspectos Anteriores à Profilaxia da Lepra
- 02 - Santo Angelo (álbum marrom)
- 03 - Cocaís (álbum marrom)
- 04 - Pirapitingui (álbum marrom)
- 05 - Aimorés (álbum marrom)
- 07 - Relatório do Prof. Nicolau Mortati
- 08 - Padre Bento (Visita de Ademar de Barros)
- 09 - Diversos
- 10 - Santo Angelo (álbum preto)
- 11 - Campeonato Inter-hospitalar de Futebol
- 12 - Biblioteca - DPL
- 13 - Pirapitingui (álbum preto)
- 14 - Aimorés (álbum vermelho)
- 15 - Santa Terezinha I
- 16 - Santa Terezinha II

Obs.: Em seguida ao número do álbum, está o número da "página" da fotografia.

3) Título:

Grande parte das fotografias já possuem títulos, como é o caso da maioria das fotos que compõem os álbuns. Outras contêm algumas indicações no verso. Quando a foto não apresenta nenhuma dessas indicações, o critério adotado é o seguinte: atribuiu-se a cada uma das fotos um título que apresenta o tema a que se refere (por exemplo: Moradia, Assistência Clínica, Religiosidade, Lazer, Laborterapia etc) ou os objetos retratados (por exemplo: Consultório Médico, Marcenaria, Cassino, Internos na Lavoura, Sala de Costura etc).

Obs.: Os títulos registrados nos álbuns são seguidos de um asterisco (*), os do Relatório do DPL (Dr. Nicolau Mortati), de dois asteriscos (**), e os títulos atribuídos estão entre parênteses ().

4) Tipo: foto, desenho, bico de pena etc.

5) **Data:** Quando há a identificação da data na foto, este dado foi anotado nas fichas de classificação. As fotos que possuem somente a identificação do ano como data, foram padronizadas como 01/01 dos respectivos anos.

6) Descrição:

Para cada uma das fotos, foi feito um quadro informativo contendo:

- 1) uma sucinta descrição do conteúdo da foto;
- 2) algumas observações pertinentes;
- 3) uma relação das fotos similares.

Índice

1. Metodologia de Classificação	I
2. Período Anterior ao DPL	1
3. Asilo Colônia Santo Ângelo	9
4. Asilo Colônia Cocais	29
5. Asilo Colônia Pirapitingui	39
6. Asilo Colônia Aimorés	52
7. Sanatório Padre Bento	75
8. Preventórios (Santa Teresinha e Jacareí)	87
9. Dispensários	111
10. Personalidades	113
11. DPL - Sede	117
12. Dados Estatísticos	121
13. Preventórios (outros Estados)	125
14. Fundação Paulista contra a Hanseníase	129
15. Outros	132

APÊNDICE A – Quadro de arranjo para as fotografias do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra.

Figura 23 – Quadro de arranjo do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra (Nível: Grupo)

Fonte: elaborado pela autora, 2019. Destaque para os grupos produtores de documentos fotográficos.

Grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Figura 24 – Quadro de arranjo do DPL a partir da Divisão Técnico-Auxiliar

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 05 – Subgrupo Seção de Anatomia Patológica

Subgrupo	Série	Subsérie
Seção de Anatomia Patológica	Fotografia clínica	Retrato de doente (Fotografia de Lepra e Moléstias diversas)
		Detalhe de lesão
		Micrografia
		Reproduções

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Os álbuns fotográficos que compõem a série de fotografia clínica foram identificados de acordo com seus títulos:

- Fotografias de Lepra n.1
- Fotografia de Lepra n.2
- Micro-fotografias n.1
- Micro-fotografias n.2
- Fotografias de reproduções
- Fotografias de peças anatômicas – Assuntos diversos n.1
- Fotografias de moléstias diversas n.2

a) Nível subsérie: Retrato de doente;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome do subgrupo: Seção de Anatomia Patológica;

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Retrato fotográfico de doentes.

b) Nível subsérie: Fotografia de detalhe de lesão;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome do subgrupo: Seção de Anatomia Patológica;

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Fotografias de detalhe de lesão; partes do corpo.

c) Nível subsérie: Micrografia;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome subgrupo: Seção de Anatomia Patológica;

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Micrografia; ampliações fotográficas de imagens microscópicas.

d) Nível subsérie: Reproduções;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome subgrupo: seção de Anatomia Patológica;

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: reproduções fotográficas de ilustração científica, de plantas, animais cobaias e publicações.

Quadro 06 – Subgrupo Seção de Documentação e Biblioteca

Subgrupo	Subgrupo	Séries
Seção de documentação e biblioteca	Organização dos serviços e atividades	Relatório fotográfico
		Inventário fotográfico
	Elementos estatísticos e dados discriminativos	Organograma funcional
		Planta arquitetônica
		Mapa
		Tabela

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

e) Nível Série: Relatório fotográfico;

Nome subgrupo: Organização dos Serviços e Atividades

Nome subgrupo: Seção de Documentação e Biblioteca

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Relatório fotográfico dos serviços e atividades desenvolvidos pelo DPL. Formato: álbum.

f) Nível Série: Inventário fotográfico;

Nome subgrupo: Organização dos serviços e atividades

Nome subgrupo: Seção de Documentação e Biblioteca

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: fotografias da sede, asilos-colônias, preventórios, dispensários, acomodações dos doentes, equipamentos médicos e laboratórios científicos, formada por fotografias avulsas e álbuns fotográficos.

g) Nível série: Gráficos, tabelas, plantas arquitetônicas, organogramas funcionais.

Nome subgrupo: Elementos estatísticos e dados discriminativos

Nome subgrupo: Seção de Documentação e Biblioteca

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Ampliações fotográficas de diferentes tipologias documentais, tais como gráficos, tabelas, plantas arquitetônicas, organogramas funcionais.

Quadro 08 – Subgrupo Seção de Arquivo Médico

Subgrupo	Série
Seção de Arquivo médico	Prontuário de paciente

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

h) Nível Série: Prontuário de pacientes;

Nome subgrupo: Seção de Arquivo Médico;

Nome do grupo: Divisão Técnico-Auxiliar

Âmbito e conteúdo: Retrato de doente que compõem prontuários de paciente.

Grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo

Figura 77 – Quadro de arranjo do Grupo Serviço do Pênfigo Foliáceo

Fonte: própria autora, 2019.

- i) Nível subsérie: Retrato de doente;
Nível série: Fotografia clínica;
Nome do subgrupo: Seção Médico-Auxiliar;
Nome do grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo
Âmbito e conteúdo: Retrato fotográfico de doentes.
- j) Nível subsérie: Fotografia de detalhe de lesão;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome do subgrupo: Seção Médica-Auxiliar;

Nome do grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo

Âmbito e conteúdo: Fotografias de detalhe de lesão; partes do corpo.

k) Nível subsérie: Micrografia;

Nível série: Fotografia clínica;

Nome do subgrupo: Seção Médica-Auxiliar;

Nome do grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo

Âmbito e conteúdo: Micrografia; ampliações fotográficas de imagens microscópicas.

l) Nível subsérie: Reprodução de radiografia;

Nível série: Fotografia clínica

Nome do subgrupo: Seção Médico-Auxiliar;

Nome do grupo: Serviço do Pênfigo Foliáceo

Âmbito e conteúdo: Ampliações fotográficas de imagens de raio-x.

APÊNDICE B – Proposta de descritores para a indexação dos itens fotográficos do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo

Os termos descritores elaborados procuram dar conta dos conteúdos apresentados nos itens documentais, portanto, sua indexação caracteriza-se como uma atividade posterior à classificação das séries documentais. Podendo servir como referência para identificação dos índices manifestos nas imagens. A elaboração da listagem buscou estabelecer uma seleção de termos mais representativos, conforme a observação das imagens foi sendo feita. A organização desses dados permitiu a verificação de regularidades e padrões dos itens fotográficos, mesmo daqueles alocados em grupos/subgrupos distintos. Característica essa própria da sistematização da informação em termos indexáveis.

Os termos descritores partem de dois níveis: se refere ao paciente, seu corpo e doenças e aos aparelhos médico-institucionais.

- Corpo humano;

- Corpo inteiro; Cabeça e tronco; Cabeça; Parte; Detalhe de lesão; Órgão; Impressão digital; Radiografia; Ossos; Corte histológico; Cultura de microrganismo; Micrografia.

- Grupo de doentes;

- Paciente durante tratamento;

- Paciente tratado;

- Plantas;

- Animal cobaia;

- Ilustração científica;

- Instituição médica;

- Instalação dotada de instrumental e aparelhagem técnica;

- Construção e obras;

- Asilos-Colônias;

- Moradia;

- Paisagem rural;

- Paisagem urbana;
- Grupo de profissionais técnicos ou da saúde;
- Grupo de doentes ou internos;
- Retrato de médico;
- Retrato de autoridade pública.

APÊNDICE C – Lista de publicações com imagens originais do arquivo fotográfico do DPL.

Dentro o acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas diversas publicações, como livros e revistas periódicas referentes à hanseníase fazem parte do Fundo do Departamento de Profilaxia da Lepra, pois tem a mesma proveniência. Parte dessas revistas são iniciativas do próprio Departamento de Profilaxia da Lepra ou possuem suas contribuições com artigos publicados pelos profissionais do Departamento. Nesses casos, observou-se o uso recorrente de fotografias que pertencem ao Fundo do DPL para ilustrar essas publicações, tanto imagens clínicas quanto da estrutura administrativa. Segue abaixo, lista com a referência dos periódicos que reproduziram imagens fotográficas originais do Fundo DPL:

- Fotografias clínicas; micrografia, detalhe de lesão, radiografias, chapa datiloscópica (impressão de digitais), vistas do Sanatório Padre Bento:

REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA. 2. Série da Revista de Leprologia de S. Paulo. Vol. IV, n.1, S. Paulo – Brasil, março de 1936. Publicado sob os auspícios do Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro. Redação e administrador Av. Dr. Arnaldo, 87, S. Paulo, Brasil. Direção Científica do Prof. Eduardo Rabello; Redator-chefe Dr. Nelson Sousa Campos e secretário Dr. Abraão Rotberg.

- Fotografia clínica; detalhe de lesão, micrografia:

REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA. 2. Série da Revista de Leprologia de S. Paulo. Vol. IV, n.2, S. Paulo – Brasil, junho de 1936. Publicado sob os auspícios do Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro. Redação e administrador Av. Dr. Arnaldo, 87, S. Paulo, Brasil. Direção Científica do Prof. Eduardo Rabello – Presidente do Centro Internacional de Lepra do Rio de Janeiro; Redator-chefe Dr. Nelson Sousa Campos – Sub-diretor do Departamento de Profilaxia da Lepra de São Paulo e Secretário Dr. Abraão Rotberg – Médico do Sanatório Padre Bento.

- Fotografia clínica: Micrografias, detalhe de lesão:

REVISTA BRASILEIRA DE LEPROLOGIA. 2. Série da Revista de Leprologia de S. Paulo. Vol. VI, n.1, S. Paulo – Brasil, março de 1938. Publicado sob os auspícios do Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro e do Departamento de Prophylaxia da Lepra do Est. de S. Paulo.

- Plantas arquitetônicas dos asilos-colônias:

SOUZA, Geraldo de Paula. Exposição de motivos sobre o Problema da Prophylaxia da Lepra no Estado de São Paulo. Anexo do officio n. 682, de 26 de dezembro de 1925, da Directoria Geral do Serviço Sanitário, dirigido a S. Excia, o Senhor Doutor José Manoel Lobo, secretário de estado dos Negócios do Interior de São Paulo. São Paulo: 1926.

- Fotografia clínica: retrato de doente, radiografias, detalhe de lesão e micrografias. Mapas de incidência da doença, plantas arquitetônicas do Instituto Adhemar de Barros, dados estatísticos dos doentes de pênfigo em ampliação fotográfica, moradia de doentes:

VIEIRA, João Paulo. Novas Contribuições ao Estudo do pênfigo foliáceo (Fogo-Selvagem) no estado de São Paulo. Trabalho do Serviço do Pênfigo Foliáceo subordinado a Diretoria do Serviço da Lepra no E. de S. Paulo. São Paulo: Empresa gráfica da “Revista dos Tribunais”, Rua Conde de Sarzedas, 38, 1940.

- Quadros estatísticos com relação à incidência da doença em ampliação fotográfica, fotografias clínicas apresentadas em uma seção intitulada “Documentação fotográfica” com retratos de doentes em comparação, detalhe de lesão com suas respectivas micrografias e fotografias de animais cobaias:

VIEIRA, João Paulo. Pênfigo foliáceo e Syndrome de Senear-Uscher. Trabalho do Serviço do Pênfigo Foliáceo e do Instituto Conde Lara. Departamento de Profilaxia da Lepra. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” Ltda. Rua Conde de Sarzedas, 38, 1942.

- Fotografias clínicas de pacientes com pênfigo foliáceo, retrato de paciente, detalhe de lesão, micrografia, fotografias de animais cobaias e dados estatísticos do Instituto Adhemar de Barros em ampliações fotográficas:

VIEIRA, João Paulo. Considerações sobre o pênfigo Foliáceo no Brasil. Prêmio Souza Araújo da Academia Nacional de Medicina (1946). São Paulo: 1948.